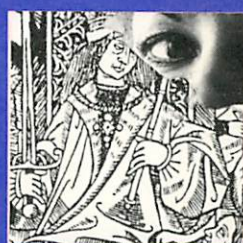
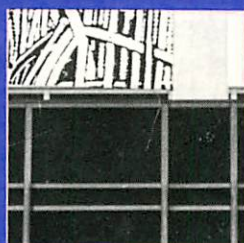


DISCURSOS

estudos de língua
e cultura portuguesa

10



Maio
1995

Discursos
Periféricos

DISCURSOS. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa

DISCURSOS PERIFÉRICOS



Director

Carlos Reis



Conselho de Redacção

Ana Cristina Macário Lopes, Ana Nascimento Piedade, Ana Rita Navarro, Cristina Mello, Dionísio Vila Maior, Glória Bastos, Graça Nunes, Isabel Marnoto, Júlio Taborda, Maria do Rosário Cunha, Paulo Nunes da Silva, Pires Laranjeira, Vivina de Campos Figueiredo



Conselho Editorial

Ángel Marcos de Dios, Aníbal Pinto de Castro, Anxo Tarrío, Ellen Sapega, Fernando Venâncio, François Marchessou, Ivo Castro, João Camilo dos Santos, José Victor Adragão, Luiz Fagundes Duarte, Maria Aparecida Santilli, Maria Beatriz Rocha-Trindade, Maria Emília Ricardo Marques, Maria José Ferro Tavares, Maria Leonor Machado de Sousa, Maria de Lourdes Belchior, Maria Luiza Remédios, Óscar Lopes, Telmo Verdelho



Secretariado

Graça Nunes

A revista *Discursos* publicará estudos incidindo sobre os seguintes domínios:



- Temas de reflexão linguística, tanto numa perspectiva sincrónica como sob um ponto de vista diacrónico;
- Temas de reflexão sociocultural, equacionados em função da evolução e expansão da Língua Portuguesa no mundo;
- Questões de natureza didáctica, orientadas para o ensino da Língua Portuguesa, em Portugal e no estrangeiro;
- Temas de reflexão literária, relacionados com a difusão da Literatura Portuguesa e com o seu ensino, sobretudo quando articulado com o da Língua e da Cultura Portuguesa.

Apresentação	9
Carlos Reis	

Discursos: Discursos Periféricos

Nota prévia	13
O conceito de literatura marginal	15
Arnaldo Saraiva	
Atração fatal: sobre a telenovela como ilusão e verdade	25
Carlos Reis	
O discurso dos ri(s)cos e os riscos do discurso	43
Maria Adelaide Chichorro Ferreira	
Da ambivalência do texto proverbial	77
Ana Cristina Macário Lopes	
Pecado, sedução e tentação: o discurso publicitário actual	95
Patricia Odber de Baubeta	

Documentos de Trabalho

Expressões de marginalidade e de periferia nos comportamentos verbais	123
Cristina Martins	
Olhares sobre os minoritários	143
Joana Miranda	

Registo Bibliográfico	163
------------------------------	-----

Em Tempo	175
-----------------	-----

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Com o número que agora se publica, a revista *Discursos* atinge o seu número 10, o que não deve passar sem o registo do que, em meu entender, significa esta espécie de marco simbólico. Atingir a dezena não terá aqui a dimensão que, noutros cenários, assume a chegada aos dois dígitos. Sabendo-se, contudo, o que tem sido, em Portugal, o destino efémero das revistas culturais, o facto de uma revista atingir o número 10 quer dizer, antes de tudo, o seguinte: que este projecto persiste naquilo que, em tempo oportuno, se entendeu ser pertinente e legítimo, ou seja, abrir um lugar de **reflexão**, de **debate** e de **problematização** de questões relevantes para a Língua e para a Cultura Portuguesa. Muitos – os autores que conosco têm colaborado e os assinantes e leitores que temos tido – confirmam a bondade de um tal projecto.

Desde o seu primeiro número, a revista *Discursos* publicou mais de meia centena de ensaios; com eles, foram contempladas, entre outras, temáticas como o **ensino da literatura** e os **discursos femininos**, o **ensino das línguas estrangeiras** e a **literatura para a infância**, as **literaturas africanas** e a questão da **unidade linguística**; divulgámos investigações em curso; recolhemos depoimentos vários, de escritores, de linguistas e de estudiosos do fenómeno literário; demos notícia de muitos eventos e de numerosas publicações. Sempre, entretanto, procurámos estar atentos à situação actual da Língua e da Cultura Portuguesa, nas várias frentes em que se equaciona o seu presente e se decide o seu futuro.

Não o fizemos, note-se, com o propósito de simplesmente darmos a ver a nossa preocupação. Muito menos ainda quisemos mostrar a quem quer que fosse um proselitismo de fachada ou um fundamentalismo militante, em prol da Língua e da Cultura Portuguesa – temas e áreas hoje tão candentes como tentadoras, quando o que está em causa é **exibir**, mais do que **fazer**. Procurámos, isso sim, estudar, reflectir e dar lugar à discussão, com a certeza

Discursos

de que a promoção e a difusão da Língua e da Cultura Portuguesa não se resolvem por decreto, nem se decidem por puros gestos voluntaristas.

O conjunto de textos aqui recolhidos prossegue o trajecto que esboçámos e que temos procurado cumprir, de acordo com a vocação institucional da Universidade Aberta, desde a primeira hora empenhada na defesa e ilustração da nossa Língua e da nossa Cultura. Dos textos agora publicados e do que eles representam dá notícia, na nota prévia a seguir inserida, Ana Cristina Macário Lopes, que coordenou este número de *Discursos*.

Carlos Reis

DISCURSOS: Discursos Periféricos

Pese embora a diversidade das temáticas abordadas neste número da revista, não deixa de ser possível englobar o conjunto dos artigos aqui reunidos sob a designação genérica de **discursos periféricos**. Periféricos relativamente a distintos centros, sem dúvida, mas inegavelmente renegados para um espaço subalterno no nosso meio cultural e académico.

A abrir, o texto de Arnaldo Saraiva propõe-nos uma reflexão sobre as noções de literatura, campo literário, margem e exclusão, questionando a pertinência de taxinomias e hierarquizações ancoradas nas «máquinas censurantes» e nos preconceitos da tradição.

Carlos Reis analisa o circuito de produção, difusão e recepção das telenovelas, visando apreender os mecanismos que explicam o poder de sedução desta narrativa de massas, habilmente construída como ilusão e verdade.

O texto de Adelaide Chichorro aborda o discurso ambientalista, alertando, entre outras coisas, para os riscos da manipulação estratégica da linguagem ecológica por parte de instâncias de poder de diversa ordem, num cenário de fosso real entre peritos e leigos que condiciona de forma decisiva o próprio exercício da cidadania.

Ana Cristina Macário Lopes analisa o discurso proverbial, pertencente à esfera da literatura tradicional de transmissão oral, obviamente periférica face à literatura canónica consagrada.

O artigo de Patricia de Baubeta constrói-se em torno do discurso publicitário: através da análise de um conjunto sugestivo de anúncios, a autora evidencia o funcionamento retórico da linguagem bíblica ligada à tentação e ao pecado.

Na secção 'Documentos de Trabalho', o texto de Cristina Martins condensa os resultados de uma investigação sobre alternância de códigos no discurso bilingue mirandês-português, visando ilustrar as funções sociais e comunicativas desse comportamento verbal peculiar. O texto de Joana

Discursos

Miranda apresenta uma síntese da investigação desenvolvida em torno dos estereótipos que os portugueses construíram sobre diferentes grupos étnicos minoritários residentes no país.

O conceito de literatura marginal

Quantos textos tem hoje a humanidade ao seu dispor? De quantos textos pode hoje dispor cada um de nós? E quantos textos são diariamente acrescentados aos inúmeros ou inumeráveis que já existem?

Ainda há muitos homens que prescindem ou são obrigados a prescindir de livros, ainda há no mundo cerca de 950 milhões de analfabetos: 280 milhões na Índia, 220 milhões na China, 40 milhões no Paquistão e no Bangladesh, 18 milhões no Brasil¹, e até mais de um milhão em Portugal. Ainda há muitos homens que, fundamentalistas ou não, só se guiam por uma bíblia, por uma cartilha, com os perigos insinuados na célebre frase atribuída a S. Tomás de Aquino: «timeo hominem unius libri», ou «timeo lectorem unius libri» (Tosi, 1993: 177). Mas nenhum homem são de nenhum país pode prescindir de textos, de uma considerável quantidade e variedade de textos, não importa se orais ou escritos.

Não será fácil dizer o que é um texto, como se deduz dos muitos estudos que desde os anos 70 têm vindo a ser publicados sobre a teoria do texto literário – lembrem-se por exemplo, pela sua relevância, as obras de Yuri M. Lotman *Estrutura do Texto Artístico* (1978)², e de Walter D. Mignolo *Elementos para uma Teoria do Texto Literário* (1978) – ou simplesmente sobre a chamada «teoria de texto» ou «linguística de texto», de que são paradigmas as obras de Wolfgang Dressler, *Einführung in die Textlinguistik* (1972) e de Siegfried J. Schmidt, *Texttheorie* (1973). Na obra *Introducción a la Linguística del Texto*,

¹ *A Folha de S. Paulo*, 6 de Junho de 1993.

² A edição original foi publicada em Moscovo, pela Editorial Iskusstvo, em 1970. A edição francesa foi publicada em Paris, pela Gallimard, em 1973. A edição espanhola foi publicada em Madrid, pelas Ediciones Istmo, em 1978.

publicada em 1982, Enrique Bernárdez já dizia que encontrara «mais de cinquenta» definições de texto, e propunha, «mais do que uma definição, um conjunto de características do texto» (p. 70). Para ele o texto, que não se confunde com a frase ou com a oração, e que se aproxima do enunciado e do discurso, é uma «unidade linguística comunicativa fundamental, produto da actividade verbal humana, que possui sempre carácter social», e é «caracterizado pelo seu fechamento semântico e comunicativo, assim como pela sua coerência profunda e superficial, devida à intenção (comunicativa) do falante [ou do escrevente] de criar um texto íntegro, e à sua estruturação mediante dois conjuntos de regras, próprias do nível textual e do sistema da língua» (*Id.*: 85).

Mas, qualquer que seja o conceito – preciso ou impreciso, vago ou ríginoso – que tenhamos de texto, admitiremos sempre sem dificuldade que, ao longo de um dia normal, convivemos ou vivemos com numerosos e variados textos, que recebemos, produzimos, reproduzimos, co-produzimos. Textos orais, textos escritos, textos orais e escritos: audíveis, legíveis, audíveis e legíveis (ou visíveis). Textos breves e textos longos. Textos antigos e textos actuais. Textos literários e textos não literários. Textos informativos, formativos, distractivos, apelativos, performativos. Textos sérios e textos jocosos. Textos que nos chegam de diversos modos e em múltiplos suportes: voz humana, directa ou diferida, natural ou com apoio artificial, que a amplifica, deforma ou transforma (funis, microfones, altifalantes, gravadores, discos, cassetes, rádios, televisões, videos, telefones, telemóveis, inúmeros aparelhos electro-acústicos e electrónicos, de alta ou baixa fidelidade); papel (jornal, folheto, revista, livro... fabricados por vários tipos de máquinas, cada vez mais sofisticadas e rápidas); pedra (lápides, paredes, ardósias...); madeira (portas, árvores...); pele (pergaminho); vidro; tela; plástico; película; fita (magnética); disco; disquete, écran; etc.

Todos vivemos na dependência de textos, que construímos ou recebemos, activa ou passivamente; toda a nossa vida é **tecida** por textos. E se a qualquer hora podemos produzir textos novos, também podemos dispor de um fundo incomensurável de textos já feitos, que teremos de **perfazer**, na medida das nossas possibilidades. Porque sabemos que o tempo de uma

longa vida humana, mesmo que seja a de um leitor voraz, já há muito não é suficiente para conhecer simplesmente os chamados clássicos. E quase nos assustamos quando nos damos conta da produção anual de livros em diversas línguas; só no ano de 1986, por exemplo, foram publicados 2.702 títulos em Portugal, 36.924 em França, 52.000 em Inglaterra...³, – números bem inferiores aos que se obteriam na Alemanha, nos Estados Unidos e na ex-URSS.



Para nos darmos conta da multiplicidade e da quantidade de textos com que lidamos no dia a dia bastará pensar nos que nos chegam logo de manhã pela rádio, pela televisão (notícias, reportagens, crónicas, comentários, canções, anúncios, entrevistas...) ou pelos jornais (além dos citados, editoriais (*cartoons*), poemas, contos, anedotas, críticas, ensaios, cartas...), podendo a rua e os salões multiplicar esses textos (telegramas, conversas, diálogos, lições, discursos, peças, filmes...). E não se pense que o homem comum só recebe textos ou só oralmente produz textos; como nos lembra o volume colectivo *Écritures Ordinaires* (AA. VV. 1993), quase toda a gente se sente obrigada ao longo do dia ou da semana a escrever notas, bilhetes, cartas, contratos, certidões, requerimentos, receitas, diários, ou a usar agendas, blocos, cadernos, álbuns...

Ora, entre os muitos textos que diariamente emitimos ou recebemos, há os que logo incluímos intuitivamente no campo da literatura, e há os que logo excluímos desse campo, colocando-os no campo da não-literatura; poucos serão os que nos põem problemas de arrumação, já que tenderemos sempre a enviar para o lado não-literário os textos que violem alguns dos supostos ou pressupostos cânones literários, incluindo aqueles que à primeira vista se situam entre o literário e o não-literário, e que são ditos paraliterários, subliterários, infraliterários, pseudoliterários.

³ Dados fornecidos pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, pelo British Council e pelo Syndicat National de l'Édition (cf. *Gazeta do Interior*, 4 de Janeiro de 1990). De acordo com Robert Escarpit, a taxa anual média do aumento da produção mundial de títulos entre 1950 e 1970 foi de 7% (Escarpit, 1972: 32). Cf. também Robert, 1983.

Mas colocando-os ou não no campo da literatura quase nunca nos interrogamos sobre as razões ou princípios que determinam a nossa arrumação, dificilmente nos obrigamos a pensar ou repensar, em face deles, o conceito de literatura. Quer isso dizer que a nossa catalogação ou é feita de acordo com a lógica mecânica da tradição ou é feita simplesmente em nome de **preconceitos**. E não se torna difícil apontar os preconceitos que ao longo dos últimos séculos, salvo em curtos períodos, como o do primeiro Romantismo, levaram as minorias cultas, com raras exceções, a desvalorizar ou desconsiderar alguns textos, e até a excluí-los do campo literário: preconceitos contra o texto anónimo (como se ele não pressupusesse uma autoria ou uma «autoridade», mesmo que colectiva), contra o texto oral (como se não tivessem estatuto fundamentalmente oral os primeiros grandes textos literários da humanidade), contra o texto breve (como se alguma sociedade sobrevivesse sem a expressão aforística ou lapidar), contra o texto contaminado ou mesclado em géneros, espécies, estilos ou linguagens (como se os criadores literários tivessem sempre de consultar Aristóteles), contra o texto popular ou popularizado (como se fosse sempre desonrosa a estima das maiorias), e contra o texto moral ou ideologicamente subversivo (como se não fosse revolucionária alguma da melhor literatura mundial).

Esta enumeração revela que os preconceitos não têm só que ver com os textos, porque também afectam os autores (para efeito de valorização textual não é indiferente o prestígio ou a condição económica, social e cultural alta ou baixa dos autores), os suportes (não é indiferente a impressão em livro, em folheto de cordel, em jornal, em parede, ou apenas na memória), e os lugares e modos de transmissão (não é indiferente a venda na livraria ou na tabacaria e na rua, a transmissão oral, audiovisual e por impresso). Esses e outros preconceitos funcionam como máquinas censurantes. E sabemos dos estragos que os censores sempre fizeram às culturas ou às comunidades, como sabemos das suas incoerências e dos seus ridículos⁴.

⁴ Dispomos hoje em Portugal – por exemplo – de algumas obras que permitem avaliar bem as artimanhas e os malefícios das várias censuras instituídas: Bastos, 1983; Rodrigues, 1980; Príncipe, 1994.

Foi exactamente a luta contra os censores, contra os tabus e contra os preconceitos – a luta pela liberdade, contra o autoritarismo – que um pouco por todo o planeta mobilizou à volta dos anos 60 grupos de jovens, ou de intelectuais, de feministas, de negros, de homossexuais. E não por acaso foi nesses anos que se multiplicou a produção textual mundial, tendo-se assistido à revitalização de géneros ou espécies antigas mas também à proliferação de novas espécies, que combinavam duas ou mais linguagens, estilos, dimensões (verbal/ visual, verbal/ musical, verbal/ musical/ visual). O sucesso do romance, incluindo o policial, ou da canção, ou dos *graffiti*, ou do *slogan*, ou do *script*, ou da banda desenhada, ou da literatura infantil, ou da ficção científica, ou do *cartoon*, ou da poesia visual, dava conta da existência de novos públicos e de novas tecnologias de impressão ou de comunicação (pensemos na revolução do *offset*, do computador, ou dos audiovisuais), mas ao mesmo tempo que traduzia alguma euforia e pujança criativa não deixava de trazer alguma inquietação e desestabilização ao mundo literário.

A desestabilização foi tanta e tal que chegou a provocar o anúncio da morte da literatura⁵, ao mesmo tempo que provocava a publicação intensiva de estudos sobre as funções e especialidades da literatura («o que é a literatura?», «para que serve a literatura?», «teoria da literatura»...), e obrigava a levantar a questão da sua legitimação ou legitimidade, e a repensar o lugar de alguns textos e de alguns tipos de textos dentro ou fora (longe, na periferia) da literatura. Eis por que também pela mesma altura se assistia a algum desgaste da palavra ou da classificação «literatura», com frequência encarada de modo irónico ou pejorativo, *à la Verlaine* («Et tout le reste est littérature»...), e não raro preterida a favor das formas «discurso» e «poética», ou

⁵ A par dos autores que nas últimas décadas falaram incidental ou metaforicamente, como Aquilino Ribeiro, na morte da literatura, outros houve, como Maurice Blanchot, que encararam de frente o problema, que determinou, creio que no início dos anos 70, a publicação do volume *La Mort de la Littérature* (Paris, L. Herne). Em 1990, apareceu um livro com o mesmo título, só que em inglês, *The Death of Literature* (New Haven e Londres, Yale University Press), da autoria de Alvin Kernan, que na introdução reflecte sobre a questão. Também eu publiquei em 10 de Novembro de 1985 no *Jornal de Notícias* do Porto um pequeno ensaio intitulado «A morte da literatura».

sujeita a qualificações restritivas, e obrigada a conviver com novas classificações textuais que se valiam da palavra e do conceito de «literatura», mas para se lhe opor ou para marcar e dividir a sua área.

Algumas das novas designações, de abrangência genérica ou específica, limitavam-se a antepor um prefixo à forma «literatura»: antiliteratura, paraliteratura, contraliteratura, subliteratura, infraliteratura, etnoliteratura, socioliteratura, pseudoliteratura, pré-literatura, aliteratura. Outras ligavam-na a um substantivo com a ajuda de uma preposição: literatura de terror, de horror, de ficção científica, de massa (ou: de massas), de consumo, de vanguarda, aos quadrinhos (no Brasil: em quadrinhos), etc. Outras ainda acrescentavam-lhe um simples adjetivo: infantil, policial, fantástica, negra, pobre, trivial, menor, maldita, marginal.

A aplicação deste último qualificativo à literatura não se fez por acaso; a forma «marginal» e os seus cognatos (margem, marginalizar, marginalização, marginalidade, etc.) conheceram, a partir dos anos 60, uma extraordinária aplicação e frequência em diversas áreas das artes e das ciências humanas; na diversidade das ocorrências, tratava-se sempre de insinuar a imagem topográfica ou geográfica do rio (líquido, móvel) e das margens (sólidas, fixas) e de, a partir dela, afirmar a necessidade da atenção e da valorização de um desprezado espaço (material, modo, estilo) confinante ou cruzado com outro, antes privilegiado como central ou fundamental. Mas essa frequência, típica de uma moda, não se desligava do esforço de descentramento ou descentralização e da luta contra os privilégios que se intensificou nos anos 60 quando, como lembra Jean-Claude Schmidt (AA. VV. 1990: 396-427), começaram a manifestar-se sistematicamente grupos de «marginais» (*beatnicks*, *hippies*, «comunidades», «ecologistas» – e poderíamos acrescentar: terroristas, drogados, feministas, negros, homossexuais) que vieram engrossar as fileiras dos já paradoxalmente maioritários marginais da tradição. A questão das fronteiras (ou das hierarquias) passou então a preocupar seriamente as gentes que trabalhavam no campo da literatura, da arquitetura, do direito, da filosofia, da medicina, da música, da psicologia, da sociologia e do teatro, onde a ideia ou a teoria da «margem» se tornou

fecunda, e onde se impuseram novas taxinomias, pelo que não tardou o aparecimento de propostas que vinham, carnavalescamente, deslocar o centro para a periferia ou a periferia para o centro, que por vezes faziam crer, como Gottfried Benn, que «tudo é margem» (Benn, 1982: 23), e que se empenhavam em prestigiar o desprestigiado, incluir o excluído, ou pensar e repensar as razões da exclusão, mas também da inclusão. A designação «literatura marginal» pretendeu justamente favorecer a incorporação no espaço da verdadeira «literatura» de inúmeros textos que eram ou são colocados «à margem» dela, não importa se por incúria, por preconceito, por censura, por ignorância.

Como outras novas taxinomias, «literatura marginal» já conhece há décadas a consagração dos títulos; em França foi publicada em 1958 a *Histoire des Littératures Françaises, Connexes et Marginales* (t. III da *Histoire des Littératures* dirigida por Raymond Queneau e editada pela Pléiade); em Portugal foi publicado em 1975 o volume *Literatura Marginal-Izada*, da minha autoria; em Itália foi publicado em 1978 o número especial da *La Rivista* intitulado *La Letteratura Emarginata*, da responsabilidade de Walter Pedullà; no Brasil foram publicados em 1981 os estudos *O Que é a Poesia Marginal*, de Glauco Mattoso e *Retrato de Época – Poesia Marginal Anos 70*, de Carlos Alberto Messeder Pereira; em Espanha foi publicada em 1983 a obra *Literaturas Marginadas*, de Maria Cruz García de Enterría.

Mas, também como outras novas taxinomias, «literatura marginal» conhece ainda alguma instabilidade, e alguma concorrência. A mais forte é a que vem de designações que pretendem abranger toda a literatura geralmente excluída da literatura, ou desvalorizada como literatura, seja a antiga «literatura popular» sejam as modernas «paraliteratura», «contraliteratura» ou outras. Por mim, só vejo vantagens operatórias e conceptuais na opção por «literatura marginal» (e mais ainda por «literatura marginalizada»). Por um lado, porque aponta o campo claro e chão – sem hierarquias – da literatura (o que não acontece com «paraliteratura» e menos ainda com «infraliteratura», «subliteratura», «pseudoliteratura»). Por outro lado, porque sugere a provisoriedade e a artificialidade do fenómeno da marginalização literária

(fala-se em literatura marginal para que ela deixe de o ser; «marginal» só se justificaria como uma indicação estilística). Depois, na «literatura marginal» cabem textos tanto do domínio oral como do domínio escrito, tanto antigos (tradicionais) como modernos, tanto populares como elitistas ou de vanguarda. Por último, a designação pede logo a saída da literatura para as condições da sua circulação, consumo e produção, e pode mesmo transportar uma sugestão: a da que toda a literatura é marginal, ou de que toda a literatura poderá valer como expressão ou veículo de uma marginalidade essencial.

Na verdade, como disse um dia Ruy Belo, os escritores são afinal os «malditos marginais de todas as cidades sociedades» (Belo, 1973: 34).

Arnaldo Saraiva é professor catedrático da Universidade do Porto. Autor de uma tese de doutoramento sobre as relações do Modernismo português com o Modernismo brasileiro, colabora regularmente na imprensa como cronista; publicou diversos estudos sobre literatura marginal.

Referências bibliográficas

- AA. VV. (1990) – *A Nova História*, Coimbra, Almedina.
- AA. VV. (1993) – *Écritures Ordinaires*, Paris, Éditions P. O. L. / Centre Georges Pompidou.
- BASTOS, J. Timóteo (1983) – *História da Censura Intelectual em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, Moraes Editores [1.^a ed.: 1926].
- BELO, Ruy (1973) – *País Possível*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- BENN, Gottfried (1982) – *Poemas de Gottfried Benn*, Porto, O Oiro do Dia.
- BERNÁRDEZ, Enrique (1982) – *Introducción a la Lingüística del Texto*, Madrid, Espasa-Calpe.
- DRESSLER, Wolfgang (1972) – *Einführung in die Textlinguistik*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag [Edição italiana: *Introduzione alla Linguistica del Testo*, Roma, Officina Edizioni, 1974].
- ESCARPIT, Robert (1972) – *Le Livre Français, Hier, Aujourd'hui, Demain*, Paris, Imprimerie Nationale.
- LOTMAN, Yuri M. (1978) – *Estrutura do Texto Artístico*, Lisboa, Estampa.
- MIGNOLO, Walter D. (1978) – *Elementos para uma Teoria do Texto Literário*, Barcelona, Editorial Crítica.
- PRÍNCIPE, César (1994) – *Os Segredos da Censura*, 2.^a ed., Lisboa, Caminho [1.^a ed.: 1979].
- ROBERT, Estivals (1983) – *Le Livre dans le Monde: Introduction à la Bibliogéographie Internationale*, Paris, Retz.
- RODRIGUES, G. Almeida (1980) – *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- SCHMIDT, Siegfried J. (1973) – *Texttheorie*, Munique, Wilhelm Fink Verlag [Tradução em português: *Linguística e Teoria do Texto*, São Paulo, Pioneira, 1978].
- TOSI, Renzo (1993) – *Dizionario delle Sentenze Latine e Greche*, 8.^a ed., Milão, Rizzoli.

Atracção fatal: sobre a telenovela como ilusão e verdade

1. Num momento crucial da telenovela brasileira *Roque Santeiro*, Marilda, casada com Roberto Matias e em vias de se divorciar dele, saca de uma pistola e atinge com um tiro certo o quase ex-marido. O episódio não seria mais do que um incidente passional pouco interessante (no quadro de valores que caracteriza o universo das telenovelas, como é óbvio), se não se desse a seguinte particularidade: é que, no momento em que é atingida, a personagem Roberto Matias está a representar, num filme em que participa **como actor** e que se realiza **no interior da telenovela**, a cena em que Roque Santeiro é morto a tiro por um bandido. Temos, então, não um, mas dois tiros: o que é disparado **no interior da acção em rodagem** (e que é evidentemente um tiro de pólvora seca) e o que é disparado **na acção da telenovela**, tiro «a sério», simultâneo àquele e destinado a atingir não a personagem-de-filme (Roque Santeiro), mas a personagem-de-telenovela (Roberto Matias). De tal modo que, passados instantes, depois de o realizador do filme proferir o clássico «corta», não se entende por que razão Roque Santeiro-Roberto Matias não se levanta do chão: é que estava mesmo «ferido», como desejava, na acção da telenovela, a violenta esposa.

O episódio é muito significativo e evoca várias coisas: um *western* de John Ford (*The Man Who Shot Liberty Valance*) em que só no final se percebe, por um *flashback* que apresenta de um outro ponto de vista a cena crucial do duelo, que também ali houve dois tiros simultâneos; que só um deles matou Liberty Valance; mas que quem o disparou não foi a personagem interpretada por Jimmy Stewart, mas sim a representada por John Wayne. Lembra também o modo como, em *The Purple Rose of Cairo* de Woody Allen, duas

personagens facilmente passam de um para outro mundo ficcional: Cecília assiste fascinada a um filme intitulado *The Purple Rose of Cairo* e «estimula» Tom Baxter, protagonista desse filme, a passar **fisicamente** para o seu mundo, para depois também ela **saltar para dentro** do écran e, consequentemente, do filme que tanto a seduz.

Voltando ao exemplo inicial, diremos que os dois tiros de *Roque Santeiro* permitem pensar o seguinte: que, sendo ambos **tiros de ficção**, um deles (o que atinge «de facto» Roberto Matias e que é o da acção da telenovela) é, de certa forma, menos ficcional do que o outro. O que induz também a pensar que, aqui como na telenovela em geral, às vezes não se sabe bem *por donde van los tiros*. Ou então, noutros termos: que as personagens e acções das telenovelas, sendo em princípio imaginárias, possuem um vigor (digamos assim, provisoriamente) que, mais do que em qualquer outro tipo de narrativa ficcional, as autoriza a penetrarem noutros mundos – por exemplo: no nosso mundo –, não se limitando àquele a que congenitamente pertencem.

É dessa capacidade que a telenovela possui de penetrar **no nosso mundo**, que pode queixar-se uma conhecida actriz brasileira, Joana Fomm. Um dia, entrando num restaurante no Rio de Janeiro, confrontou-se com uma situação embaraçosa: o criado do restaurante recusava-se a servi-la, porque repudiava os comportamentos da personagem que Joana Fomm (especializada em papéis de mulher perversa) estava, por essa época, a representar. Para aquele criado, não existiam fronteiras entre real e ficção e, sendo assim, a actriz, como tal, não existia, mas apenas a figura (já não **personagem**, na acepção ontológico-ficcional do termo) que ele via quotidianamente na televisão e de quem não gostava.

2. Este breve estudo sobre a telenovela e sobre certos aspectos dos protocolos narrativos que adopta, não se propõe ser um estudo sistemático nem exaustivo. Ele refere-se apenas à telenovela tal como, desde há cerca de trinta anos, ela existe no Brasil; conforme geralmente se sabe, neste país a produção e realização de telenovelas atingiu um índice considerável de sofisticada-

ção técnica e, ao mesmo tempo, de esmagadora aceitação pública, particularmente no que se refere à produção da Rede Globo¹.

Por outro lado, convém desde já observar o seguinte: a situação da televisão no Brasil favorece, em vários aspectos que dizem respeito às características socioculturais do país, essa considerável aceitação, bem como a utilização da telenovela com intuítos pedagógico-ideológicos que ainda aqui serão comentados. De facto, em certos momentos, a recepção de determinadas **novelas**, como no Brasil se lhes chama, chega a atingir níveis de audiência superiores a 70% (o que pode significar cerca de 60 milhões de telespectadores), considerando-se o número de televisores sintonizados na recepção de uma determinada telenovela².

Um tal fenómeno – verdadeiramente esmagador pelos números que envolve – obriga a que se atente nos seguintes factores de condicionamento: no vastíssimo país que é o Brasil, com uma população estimada em cerca de 130 milhões de habitantes, o número de emissoras de televisão com alcance nacional ou próximo disso é relativamente baixo (apenas quatro, descontando-se a televisão educativa e, obviamente, as pequenas emissoras locais, normalmente integradas em rede nacional e dependendo daquelas quatro), o que favorece uma recepção concentrada; ao mesmo tempo, ofertas mais diversificadas (como a TV por cabo ou a difusão



¹ Note-se que a apreciável qualidade das telenovelas produzidas pela Rede Globo fez delas produtos de exportação com sucesso em mais de setenta países: *Escrava Isaura* (de Gilberto Braga, a partir de um romance de Bernardo Guimarães), por exemplo, contou com cerca de 130 milhões de telespectadores na China. Por outro lado, esse domínio da Globo é um fenómeno relativamente recente (dos anos 70 em diante), tendo beneficiado não só de favoráveis circunstâncias políticas, mas também, naquilo que à produção de telenovelas diz respeito, de um longo e árduo trabalho de aprendizagem técnico-industrial, levado a cabo por outras emissoras, desde que, em 1951, foi emitida a telenovela *A vida me pertence*, pela TV Tupi de São Paulo (Ortiz *et alii*, 1988: 25 ss.).

² Grandes sucessos da Globo (*Pai herói*, *Fogo sobre terra*, *Dancing Days*, etc.) atingiram, no Rio de Janeiro, médias de audiências superiores a 70%. E *Roque Santeiro* de Dias Gomes (certamente o maior êxito de sempre e uma das telenovelas mais elaboradas tecnicamente) chegou, também no Rio, aos 78%, em 1985-86 (Ortiz *et alii*, 1989: 187).

por satélite de emissões de proveniência estrangeira) têm ainda uma limitada ou nula dimensão no Brasil; por outro lado, o parque de televisores brasileiros é relativamente antiquado, sendo o comando a distância um equipamento ainda longe de estar generalizado, o que retarda a difusão do fenómeno do *zapping* e a inerente dispersão receptiva; por último, devido a uma elevada taxa de analfabetismo e também por força de constrangimentos económicos que afectam uma parte considerável da população brasileira, a televisão constitui o meio por excelência de diversão e de aquisição cultural³.

3. Lembremos rapidamente que o fenómeno de que aqui se trata – a constituição e configuração da telenovela como narrativa de massas –, sendo um fenómeno recente, não é, em certos aspectos, inteiramente original. Constituindo, tanto pelo fundamental da sua lógica narrativa, como pelo tipo de recepção que suscita, um sucedâneo, por um lado, do chamado **romance-folhetim**⁴ e, por outro lado, do **folhetim radiofónico**⁵ a telenovela pode considerar-se baseada no modelo norte-americano da *soap opera*: nos anos 50, a *soap opera*, tão popular nos Estados Unidos sobretudo junto de um público feminino e doméstico, construiu-se, como se sabe, sobre intrigas recheadas de incidentes, associando «elementos como heroínas fortes e virtuosas, varões fracos e confusos, estranhas doenças, crises repetidas» (Stedman, 1977: 489). Em resumo: muito daquilo que era satirizado no filme *Tootsie* de

³ Acrescente-se a isto o seguinte: que a aquisição de video-gravadores é ainda inviável, para uma parcela muito vasta da população brasileira, o que impede a alternativa do cinema em vídeo ou o visionamento diferido de emissões; ao mesmo tempo, é considerável a importância assumida no Brasil pela televisão educativa não só na TV Educativa (que funciona como entidade oficial, em canal independente dos restantes), mas mesmo nas redes comerciais, o que estimula a consagração da televisão como veículo de difusão cultural.

⁴ Antepassado remoto da telenovela, o romance-folhetim assenta na difusão e massificação da imprensa, a partir de inícios do século XIX, acabando por constituir um subgénero do romance com características externas e internas relativamente definidas: adopção do princípio da serialidade, fragmentação narrativa, gestão calculada do relato, composição de intrigas recheadas de incidentes excitantes, etc., etc.

⁵ O cinema de Woody Allen é de novo aqui um auxiliar precioso: recorde-se como em *The Radio Days* é sugestivamente ilustrada a importância do folhetim-radiofónico no imaginário feminino.

Sydney Pollack, protagonizado por Dustin Hoffman, incluindo-se nessa sátira uma inteligente incursão por diversos problemas psicoculturais e socioculturais levantados pela *soap opera* (identificação actor-personagem, oscilações de personalidade daí decorrentes, impacto da personagem junto do público, influência deste no desenvolvimento da acção, etc.).

O modelo da *soap opera* difundiu-se depois em países da América Latina (México, Cuba, Brasil), onde recolheu alguma coisa da experiência técnica e da projecção sociocultural do folhetim radiofónico⁶. Assim, a intensidade melodramática das histórias relatadas foi dando lugar a uma certa apropriação de temas de actualidade social (libertação da mulher, divórcio, caciquismo, enfrentamento de gerações, etc.); os cenários exóticos e as acções históricas foram substituídos pelo quotidiano das grandes e pequenas cidades modernas e pelos conflitos que as atravessam. E naturalmente que a esta evolução não foi indiferente a crescente importância sociocultural da televisão (depois de um crescimento rápido, a Rede Globo cobria 98% dos municípios brasileiros em 1986 e atingia virtualmente 80 milhões de telespectadores; Ortiz *et alii*, 1989: 84), a par do seu aperfeiçoamento técnico; porque, convém lembrar, se nos anos 60 o *videotape* permitiu dinamizar e acelerar o processo de produção, antes disso, na pré-história da telenovela, a emissão dos episódios processava-se em directo!

Do ponto de vista técnico-narrativo, a telenovela estabeleceu-se, então, como estrutura estável: externamente ela apresenta uma sintagmática narrativa consideravelmente dilatada que se fracciona em episódios de extensão regular, com uma certa coesão interna; esses episódios totalizam quase sempre mais de uma centena de unidades, exibidas quotidianamente ao longo de vários meses e situadas em locais calculados de macro-discurso televisivo (González Requena, 1992: 31 ss.)⁷. Internamente e no que à história diz

⁶ Reconhecendo essa relação matricial da *soap opera* com as telenovelas, López-Pumarejo (1987: 81) notou que algumas das características da primeira (e antes de mais o facto de a *soap opera* poder ser um relato interminável) foram ultrapassadas e reajustadas pelas segundas.

⁷ Note-se que o facto de algumas emissoras de televisão por vezes apresentarem, numa tarde ou numa noite, compactos de dois (ou até mais) episódios, como por vezes acontece em

respeito (ou até às histórias uma vez que usualmente nela se desenrolam várias acções simultâneas, mas relacionadas entre si), a telenovela obriga a uma gestão cuidadosa dos eventos; deste modo, no final de cada episódio fica em aberto determinado acontecimento (o **gancho**, na designação corrente da realização das telenovelas) capaz de reter a curiosidade do espectador até ao episódio seguinte; este é, por sua vez, introduzido com as «cenas do próximo capítulo», que o apresentam, estimulando a expectativa suscitada, sem, contudo, prejudicarem essa expectativa (por exemplo: essas «cenas» não revelam se fulano de facto casa com cicrano, ou se o rapaz virtuoso aceitou ou não um suborno). O que implica que, conforme notou López-Pumarejo (1987: 101-107) fundado em considerações teóricas de Iser, a telenovela deva contar também (ou seja: tal como acontece na leitura de relatos extensos como os romances) com uma certa **memória narrativa**, por parte do espectador.

Obviamente que se não reduz a isto a peculiaridade cultural e técnico-narrativa da telenovela. A outros níveis mais específicos (o tratamento das personagens, a selecção dos espaços, a elaboração do tempo, a sintaxe narrativa, os mecanismos da narração televisiva, os efeitos de montagem, etc.), é possível recolher elementos de análise muito interessantes, capazes de explicarem a capacidade de sedução que as telenovelas exercem sobre os espectadores e também alguma coisa do seu impacto ideológico. Nesse sentido, o que aqui procuramos fazer é analisar dois aspectos relevantes do complexo funcionamento das telenovelas: o reajustamento da relação **autor/narrador** e os modos de existência e de representação das **personagens**.

4. Qualquer reflexão acerca do conceito de **autor** (e dos que dele dependem: o de **autoria** e o de **autoridade**) encontra-se forçosamente condicionada pela moderna axiologia estética, eventualmente sujeita a revisão, em tempos

Portugal, distorce a lógica serial e diária da telenovela. Por outro lado, convém sublinhar que o ritmo diário de emissão de telenovelas não ocorre, no Brasil, desde os primórdios do género; por razões que têm que ver com a aceitação por parte do público e também com o aperfeiçoamento técnico da produção e realização, só em 1963 foi apresentada, na TV Excelsior de São Paulo, a primeira telenovela diária: 2-5499 *Ocupado*, de Dulce Santucci.

pós-modernos, pelo tipo de narrativas que estamos a analisar. Assim, como resultado conjugado de transformações ideológico-culturais provindas do tempo da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e do Romantismo, ser **autor** significou, desde então, concomitantemente, afirmar uma **individualidade** (e ser individual implicava também ser **original**) e, ao mesmo tempo, deter a **propriedade** dos produtos intelectuais e artísticos derivados do exercício da autoria. No domínio da escrita, da produção e da realização das telenovelas, esta axiologia encontra-se profundamente subvertida.

Assim, ser **autor**, neste caso, é participar num trabalho de equipa, sobretudo naquilo que à **escrita** diz respeito. Por outras palavras: a **instância criativa** (para recorrermos a uma noção ainda de matriz romântica) pode ser, até certo momento, individual, se considerarmos como tal a concepção geral da acção, normalmente sem um desenlace rígido, a configuração genérica das personagens, as grandes opções temáticas, etc. Até, pois, este ponto (e ainda assim com algumas reservas possíveis)⁸, pode dizer-se que o autor assegura, *tant bien que mal*, as suas prerrogativas criativas e salvaguarda a notoriedade (também ela obviamente individual) que daí advém; por isso, não se estranha que, num país como o Brasil, um dramaturgo que é também famoso autor de telenovelas (Dias Gomes) tenha sido consagrado com a entrada para a Academia Brasileira de Letras. O que, por outro lado, é explicável, ao mesmo tempo, por força de uma concepção dos fenómenos culturais mais aberta do que aquela que na Europa domina os meios académicos⁹.

A partir daqui, entretanto, pode dizer-se que, de certa forma, o autor **perde direito** ao produto desse seu trabalho criativo, situação que, em determinados casos, pode originar mesmo uma espécie de **transferência de pro-**

⁸ Seguindo, também aqui, o exemplo fundador da *soap opera*, a história que um autor de telenovela **vende** necessita da aprovação da produtora e há-de subordinar-se às conveniências publicitárias dos patrocinadores que apoiam a produção. Não é estranho, assim, que ocorra aqui um fenómeno difícil ainda de aceitar na criação literária propriamente dita: que o autor aceite introduzir alterações na história, por influência desses factores externos ao acto criativo propriamente dito.

⁹ Parece, de facto, difícil de conceber que um autor de telenovelas fosse acolhido na Real Academia de la Lengua em Espanha ou na Académie Française.

priedade: quando, durante a realização da telenovela *Sol de Verão*, morreu um dos actores do elenco (Jardel Filho), a necessidade de alterar substancialmente a acção, ainda em desenvolvimento e em processo de escrita, levou o autor Manoel Carlos a prescindir, por assim dizer, da autoria, a abandonar a equipa e a transferir a responsabilidade da **reformulação** da acção para outro autor (cf. Leal, 1986: 15, 74-75). Por outro lado, um autor **literário** e prestigiado como Jorge Amado, aceitando que alguns dos seus romances fossem adaptados a telenovelas (*Gabriela, Cravo e Canela, Tenda dos Milagres, Tieta do Agreste*), aceitou também ser de certa forma «desprovido» de alguma coisa desse seu estatuto de autor **literário**: porque permitiu importantes mudanças nas acções dos romances, porque, num caso, o título da obra foi reduzido (para *Gabriela*) e também porque (consagração ou despromoção?) frequentes vezes foi identificado pelo público como autor de telenovelas e não de romances, conforme revela no volume de memórias *Navegação de Cabotagem*.

Voltando ao assunto: a **escrita** da telenovela (entenda-se: a escrita dos diálogos) pode e deve ser uma tarefa colectiva, não raro até com a participação do autor primeiro. **Deve** ser, porque o ritmo de escrita dos episódios é muito exigente, do ponto de vista quantitativo, o que dificilmente pode ser correspondido por uma única pessoa; e **pode** ser tarefa colectiva porque a escrita da telenovela obedece a padrões estilísticos e técnico-narrativos suficientemente estereotipados para poderem ser adoptados por um colectivo disso a que, de acordo com Barthes, poderíamos chamar **escreventes** e já não **escritores**. Recorde-se o famoso trecho barthesiano:

O escritor é aquele que *trabalha* a palavra (mesmo se inspirado) e que se absorve funcionalmente nesse trabalho. [...] Os escreventes, esses, são homens 'transitivos'; postulam um fim (testemunhar, explicar, ensinar) em relação ao qual a palavra é apenas um meio (Barthes, 1964: 150).¹⁰

¹⁰ De novo aqui, a escrita colectiva introduz procedimentos muito inovadores, em relação à criação literária; nesta são muito raros (por exemplo, os irmãos Goncourt ou a dupla Boileau-Narcejac) os casos de escrita colectiva e mesmo assim, quando muito, reduzindo-se a dois autores. Muito raros e, talvez seja necessário acrescentar, não correspondendo a resultados de alto nível estético.

Mas se acontece assim, é também porque a escrita da telenovela é entendida como tarefa «aberta», não no sentido semântico-interpretativo em que Umberto Eco se referiu ao conceito de **abertura**, mas no sentido diegético-estrutural. Por outras palavras: a escrita decorre quando a emissão está já em curso, sendo cada episódio redigido pouco antes de ser realizado e emitido, para que esse processo de escrita possa ir contando com as reacções do público, questionado através de sondagens regulares¹¹: assim se explica que, mesmo aquela fluida autoria inicial de que falávamos antes, não possa ser encarada de forma definitiva.

Mas o trabalho de **autoria** não termina aqui, nem se cinge a esse grupo de escreventes¹². De facto, a escrita colectiva (que podemos entender como desempenhando a primeira fase de uma **função de narrador**) completa-se depois por um novo trabalho de equipa: o da realização e subsequente montagem, etapas em que o acto de narrar e a referida **função de narrador** definitivamente se consumam.

Novamente aqui os processos são relativamente estereotipados. Isso permite, por um lado, que a realização colectiva seja racionalmente distribuída, de modo, por exemplo, a que um realizador trabalhe de manhã e outro de tarde; ou que um realizador filme as cenas do consultório e outro as cenas do restaurante, até porque os espaços em que decorre a acção da telenovela variam pouco. Por outro lado, a padronização da realização elimina dife-

¹¹ No Brasil, a instituição que disso se encarrega é o IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) e os actores de telenovela vivem constantemente preocupados com os resultados dos inquéritos. Este fenómeno traduz uma prática de **interactividade** ainda incipiente mas já efectiva, até porque praticada também noutros domínios do universo de produções da Globo: numa série de episódios semanais, genericamente intitulada *Você decide*, os espectadores são convidados a manifestar, por telefone (em chamadas de valor acrescentado...), a sua opção relativamente a um de dois desenlaces possíveis, previamente gravados. É emitido aquele que colhe a maioria de votos, o que, para além do mais, contribui para incutir ao espectador a doce ilusão de participar (democraticamente...) na construção de um relato que assim, de certa forma, também lhe pertence.

¹² Para dar um exemplo: no final da telenovela *O Dono do Mundo*, a indicação da autoria mencionava primeiro «Novela de Gilberto Braga»; e depois: «Escrita por Leonor Bassères, Ricardo Linhares, Sérgio Marques, Ângela Carneiro, Gilberto Braga». Isto significa também que, na telenovela, a dimensão colectiva da autoria não implica o anonimato autoral a que Robert C. Allen se refere a propósito da *soap opera* (Allen, 1985: 15).

renças estilísticas visíveis entre os diversos elementos desta equipa de realizadores.

De forma sintética (mas não excessivamente redutora), pode dizer-se que a realização recorre, em princípio, a um conjunto restrito e redundante de movimentos e signos: utilização insistente do grande plano (esse mesmo que transporta o espectador à tensa intimidade da personagem), alternância muito frequente do campo-contracampo, constante mobilidade da câmara (que segue os movimentos do rosto da personagem), grande vivacidade narrativa, incutida por uma montagem que privilegia planos muito breves. Deste modo, a leitura do texto televisivo é relativamente fácil e o espectador dificilmente liberta o olhar de uma sintagmática narrativa tão tensamente articulada¹³; junte-se a isto um alto nível de interpretação (os actores brasileiros de telenovela evitam toda a retórica teatral e encontram-se muito acima das deprimentes interpretações que vemos no *culebrón* mexicano ou venezuelano) e perceber-se-á a razão de ser do *slogan* com que a Globo apresenta os seus produtos: «Um campeão de audiências».

5. Ingrediente fundamental que propicia a criação de um «campeão de audiências» é a **personagem**. De novo aqui, encontramos um elemento (desta vez integrando a estrutura compositiva do universo diegético) de proveniência literária, lembrando o figurino do romance folhetinesco do século XIX. Componente fundamental da configuração semântica do relato, a personagem manifesta-se «sob a espécie de um conjunto descontínuo de marcas», de modo a funcionar como «unidade difusa de significação, *construída* progressivamente pela narrativa [...]. Uma personagem é, pois, o suporte das redundâncias e das transformações semânticas da narrativa, é constituída pela

¹³ Sintomaticamente, quando são introduzidas transformações significativas nos modos de enunciar o discurso narrativo da telenovela, os espectadores sentem alguma dificuldade em acompanhar o desenrolar do relato; aconteceu assim com *O Casarão* de Lauro César Muniz, telenovela em que alternavam, ao longo de várias épocas, diferentes gerações e personagens de uma mesma família, congaçada na relação com a casa construída em 1900 (Fernandes, 1987: 199-200).

soma das informações facultadas sobre o que ela *é* e sobre o que ela *faz*» (Hamon, 1983: 20).

Pensadas e enunciadas em função da narrativa literária, estas palavras de Ph. Hamon traduzem uma concepção dinâmica da personagem, que aqui pode ser entendida como remissão involuntária ao universo actancial da telenovela. Entidade «*construída* progressivamente pela narrativa», diz Hamon; de facto, talvez nenhuma outra narrativa, como aquela que obedece ao princípio da **serialidade** (seja ela o romance-folhetim, a *soap opera* ou a telenovela) se adequa com mais propriedade a esse propósito de construção progressiva, determinado pela lógica de um relato *in fieri*.

E contudo, nem por isso pode dizer-se que a personagem de telenovela constitui um elemento susceptível de substanciais rasgos inovadores, no que toca às suas dominantes psicológicas e sociais. De certa forma, a personagem de telenovela «vive» na dependência de duas forças diversas e mesmo, de certa forma, antagónicas: uma força (predominantemente) **estabilizadora**, que é a que faz da personagem um componente diegético facilmente identificável; uma força (potencialmente) **transformadora** que é a que coloca a personagem na dependência da **abertura** de que antes falávamos, em articulação directa com as reacções do público ao seu trajecto diegético: assim se explica que uma personagem possa ser realçada e mesmo, até certo ponto, lenta e cuidadosamente modificada com o decorrer das emissões, e outra venha a desaparecer ou a ser subalternizada. O que é favorecido também por essa que é uma característica praticamente congénita da telenovela: a sua longa duração (por exemplo: os 250 capítulos de *Selva de Pedra* de Janete Clair), permitindo que da memória narrativa do espectador se vão desvanecendo traços identificadores inicialmente esboçados. Só que **inicialmente** pode significar até seis ou oito meses antes...

As características que tendem a fazer da personagem um elemento virtualmente estável prendem-se, não raro, à capacidade de representação psicológica e social que a telenovela adquiriu, com a sua maturidade. Essa representação, fixando-se em **tipos** bem definidos (o playboy, a perversa, o coronel, o empresário, a criada, o banqueiro, etc.), colhe o essencial de uma

lição estética que provém da literatura oitocentista mais estereotipada, abrangendo manifestações diversificadas que vão da novela e do drama românticos ao romance naturalista. Curiosamente, também neste caso e tal como acontecia no teatro do século XIX, certos actores identificam-se com e especializam-se em certos papéis, reiteradamente interpretados: assim, Joana Fomm é a perversa, Betty Faria é a sedutora, Tony Ramos é o bom rapaz, Reginaldo Faria é o plaboy, António Fagundes é o galã, Lima Duarte é o coronel, etc., etc.¹⁴.

Directamente ligada a um determinado estatuto social, a personagem de telenovela protagoniza acções evocadoras, em princípio, de tensões e conflitos vários. Trata-se, contudo, de uma propensão algo falaciosa, conduzindo-nos directamente a um aspecto fundamental deste tipo de relato: as suas consideráveis potencialidades ideológicas.

De facto, usualmente o cenário social da telenovela apresenta-se estratificado, em níveis de existência bem delimitados: o estrato do poder, que tanto pode ser o da grande burguesia urbana (os «grã-finos» que vivem na zona sul do Rio de Janeiro; Ramos, 1987: 59 ss.), como o dos coronéis latifundiários do Nordeste; o estrato socialmente intermédio, da pequena burguesia urbana (funcionários, donas de casa, pequenos comerciantes, etc.); o estrato economicamente precário, dos motoristas, dos mordomos, das criadas e dos assalariados rurais, cuja subalterna situação é, contudo, amenizada de forma hábil: é a este nível que se encontram as personagens cómicas, por assim dizer compensando e disfarçando com esse cómico uma pobreza que, desse modo, deixa de ser notória. Porque a pobreza a sério (a das favelas e a das crianças abandonadas) em princípio não aparece nas telenovelas, o que

¹⁴ Evidentemente que os processos caracterizadores da personagem de telenovela revestem-se de especificidade própria. Refira-se, dentre esses processos, a utilização recorrente da banda sonora, através da ilustração musical. É frequente introduzir o aparecimento de uma personagem (e também das situações, muitas vezes amorosas, que ela vive), por meio de uma certa melodia, sempre associada a essa personagem. Assim se gera junto do espectador uma espécie de «efeito Pavlov», que assumiu uma dimensão extrema na telenovela *Dono do Mundo*: a personagem Beija-Flor surgia frequentemente acompanhada pela canção homónima interpretada por Simone. Neste caso, não custa mesmo admitir que o nome da personagem foi pensado já a contar com a canção.

ideologicamente é muito significativo, se tivermos em conta a efectiva realidade social de um país como o Brasil.

Seja como for, as relações entre estes diversos estratos sociais normalmente são estáveis, num universo donde está ausente a luta de classes: os conflitos desenrolam-se quase sempre **horizontalmente** e a situação, do ponto de vista da sua orgânica global, não sofre alterações profundas. A não ser, note-se, em certas circunstâncias particulares e carregadas de sentido «pedagógico»: quando, pelo seu trabalho ou pelo seu talento (como escritor, músico, fotógrafo ou publicitário, isto é, identificando-se com profissões «modernas» e apelativas), o jovem ou a jovem do estrato intermédio têm acesso à esfera do poder. Quanto aos motoristas e às criadas: normalmente, esses ficam motoristas e criadas...

6. Concluindo provisoriamente: movimentando-se num cenário social ideologicamente armadilhado de modo muito hábil, a personagem de telenovela parece ser um elemento elaborado de forma essencialmente **conservadora**; mas essa elaboração faz sentido (um certo sentido, que é o de um universo social **que se mantém** muito desequilibrado) e torna-se eficiente de um ponto de vista pragmático, porque, em termos globais e considerado como estratégia narrativa, o **discurso** da telenovela soube afirmar-se como discurso **inovador**, muito bem adaptado à realidade psicocultural em que é dominante. Mas inovador em termos relativos, se considerarmos que os protocolos narrativos importados do romance-folhetim oitocentista foram reajustados em função de um específico suporte expressivo (a imagem vídeo), de uma narratividade **electronicamente** reinventada (a que beneficia das potencialidades da realização em vídeo e dos efeitos de montagem) e também, como é óbvio, em função de particulares solicitações e atitudes receptivas: à porta do século XXI, em momento de crise da leitura (e da literatura) e quando vão perdendo vigor as seduções do cinema, a «fábrica de sonhos» que é a televisão faculta a provisão conveniente de **ilusão narrativa** que parece necessária ainda em fim-de-século pós-moderno.

No Brasil que consome telenovelas, estas curiosamente parecem até prescindir do título, elemento de marcação semântica neste caso um tanto

subalternizado. O espectador fala correntemente na «novela das seis», na «das sete», na «das oito» e na «das dez». Assim mesmo: **quatro** telenovelas por dia, a que se junta a «das duas» da tarde (total: **cinco!**, só na Globo), «reprise» de uma telenovela de sucesso.

Mas aquelas designações não são esvaziadas de sentido, já que remetem para temáticas e para públicos próprios. Designadamente: para temas históricos e/ou de discreta orientação pedagógico-cultural (a das seis da tarde); para temas cómicos e burlescos (a das sete), quando o cidadão chega a casa, depois de um dia de trabalho e das aflições da *rush hour*; para **grandes temas** sérios (amorosos, económicos, sociais, etc.), na **hora nobre** da telenovela das oito, temas (e público) eventualmente retomados na telenovela das dez, que pode ser também a serialização de um romance consagrado¹⁵.

Seja como for, uma tal profusão narrativa é mais do que suficiente para cumprir, pelo menos, duas importantes funções: em primeiro lugar, para continuar a incutir ao quotidiano do espectador de televisão a dose de **narratividade** que lhe é ainda necessária para se reencontrar com os seus sonhos, com os seus mitos e com os seus conflitos íntimos; como observa González Requena, «he aquí, pues, la mejor virtud de la narratividad y, a la vez, la causa de que ésta nos sea tan íntimamente y esencialmente necesaria: relajadas las exigencias inmediatas del ser social, el sujeto, a través de la metáfora narrativa, retorna a sí mismo, se aproxima a su inconsciente y encuentra – porque se concede – la ocasión de elaborar sus conflictos» (González Requena, 1992: 116-117)¹⁶. Em segundo lugar, cabe à telenovela realizar essa

¹⁵ Não se exclui que todas (ou várias) destas telenovelas sejam acompanhadas pelos mesmos espectadores (idosos, donas de casa, etc.); para tal, conta-se com uma memória narrativa prodigiosa e também com o apoio das revistas «da especialidade», que tratam de fornecer resumos dos episódios emitidos e a emitir.

¹⁶ Não se confirma, entretanto, no caso da telenovela, a suposição de que o *culebrón* constitui um relato propenso à anulação da narratividade, através da tendência para a infinitude (González Requena, 1992: 121-125). De facto, a telenovela aponta para um **desenlace**: todas terminam e não são retomadas noutras que se lhe seguem; e esse desenlace, muitas vezes retardado, acaba, de facto, por ocorrer, num capítulo que normalmente se reveste de uma dimensão apoteótica, até porque nele se restabelecem o bem perdido, a bondade esquecida e a felicidade adiada. Tudo normalmente de acordo com as expectativas e desejos do espectador.

satisfação substitutiva a que o espectador pacato e familiarmente enquadrado tem direito: afinal, o que na telenovela se mostra é que os remediados podem enriquecer pelo seu trabalho e talento combinados, e que a perversidade vem a ser castigada. Circula, assim, na telenovela uma reconfortante ideologia do **bom senso final** e da **crença na resolução das crises**; enquadrando (e de certa forma confirmando) essa difusa ideologia, insinuam-se na telenovela mensagens de útil pedagogia cívica, sanitária e até política, inseridas com «naturalidade» nas falas de personagens credíveis. Tudo resumido e simbolicamente representado num comentário de uma das personagens da telenovela *O Dono do Mundo*: «Todo o mundo diz que o povo tem que parar de esperar que o governo faça tudo». Depois disto, nem mesmo um sofisticado genérico, com imagens animadas por computador, será suficiente para desfazer a ilusão de que aquele quotidiano (o do mundo da telenovela) não é o quotidiano do espectador que o **vive**.

7. Se, como se disse no início, as fronteiras entre o mundo ficcional da telenovela e o nosso próprio mundo real tendem a desvanecer-se (aquele tiro «de verdade» em Roberto Matias é disso uma representação simbólica; a aversão do criado em relação a Joana Fomm confirma-o), então é possível encontrar uma explicação para esse fenómeno, tendo que ver também com a própria **quotidianidade** da televisão: «El ‘espectáculo cotidiano’ de la televisión anula simbólicamente al espectador. Al contrario de lo que generalmente se dice, no es la realidad, la política y el mundo los que se espectacularizan en la televisión sino que es el espectáculo el que se anula acercándose a la vida, tornándose en espectáculo de la vida, es decir, en no-espectáculo» (Bechelloni, 1990: 60). O que obviamente não acontece com o cinema convencional: é preciso ir ao cinema e (pelo menos) o escuro da sala assegura o efeito-espectáculo.

Há alguns meses, ocorreu no Brasil um crime que apaixonou a opinião pública, até ao limite da histeria colectiva: o actor Guilherme de Pádua assassinou a actriz Daniela Pérez, em circunstâncias e por motivos nunca completamente esclarecidos (e se o fossem, o episódio perderia muito do seu

interesse...). Mas o que realmente provocou a comoção colectiva, foi o facto de não ter sido exactamente (ou apenas) um **actor** quem cometeu o crime, mas sim uma **personagem**; de facto, quando o assassinato ocorreu, estava **ainda** a ser produzida e emitida a telenovela *Corpo e Alma*, em que Guilherme de Pádua era Bira e Daniela Pérez era Yasmin, envolvidos numa relação amorosa algo complicada. Daí a ira popular, traduzida em perseguição espontânea e em seriíssimas ameaças ao assassino; daí o pranto colectivo num funeral multitudinário, com competente e alargada cobertura noticiosa da Globo.

Por outras palavras (e terminando): o crime foi **mais crime** por ter atingido alguém tão querido do espectador como uma personagem (ou, afinal, amigo íntimo?) com quem convivia, no quotidiano de uma **ficção dissolvida**; o funeral foi concorrido e o choro abundante porque o espectador pôde participar nessa **história dentro da história** e ser, por uma vez e de corpo inteiro, personagem activa de uma (não) ficção. Tudo consumado e consagrado sob o **olhar omnipresente** da televisão e da **função bárdica** que continua a exercer, «remitiendo a aquella necesidad permanente que las sociedades humanas han expresado siempre ya desde las comunidades más antiguas: la de narrar y escuchar historias, más o menos fantásticas, más o menos verosímiles» (Bechelloni, 1990: 63).

Referências bibliográficas

- ALLEN, R. C. (1985) – *Speaking of Soap Operas*, Chapel Hill/London, Univ. of North Carolina Press.
- BARTHES, R. (1964) – *Essais critiques*, Paris, Seuil.
- BECELLONI, G. (1990) – «¿Televisión-Espectáculo o Televisión-Narración?», in A. Piromallo; A. Abruzzese (eds.) – *Videoculturas de fin de siglo*, Madrid, Cátedra.
- FERNANDES, I. (1987) – *Memória da telenovela brasileira*, São Paulo, Ed. Brasiliense.
- GONZÁLEZ REQUENA, J. (1992) – *El discurso televisivo: espectáculo de la posmodernidad*, Madrid, Cátedra.
- HAMON, P. (1983) – *Le personnel du roman. Le système des personnages dans «Rougon-Macquart» d'Émile Zola*, Genève, Droz.
- LEAL, O. F. (1986) – *A leitura social da novela das oito*, Petrópolis, Vozes.
- LÓPEZ-PUMAREJO, T. (1987) – *Aproximación a la telenovela*, Madrid, Cátedra.
- ORTIZ, R.; BORELLI, Silvia H. S.; RAMOS, José M. O. (1989) – *Telenovela: história e produção*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- RAMOS, R. (1987) – *Grã-finos na Globo. Cultura e merchandising nas novelas*, 2.^a ed., Petrópolis, Vozes.
- STEDMAN, R. W. (1977) – *The Serials. Suspense and Drama by Installment*, 2.^a ed., Norman, Univ. of Oklahoma Press.

O discurso dos ri(s)cos e os riscos do discurso

Introdução

Num ensaio sobre comunicação ecológica, ou mais precisamente sobre linguística ecológica¹, seria injusto para com a nossa essência humana não começar com uma reflexão sobre o quotidiano. O meu propósito é, partindo do relato duma experiência pessoal (uma atribulada ida às compras, de carro, com dois dos meus filhos), abordar alguns aspectos daquilo a que podemos chamar o «discurso sobre o risco», que assume um papel central no debate sobre as consequências ambientais de certas tecnologias. Assim como a forma como eu introduzo o tema é propositadamente periférica (podendo ser desconsiderada como «não racional», ligeira» ou «jornalística»), também certos pormenores da temática me parecem ser ainda periféricos, e mesmo tabu, no contexto português. Assim, falar de riscos pode constituir um risco.

Em ecologia temos que relacionar assuntos (e maneiras de lidar comunicativamente com eles, ou seja, «discursos») aparentemente díspares e foi isso que tentei fazer. Começo portanto por abordar a questão polémica do transporte individual: é que uma sociedade que se organiza em torno do automóvel tem necessariamente sérios problemas com riscos, e até com os riscos associados aos lixos. Ora se a busca de consensos em matérias controversas não pode descurar a questão fulcral do acesso à informação, também se torna relevante perceber como é que se nos apresenta a informação que

¹ Este ramo da linguística conhece já alguns contributos teóricos, de que destaco Fill, 1993.

potencia o conhecimento, para que do conhecimento que se tem se possa inferir ou compreender determinados comportamentos. Coloca-se portanto a questão de saber se os meios de comunicação, a linguagem, a própria língua nos permitem aceder à informação do foro ambiental, mas também a de saber até que ponto a transparência (ou a falta dela) é inerente às línguas ou estritamente estratégica. Passarei portanto a centrar-me em alguns aspectos fundamentalmente linguísticos e interlinguísticos do debate em torno da questão ambiental, estabelecendo igualmente algumas relações entre léxico e cultura. Em alguns casos referirei linguistas, sociólogos – e até a própria *Greenpeace* – que, no contexto de língua alemã, se têm pronunciado sobre estas temáticas.

1. Os riscos da segurança da cadeirinha de segurança

Um dia destes fui às compras de carro, com os meus dois filhos mais novos, e sofri aquilo que se poderia considerar um autêntico *efeito de estu-cha*². Passo a explicar. Como manda o código da estrada, o meu carro tem também uma cadeira de bebé com um *design* do tipo «cumpre as mais *apertadas* normas de segurança» (o itálico é especialmente importante, como se verá). Sentei o bebé, enquanto fui dizendo ao meu outro filho para não sujar os bancos com as bolachas. Puxei então a fita de cima do lado esquerdo, a fita de cima do lado direito, a fita de baixo do lado direito para depois puxar a fita de baixo do lado esquerdo e simultaneamente empurrar o bebé para cima, que entretanto já se deixava escorregar para sair. A criança ficou mais impaciente e eu perdi uma das fitas, precisamente a do lado oposto àquele em que eu estava. Como tinha ainda a carteira ao ombro e não dava jeito procurar a ponta perdida debaixo do bebé com ela a atravancar, tendo ao

² Uma *estu-cha* é, no meu dialeto, uma seca, uma chatice, um aborrecimento, aquilo que provoca irritação. Em meu entender, o efeito de estufa tem na sua origem muitos pequenos *efeitos de estu-cha* quotidianos, embora na realidade pouco se fale deles.

mesmo tempo que tirar o pacote de bolachas ao irmão, resolvi atirá-la para o banco da frente, facto que, com mais uma tentativa de fuga do meu pequeno rebelde, me fez voltar a perder uma das fitas. Nova tentativa, com a contrapartida dum pontapé no queixo e duns cabelos a menos no meu penteado matinal, e lá consegui finalmente juntar as quatro pontas. Podia então passar à fase seguinte: apertar o fecho. Uma das fitas estava ao contrário, por isso a fivela não podia funcionar. Outras tantas derrotas, gritos, berros, choros e lá consegui apertar o fecho, que era cor de laranja, garrido, bom para se ver à noite (em caso de acidente, é preciso retirar a criança rapidamente da cadeira, com um simples toque, antes que o carro se incendeie).

Tenho por hábito não andar depressa quando me irrito. Por isso daquela vez foi a minha irritação que salvou o meu filho. Numa dada perspectiva, terá sido mesmo a própria cadeirinha que salvou o meu filho, pois se não fosse o fecho eu não teria ficado irritada e não teria conduzido suficientemente devagar. Como a tecnologia também pode descambar para o torto (e aqui literalmente), o que aconteceu foi que, ao contornar uma rotunda, a cadeirinha *high tech* virou-se. Quando senti o meu filho bater com a cabeça no vidro lateral, olhei para trás e continuei a contornar a rotunda devagar, para me dirigir de imediato à urgência do hospital. Nessa altura apercebi-me de que os meus 30k/h tinham sido suficientes para não causar estragos de maior e estacionei o carro para colocar de novo a cadeira no lugar e para consolar a criança.



No meu carro só se consegue prender a cadeirinha ao banco de trás na parte de baixo, com o cinto de segurança. E assim, o que aconteceu foi que o meu outro filho (a quem eu, intempestivamente e em defesa dos direitos dos estofos do carro, tinha tirado o pacote de bolachas) se pôs a brincar com o cinto de segurança que prendia a cadeirinha, até que o abriu. A culpa, numa dada perspectiva, não foi da cadeirinha. Seria, nessa mesma perspectiva, do facto de eu ter mais do que um filho, não fora o que se passou a seguir.

Já a caminho, depois de resolvido mais este *pequeno pormenor de imple-*

mentação, o bebé apercebe-se de quão importante é para a sua sobrevivência futura o manuseio de fechos. Por isso, quando cheguei ao meu destino (por sorte sem ter ultrapassado os 40, devido ao trânsito, e sem ter feito nenhuma travagem súbita) já não precisei sequer de carregar no prático botãozinho cor de laranja: é que o meu rebento mais novo estava livre como um passarinho. Na verdade, se alguma coisa tivesse acontecido, o mais provável é que, também neste caso, me dissessem que a culpa não seria da cadeirinha, mas sim das vicissitudes da vida.

Depois deste princípio de manhã, acabei por trazer para casa uma quantidade maior de chocolates do que aquela que os médicos recomendam.

2. A sociedade do risco

A minha vontade era dar início às conclusões a tirar sobre este episódio com uma expressão como: *agora a sério*. Mas ela pressuporia que tudo o que está para trás, e que se caracteriza por um estilo aparentemente pouco académico, não foi dito a sério (a língua portuguesa obriga-nos a fazer uma clara associação entre discurso *sério* e *a sério*). O que constituiria uma flagrante mentira, tendo em conta a gravidade do que aconteceu (será que para falarmos de coisas *graves* temos também que adoptar sempre uma postura *grave*?).

Receio porém que as histórias do quotidiano já não possam ter conclusões, para não falar numa moral. Numa época em que tudo é imensamente complexo, e em que cada vez mais somente os técnicos e peritos estão habilitados a opinar, qualquer tipo de «moralismo», ainda por cima exposto desta forma, tende a ser combatido com inflamações verbais quase dignas dos tempos da inquisição. Só que, depois do que ia acontecendo ao meu filho, é compreensível que eu pergunte, e até com alguma emoção na voz, se não deveríamos tentar perceber aonde é que todo o discurso *high tech* ultra-moderno e sofisticado sobre questões de segurança nos está a levar.

Porém, será «politicamente correcto» e culturalmente adequado uma pessoa indignar-se em Portugal por um simples problema no manuseio de

fechos de segurança? Será também neste sentido que Mário Soares fala no direito à indignação pública, ou será que aponte a arma ao alvo errado? Em parte, é mesmo isso: o que está em causa nem é propriamente a segurança da cadeirinha, pois ela, *se não for usada*, é absolutamente segura. Mas se tivermos filhos pequenos, como eu tenho, só podemos deixar de a usar se não usarmos carro. Vendo bem, uma conclusão que se poderia extrair deste episódio é antes a de que não é líquido pressupor-se que o carro (e não o seu acessório cadeirinha ou cinto de segurança) constitua, para todos os que têm de o utilizar, uma incontestável melhoria na qualidade de vida.

Era muito mais agradável fazer as minhas compras a pé, de bicicleta ou de autocarro, em lojas de bairro ou mesmo na Baixa, onde quer que haja um jardim ou um parque infantil em frente. Por isso, a culpa também não é assim tanto do carro. É de toda uma organização do trabalho, da vida social e da própria cidade que nos obriga, enquanto trabalhadores a tempo inteiro, a ir às compras apenas uma vez por semana, nas chamadas «grandes superfícies», para enchermos o porta-bagagens com artigos produzidos, embalados e conservados com recurso a muitas outras novas tecnologias em que tanto se investe. Ou então para nos compensarmos, através do prazer efémero das compras, de outras necessidades que resultam da nossa permanente insatisfação connosco próprios e com muitas outras pequenas ou grandes *estuchas* a que quotidianamente nos deixamos sucumbir.

Por isso é natural que mal alguém abra a boca para se falar dos perigos da condução automóvel, ou dos perigos das incineradoras de lixo surja logo quem argumente que tudo isso é normal: ao entrarmos num carro, deparamo-nos *sempre* com perigos, assim como ao andar de avião, ao atravessar uma estrada, ao saltar da cama, ao fumar um cigarro, e por aí adiante. E se verdadeiramente não desejarmos incorrer nesses riscos, dizem-nos, somos livres de o fazer: podemos sempre não usar o carro, não andar de avião, não fumar, etc. Podemos sempre abdicar dum certo *bem-estar* («quem não arrisca não petisca»), ou seja, daquilo que já se vai designando na língua portuguesa, com ironia certa, por *cólide de vida*.

O que interessa não esquecer é que há riscos e riscos: seremos todos

assim tão livres de não morar ao lado de fábricas poluidoras ou de não sermos vizinhos de centrais nucleares? É que nesses casos já não estamos em presença de riscos a que as pessoas livremente, e individualmente, se sujeitam (como no caso do acto de fumar ou de ultrapassar o carro da frente) mas sim de riscos que lhes são impostos sem serem auscultadas ou sequer (devidamente) informadas.

É por isso que ter filhos é um risco acrescido, no mundo de hoje, e não só devido a situações como a que atrás descrevi. Assim se explica que cada vez mais gente escolha, em vez deles, o emprego, o carro, a câmara de video – enfim, um subconjunto da miríade de coisas que nos oferece a sociedade «multiopcional» (Gross, 1994). E tal como a concorrência faz aumentar em espiral as exigências de qualidade para os produtos que compramos e para o nosso ambiente doméstico, aumentam também em espiral essas mesmas exigências de «qualidade» em relação a nós próprios e aos nossos filhos: para além do impressionante desenvolvimento que as tecnologias de manipulação genética têm tido, basta ver também a quantidade de livros que as nossas crianças levam para a escola primária, a quantidade de «deveres» que trazem para casa, a quantidade de brinquedos educativos que lhes compramos, quantas vezes temos de comprar roupa nova em seis meses porque a velha deixou de ter aquele ar impecável que os olhares da vizinha de secretária nos impõe. Etc., etc., etc.

Ora tudo isto faz com que aumente a poluição, a montanha de lixo, e os riscos daí decorrentes. Se para cada problema a tecnologia e o mercado arranjam solução, também acontece que cada solução costuma acarretar consigo um novo problema. Ulrich Beck (1986) chamava portanto à sociedade actual, num livro que levantou muita polémica, a «sociedade do risco» («Risikogesellschaft»). Não é que cada risco, individualmente tomado em consideração, seja assim tão grande. Eles são é muitos (*mais que as mães*, também em sentido literal!), estão muito longe temporal ou espacialmente – ou seja, são globais – e não são apercebíveis «a olho nu».

3. As palavras de plástico e os valores da mudança

Conciliar de forma harmoniosa os riscos que cada um de nós, individualmente, decide assumir (distribuindo equitativamente por todos tanto os benefícios como os prejuízos) é uma tarefa ciclópica que cabe à política, mas temo que esteja a ser levada a cabo apenas pela economia. A nossa democracia transformou-se num bocejante alvoroço de galos, sem substância. É feita, segundo afirmava há uns anos atrás o linguista Uwe Pörksen (1992) a propósito da congénere alemã, de «palavras de plástico», adaptáveis a todas as circunstâncias, que tanto podem significar uma coisa como precisamente o seu contrário.

Podemos partir do princípio de que há duas definições de política (Holly, 1990: 5-6). A definição maquiavélica, segundo a qual a política não passa dum mero recurso de manutenção do poder nas mãos duma elite. Assim, essa elite mune-se de todas as armas que estiverem ao seu alcance para nos convencer de que tudo o que de novo vai surgindo no mercado, bem como tudo o que se inventa para remediar os males causados por muitas das coisas que surgiram no mercado, é para nosso bem. Não está verdadeiramente em causa averiguar se vale ou não a pena correr certos riscos, porque se parte do princípio de que, mesmo que se opte por tecnologias reconhecidamente arriscadas ou poluentes, é possível (e talvez menos arriscado para os investimentos que já se fizeram ou que estão previstos) levar a sociedade, através de bem dirigidas campanhas de sensibilização pública, a aceitar viver com eles.

Mas à política subjaz idealmente, numa visão já não maquiavélica, mas sim aristotélica, uma dimensão ética. Nesta concepção, ela existe para salvarguardar o chamado «bem comum», os interesses de toda a sociedade. No caso deste segundo tipo de política, torna-se necessário averiguar se vale ou não a pena correr *certos* riscos, se se verificar que eles não se fazem acompanhar duma significativa melhoria da qualidade de vida para a generalidade da população. Para que este tipo de política possa coexistir com a «política real» acima descrita, é muitas vezes necessária uma atitude de cepticismo

em relação ao Poder (tanto na sua acepção económica como político-institucional). É o caso do movimento ambientalista nas suas diferentes vertentes, que, embora sem grande poder económico, se faz ouvir através da produção mais ou menos regular de acontecimentos com efeitos mediáticos.

A força deste movimento (e também de outros movimentos sociais) já conduziu a um aumento exponencial das «comissões de ética» num país como a Alemanha. Mas as concepções de ética podem ser diferentes entre si: uma delas poderá mesmo propor que se silencie ou doure certas pílulas, respondendo negativamente a perguntas como: será justo confrontar as pessoas com realidades desagradáveis? Contribuirá isso para a sua felicidade ou para o seu bem-estar? E se a realidade for desagradável, será de todo injusto oferecer-lhes uma realidade mais bonita, ainda que virtual? Num mundo em que cada vez mais o poder passa pelo controle dos meios de comunicação, estas questões adquirem uma importância capital. Assim, a tendência para a negação dos riscos ou para o seu silenciamento pode também aumentar com a sua proximidade, mecanismo psicológico perfeitamente conhecido e compreensível.

O discurso sobre o risco transforma-se num movimento dialéctico de que resultam muitas ambiguidades. Visto que os ambientalistas dispõem normalmente dum capital ético não desprezível, a política da chamada «economia real» precisa de se apropriar do seu discurso e mesmo dos seus conceitos, redefinindo-os em função dos seus próprios objectivos³. Se os ambientalistas falam em *protecção do meio ambiente*, governo e indústria rapidamente o farão também. Se se diz que é preciso *reduzir, reutilizar e reciclar* o lixo, depressa governo e indústria se arvorarão em paladinos dessa mesma política⁴. E se a correspondência que se visa estabelecer entre palavra e reali-

³ O que, por sua vez, também pode ser fatal. Segundo o *Der Spiegel* de 19.6.95, antes do recente boicote alemão à gasolina Shell, esta empresa tinha lançado campanhas de *marketing* muito ao estilo da *Greenpeace*, a que a população alemã aderiu entusiasticamente. Logo que se tornou evidente a renitência da empresa em abandonar os seus planos de afundamento da plataforma Brent Spar, a população reagiu como se viu.

⁴ Por outro lado, também é possível por vezes descortinar do lado ambientalista uma tendência para usar uma linguagem muito técnica, porventura para tornejar a frequente acusação de fundamentalismo.

dade designada for, em alguns casos, questionável, há que evitar a todo o custo o risco de conflito e aplicar todos os recursos – nomeadamente as palavras de plástico – na promoção de «consensos». Porém, se tudo o que for discutível estiver condenado a não ser discutido, há também sempre o risco de que essa falta de debate acabe mais tarde ou mais cedo por se constituir em rastilho de conflitos latentes.

No que se refere à questão com que eu inicie este artigo, e que me levou para a discussão da necessidade ou não do recurso ao carro (nó górdio civilizacional como vimos muito difícil de desatar), é possível constatar já alguns resultados deste processo dialéctico. Se o valor que inicialmente moveu a sociedade para a aquisição de automóveis foi o da mobilidade individual que eles permitiam, e se, numa segunda fase, os critérios de segurança e de baixo consumo passaram a constituir também motivos de compra preferenciais em alguns grupos-alvo, actualmente a força que, nomeadamente em países como a Alemanha, o movimento ambientalista tem vindo a adquirir, desde a entrada dos Verdes no espectro político-partidário, já fez com que em certos locais se esteja a caminhar para uma situação em que muitos cidadãos, de todas as idades, optam por limitar fortemente o uso do carro devido a uma combinação de factores como: cansaço (maior consciência do *stress* provocado por estradas superlotadas), protecção do meio ambiente (redução das emissões poluentes na origem), protecção da saúde física e mental (bicicleta) maior conforto (poder fazer outra coisa, como ler ou conversar, mediante o recurso aos transportes públicos). Alguns sectores da sociedade já optam actualmente por abdicar do carro com um outro argumento: a rejeição duma tecnologia que envolve um recurso intensivo a matérias-primas não renováveis ou dificilmente recicláveis.

Esta é uma das razões pelas quais comecei por falar do carro, apesar de mais adiante pretender abordar a questão dos lixos. E não teria começado justamente por aí se não tivesse tido recentemente oportunidade de recorrer exclusivamente aos autocarros ou à bicicleta, aquando da minha estadia na cidade alemã de Münster. Mas há mais razões: é que a alteração dos meios de locomoção ao dispor das sociedades actuais acarreta consigo alterações

profundas no próprio ambiente urbano. O simples facto de o município de Münster ter optado por investir em caminhos para bicicleta acarretou como consequência uma diferente distribuição do comércio, que passou a não se cingir a uma zona restrita da cidade, estendendo-se através duma miríade de pequenas lojas de todos os tipos, ao longo de muitas vias, principais e secundárias. Onde as pessoas podem passar livremente (e estacionar a bicicleta) gera-se negócio. Se é fácil ir às compras, vai-se mais vezes e compra-se em menores quantidades, ocupando-se o pouco espaço disponível na bicicleta para transportar os artigos que se deseja e não um monte de embalagens supérfluas. Assim, reduz-se o risco de assaltos, reduz-se a necessidade de recorrer a produtos muito embalados, reduzem-se as emissões para a atmosfera e a quantidade de lixo produzida. Reduz-se também, obviamente, a necessidade de cintos de segurança.

4. «O que não mata, engorda»: os riscos da periferia

Quanto a Portugal, a opinião com que fico quando olho à minha volta e quando leio jornais portugueses é a de que ainda estamos longe de ter atingido um consenso (sem aspas) a este respeito. Mas estamos também muito longe de ter sequer iniciado um conflito. Se alguma insatisfação social já existe, latente e perigosa, como no caso do «buziã» em Lisboa, ela não está porém a ser suficientemente acompanhada por todas as franjas da comunidade científica, ou então esse acompanhamento não tem grandes repercussões na opinião pública. Temo que a nossa situação periférica, quer em termos geográficos, quer também em termos linguísticos, acabe por levar a que o «consenso» em matérias tão vitais para a nossa sobrevivência como são os problemas ambientais nos chegue de fora, por pressão política externa ou do próprio mercado. A polémica dos lixos, por exemplo, tem demonstrado quão importante é a adopção duma atitude de cepticismo: por muito que possa ser criticável a crítica, parece ser um dado adquirido que só ela tem permitido que os problemas passem a ser conhecidos e que assim se

possam ponderar mais democraticamente as medidas políticas tendentes à sua resolução.

Como germanista, é difícil não reparar na raridade com que as referências ao *ozono*⁵ nas baixas camadas da atmosfera aparecem em jornais portugueses, quando comparados com jornais alemães (o que em parte se compreende, devido às diferenças no tecido industrial e rodoviário). O mesmo acontece com toda uma série de outras designações de poluentes que são habituais na imprensa de língua alemã, fazendo mesmo parte do vocabulário comum, e que até dão azo a uma certa ironia, como aquela que está patente na expressão *Schadstoff der Woche* (o poluente da semana), frequentemente usada para ridicularizar uma eventual predisposição mórbida da população de língua alemã para debater estes assuntos.

Todavia, ainda não decorreu muito tempo desde a Conferência de Berlim sobre as alterações climáticas e, ao folhear os principais jornais portugueses durante esse período, fiquei com a sensação de que não seria possível ao cidadão comum tomar verdadeiramente consciência da política concreta do governo português nesta matéria, que aliás pretende aumentar em 30 ou 40 por cento, mais do que qualquer outro país da UE, as emissões de dióxido de carbono para a atmosfera (*Natur*, 1995: 49)⁶. O cidadão comum não chegou tão pouco a perceber quais as razões do governo e dos ambientalistas em relação à ponte do Montijo: os argumentos de parte a

⁵ Para quem não saiba, trata-se dum poluente emitido por automóveis que se mantém nas baixas camadas da atmosfera, provocando alergias e, segundo parece estar comprovado, até mesmo cancros. Trata-se também do pomo da discórdia numa das mais recentes e mediáticas controvérsias alemãs: o estabelecimento dos valores-limite a partir dos quais se anunciará o «alarme de ozono» e a consequente proibição da circulação de veículos, privados ou de mercadorias, que não estejam equipados com catalisador. Note-se que me refiro ao ozono nas baixas camadas da atmosfera – produzido por gases de escape, mas também por fotocopiadoras e outros aparelhos eléctricos. Nessa medida, não tem a ver com o chamado buraco de ozono. Esta explicação é relevante, pois perguntar a um médico português se uma determinada reacção alérgica se poderia eventualmente dever ao ozono pode suscitar confusões.

⁶ No caso dos veículos motorizados, responsáveis a nível global por 20% das emissões de CO₂ para a atmosfera (Heimann, 1995), um gravíssimo problema é constituído por toda uma série de outros poluentes, reconhecidamente cancerígenos, lançados pelos gases de escape e de que muito menos se fala (Henschler, 1995).

parte não foram, a meu ver, suficientemente explicitados na imprensa. Fica-se com a sensação de que, a haver política, é uma política inconveniente e embaraçosa em termos de opinião pública.

Faz parte da cultura de «brandos costumes» que transmitimos aos nossos filhos a ideia de que «tudo o que é bom faz mal» ou a de que «o que não mata, engorda». À pala dessa herança cultural, tornou-se mesmo «politicamente correcto», entre nós, bagatelizear riscos e perigos com argumentos como o de que eles são inerentes à existência humana e de que «o que não tem remédio, remediado está»⁷. Quando alguma coisa é feita (e isto é válido também para países ricos como a Alemanha), atacam-se os problemas de poluição com tecnologia de fim-de-linha (os catalisadores para os carros, os ainda necessários, mas não eternizáveis filtros para as chaminés, as ETARs, as incineradoras, os aterros, e também – porque não? – a cadeira de bebé para o carro e o cinto de segurança). Em Portugal, essa política é levada a cabo com o argumento (correcto, aliás) de que ainda é preciso resolver os problemas ambientais de primeira geração. Mas evita-se assumir posições mais arrojadas, e creio mesmo que essa atitude é por vezes acompanhada dum preconceito cultural em relação à alegada arrogância dos países ricos do Norte, germânicos ou escandinavos⁸. Simultânea e subservientemente

⁷ Segundo um artigo publicado na *Frankfurter Rundschau* de 2 de Junho de 1995, com o título «ozonig», também os franceses não parecem estar preocupados com o ozono nas baixas camadas da atmosfera. O artigo prossegue lembrando ironicamente que quando, na sequência de Chernobyl, a nuvem radioactiva atravessou a Europa, bastou que a França fechasse as suas fronteiras e dissesse «daqui não passas!» para que, ao contrário do que se passou na Alemanha, no país de Asterix não se tivesse ouvido falar em carne ou em legumes radioactivos. Por outro lado, no jornal português *Público* saiu em finais de Junho de 1995 uma pequena notícia dando conta da especial apetência dos alemães para ficarem doentes por razões ambientais. Parece-me, pois, não ser descabido recordar aqui um comentário da linguista Deborah Cameron, que esteve recentemente em Coimbra, a propósito dos portugueses: dizia ela, num almoço informal, que os portugueses se queixam muito de alergias...

⁸ Países onde aliás a influência cultural do luteranismo foi maior, até mesmo no que toca a aspectos como os índices de leitura e, em meu entender, o próprio estilo comunicativo das pessoas. Eis pois a razão da ambiguidade da palavra «ri(s)cos», no título que dei a este trabalho: frequentemente se diz também que só os que estão bem na vida (independentemente do país em que vivem) se preocupam com o ambiente, o que me parece uma generalização abusiva. Por isso mesmo, as diferentes definições de «ambiente» e de «riqueza» deveriam ser explicitadas.

permite-se porém que grandes interesses económicos, como os do sector da embalagem *one-way*⁹, nos imponham cada vez mais a mentalidade de usar e deitar fora, extremamente dependente das infraestruturas rodoviária e da incineração de lixos.

O episódio da cadeirinha de segurança, bem como as inter-relações que estabeleci com outros fenómenos do quotidiano, permitem-nos agora compreender que o efeito de estufa ou a problemática da poluição e dos resíduos são provocados não tanto pela emissão de toda uma panóplia distante e incompreensível de poluentes (e dos quais ainda tendemos a falar usando o termo demasiado genérico *poluição*), mas antes pela prisão perpétua (ou gaiola dourada) que estamos a impor a nós próprios e aos nossos filhos com o estilo de vida que levamos e que os condicionalismos da nossa economia e da nossa vida social nos impõem. Assim, o cinto de segurança assume no presente trabalho um valor simbólico, mas noutra sentido: através dele nos transformamos, em nome duma cada vez mais questionável mobilidade, em seres apáticos e inertes.

Repensar pois a miríade de riscos a que o nosso quotidiano nos expõe é uma tarefa imprescindível e inadiável. Daí também a legitimidade científica do discurso informal que usei atrás, pois talvez nos faça «regressar à Terra» (Marques, 1994). Com todos os *bits* de informação de que dispomos hoje – e justamente *por causa* desse mesmo excesso de *bits* –, se não dedicarmos uma atenção especial ao nosso próprio quotidiano, até mesmo a algo de tão quotidiano e de tão inerente a nós mesmos como é a linguagem, arriscamo-nos a só tomar consciência dos problemas quando já for tarde demais.

Em qualquer caso, o PIB não pode ter o peso excessivo – e exclusivo – que tem hoje na avaliação do grau de riqueza duma sociedade. Já há tendências de consumo que apontam para um bem-estar ou conforto «light», compatíveis com um desenvolvimento sustentado.

⁹ Veja-se, entre outros, o slogan da multinacional Tetra Pak, infelizmente verdadeiro em ambas as acepções da palavra *embalagem*: «Portugal está com mais embalagem!».

5. A linguística face ao poder (linguístico e comunicativo) dos peritos

Não hesito pois em afirmar que os problemas ambientais me parecem ter também a sua origem em questões de comunicação e de linguagem. Uma das teses do conhecido sociólogo alemão Niklas Luhmann (Luhmann, 1989) é a de que o discurso sobre os riscos constitui, em si mesmo, um discurso arriscado em termos sociais¹⁰. Alarmar a sociedade com sucessivos escândalos sobre químicos cancerígenos na alimentação, ou sobre produtos geneticamente manipulados, ou sobre grandes projectos tecnológicos é pior, pelas consequências sociais que isso pode acarretar, do que a aceitação dos riscos que essas mesmas tecnologias envolvem¹¹. Assim, como dizia há tempos um sociólogo português¹² que parecia corroborar a teoria de Luhmann, é melhor não fornecer às pessoas, aos chamados leigos, «demasiada informação», pois isso poderia trazer consequências imprevisíveis para o debate, que rapidamente degeneraria em de-«bate» (o gesto que fez com as mãos é elucidativo). Um pressuposto básico deste tipo de afirmações da parte de sociólogos parece ser o de que a sociedade actual está irremediavelmente dividida entre leigos e peritos. E que cabe estritamente aos peritos a decisão sobre aquilo que é ou não adequado.

Ora uma das tarefas das Ciências Humanas em geral, e da linguística em particular, é justamente estabelecer a ponte entre leigos e peritos, num mundo cada vez mais dominado por estes últimos. Com efeito, a confusão tende a instalar-se, em virtude de também sermos cada vez mais confronta-

¹⁰ Também não são de desprezar os riscos pessoais que dele podem advir: perda de reputação, processos em tribunal, perda de emprego.

¹¹ Veja-se também Luhmann, 1991, em que o autor tece considerações a meu ver igualmente polémicas sobre os riscos da observação da realidade, nomeadamente os riscos de investigar em certas áreas, não especificando quais. Assim, se para um cientista poderá ser arriscado trabalhar em áreas muito contestadas, como a da energia nuclear, também poderá não ser menos arriscado trabalhar em áreas periféricas, ou seja, para as quais os investimentos da indústria não são canalizados.

¹² Esta afirmação foi feita num colóquio organizado conjuntamente pela Associação Portuguesa de Engenheiros do Ambiente e pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, que teve lugar a 27 de Maio de 1994 na Universidade de Aveiro. A comunicação apresentada não consta das respectivas actas.

dos com posições contraditórias por parte de diferentes peritos. No caso da Germanística, considero tarefa prioritária estabelecer a ponte entre o debate sobre riscos ambientais que se faz em países de língua alemã e em Portugal, que, por ser periférico na UE, está sujeito aos riscos acrescidos da falta de informação e da desinformação. Em suma: a linguística pode e deve contribuir para um maior acesso do cidadão comum, homens e mulheres, ao conhecimento científico e tecnológico que cada vez mais o condiciona e limita na sua vida quotidiana, como acima tentei demonstrar através do episódio com a cadeirinha do carro. E também pode contribuir para que as questões do quotidiano de cada um se tornem visíveis, ou seja, para que adquiram de facto a relevância que deveriam ter para se determinar o rumo da investigação futura (e isto não estritamente numa perspectiva imediatista de «pesquisa de mercado»). Nessa medida, só posso discordar de Luhmann, em relação ao caso português. Temos ainda um grave *deficit* de informação, e até mesmo de informação alarmista. Pior ainda: há um *deficit* de formação para a procura autónoma de informação, para a interpelação pública, para a participação democrática.

Mas clarificar o que se entende por leigo e por perito não é tarefa fácil, numa sociedade com um número cada vez maior de «peritos» (há peritos para tudo, até para coisas como o futebol!), fragmentada em interesses cada vez mais díspares entre si e com vocabulários específicos cada vez mais alargados, devido à crescente variedade de ofertas para os diferentes grupos sociais. Contrariamente ao lamento que muitas vezes se ouve da parte da dialectologia e da sociolinguística, devido à morte de muitas línguas em consequência duma alegada imparável uniformização linguística, eu creio que estamos antes de mais à beira duma nova Babel, tantos serão em breve os vocabulários particulares numa sociedade que tende para uma crescente complexidade e diversificação. Mais do que a leitura de um livro, torna-se por vezes esclarecedor um olhar crítico para a secção de revistas duma boa livraria. Assim, ler é também ver o que está à nossa volta e não nos deixarmos engavetar demasiadamente num determinado segmento de mercado.

Na Alemanha, trabalhos recentes no domínio da sociolinguística diacrónica e da lexicologia têm vindo a constatar uma certa quebra no poder

linguístico dos peritos (Jung, 1990) e a provar a necessidade de conferir ao leigo um estatuto mais importante (Wichter, 1994), ou seja, a contrapor ao poder linguístico dos peritos a existência (muitas vezes esquecida) e legitimidade do discurso do leigo¹³. Há cada vez mais pessoas inicialmente leigas numa determinada matéria que, por algum motivo particular, começaram por iniciativa própria a informar-se sobre determinadas questões – sobretudo aquelas questões que se prendem com o seu quotidiano, como são aquilo que se compra, o desporto que se pratica, as doenças de que se sofre e também, justamente, as diferentes alíneas de matérias controversas como as da protecção do meio ambiente. Os chamados «leigos interessados» já sabem o que são nitratos e estão a par da evolução do buraco de ozono, para o que muito contribui o sucesso mediático do movimento ambientalista e também da miríade de revistas de divulgação especializadas nessas matérias. Finalmente, que dizer daquelas situações em que são as crianças que ensinam os próprios pais, professores ou autarcas, como por exemplo no comportamento a ter em relação ao lixo?

Em contrapartida, o perito no sentido tradicional pode também ser assaltado por crises de ignorância, devido à complexidade e abrangência dos problemas a resolver, a que o enorme grau de especialização hoje reinante em muitas áreas do saber não dá resposta: pode pois faltar-lhe uma formação de outro tipo. Assim, certas áreas das ciências exactas talvez devam mesmo ser levadas a cabo por pessoas que pudessem comprovar uma profunda formação humanística e filosófica. Serão todos os peritos capazes de entender que a solução do problema quotidiano que acima descrevi pode não passar por substituir os fechos da cadeirinha de bebé por outros mais «fiáveis»?¹⁴

¹³ A palavra «leigo» significa, segundo o dicionário de Língua Portuguesa «Editora» «que ou aquele que não tem ordens sacras; laical; secular; *fig.* ignorante, desconhecedor.» Torna-se evidente a associação com o domínio religioso: nos tempos que correm, um perito numa dada área corre tanto o risco de ser acusado de dogmatismo ou mesmo de fanatismo religioso como um «leigo» ou «ignorante» de ser elogiado pela sua postura independente ou pela sua perícia em esquivar ao peso da sabedoria, quando esta for equivalente a «dogma».

¹⁴ Com efeito, a solução, em termos globais, não se coaduna com continuarmos indefinida-

A colaboração interdisciplinar é bem-vinda, embora também não seja a panaceia universal: dela poderá também resultar a incompreensão mútua, nomeadamente pela utilização de diferentes termos técnicos ou de diferentes acepções para os mesmos significantes (Wichter, 1988). Apesar de existirem cada vez mais terminologias de especialidade, em resultado de actos de normalização que se pautam por nobres princípios de não ambiguidade, visando a «optimização» do processo comunicativo, elas não escapam àquilo que eu designaria por ironia da comunicação: é que encarar a linguagem meramente como um instrumento de entendimento mútuo é uma visão ingénua da realidade. As terminologias técnicas – como qualquer outro tipo de linguagem, aliás – também são ambíguas (Roelcke, 1991).

A linguística pode tentar estabelecer, partindo de textos concretos, as coordenadas referenciais e comunicativas da utilização de termos de especialidade (que significa *ozono*, se não for claro a que *ozono* nos referimos, ao das altas ou ao das baixas camadas da atmosfera? Que significa a palavra alemã *Boden*¹⁵ para todos aqueles que, oriundos de disciplinas diferentes, debatem assuntos como o ordenamento de território, a preservação da Natureza, etc?). Mas também intervindo criticamente no sentido de questionar o poder dos tecnocratas no estabelecimento de definições para conceitos que são vitais para o bem-estar da população. Uma das tarefas interes-

mente a apostar em tecnologias muito consumidoras de materiais (*materialintensiv*), como é o caso da indústria automóvel e de todos os seus acessórios, mas antes por desmaterializar a produção (*desmanufacturar*). E sei que dizer isto no contexto português, depois do caso da Renault, é também um risco. Mas há alguns riscos que temos mesmo que assumir. Caso a sociedade continue, como se prevê, a optar pelo carro, é preciso dizer que, segundo ouvi a E. Ulrich v. Weizäcker, numa feira de tecnologia ambiental a que fui em Düsseldorf (*Envitec*, 21 de Junho de 1995), já existem protótipos de carros que consomem 1/2 l aos 100Km. A resistência da indústria em os comercializar tem sido o principal obstáculo à sua produção. Ora a indústria resiste porque o que faz vender carros actualmente é a miríade de acessórios com que eles vêm equipados, nomeadamente os mais variados sistemas de segurança e de conforto interior, os quais – é preciso que se diga – são absolutamente incompatíveis com uma política industrial tendente a uma redução drástica do consumo de gasolina.

¹⁵ O dicionário de Alemão-Português «Editora» inclui um inventário alargado de traduções para este termo, de que destaco algumas: *solo, chão, terreno, terra, soalho, sobrado, base, fundamento, bens imobiliários, bens de raiz*. Sobre as diferentes definições para *Boden*, consoante a perspectiva científica que se adota, ver também Wittkämper, 1992-93: 53-55.

santes neste campo consiste, por exemplo, em tentar perceber o que significam, para todos os que as usam, as palavras *risco*, *riqueza*, *conforto*, *qualidade de vida*, *crescimento* ou mesmo a palavra *lixo*. Pegando nesta última, é útil averiguar como é que esta realidade é designada em diferentes línguas e em que termos é que este complexo conceptual é definido nas diferentes legislações nacionais ou em dicionários de uso comum e de especialidade. De facto, a Greenpeace tem alertado insistentemente para uma estranha forma de *reciclagem*: a transformação linguística do lixo em *mercadoria*.¹⁶

Mas isso exige que os linguistas não se escondam eles próprios atrás duma retórica e duma terminologia impenetráveis, fruto duma crença ingénua num hermetismo «científico» que só pode contribuir para que o fosso entre leigos e peritos, uma das principais causas do tão falado desgaste da democracia, se torne cada vez mais intransponível. Falar bem não é necessariamente falar difícil: há que educar, não para a insustentável ligeireza do discurso difícil, mas para a precisão e rigor dum discurso inteligível. A linguística deve pois manter-se atenta ao que a rodeia para ser capaz de descrever situações de desentendimento, quer conflituoso, quer consensual, pois em ambos os casos pode haver desentendimento: veja-se de resto a complexidade envolvida na própria definição de *consenso* (Giegel, 1992).

Em questões polémicas, como no caso da transferência de tecnologia, e concretamente no domínio das chamadas tecnologias de «protecção do ambiente», verifica-se com frequência um uso essencialmente político de termos de especialidade. Aliás, esses termos tendem rapidamente a extravasar o círculo restrito dos técnicos para serem disseminados na linguagem comum, sendo por isso mesmo cuidadosamente escolhidos com vista a obterem a aceitação do público: e aqui tanto a indústria, como o próprio movimento ambientalista, têm tido um papel muito importante. Assim, para o linguista o que está em causa não é necessariamente polemizar, com intuítos manifestamente prescritivos, como se polemizou a propósito da legitimidade ou não de termos como *software*, por oposição a *suporte lógico*. Não se

¹⁶ Daí o *slogan* desta organização: *Müll bleibt Müll!* (*Lixo é lixo!*).

trata meramente de salientar as virtudes ou desvantagens da utilização de termos vernáculos, como em França com a controvérsia em torno do termo *sac gonflable* para *airbag*. Mais importante é que a investigação não se fique por aí e se tente descortinar, num intuito acima de tudo descritivo e não perdendo de vista uma perspectiva evolutiva ou diacrónica da língua, quem diz *almofada de choque* em vez de *airbag* (se é que, em Portugal, alguém o faz!) ou vice-versa, e por que motivo o faz. E estimular o uso crítico/criativo da linguagem, em vez de adoptar uma atitude repressiva¹⁷ em relação às inovações que vão surgindo espontaneamente. Assim, porque não se há-de poder dizer *almofada de choque* ao lado de *airbag*, se ambas as designações, embora denotem o mesmo, não são idênticas em significado? Porque não se há-de aceitar a expressão *cólidez de vida*, se o próprio carácter «feio»(?)¹⁸ do significante se adequa especialmente a uma realidade que é urgente criticar? E porque não havemos de registar com agrado a criatividade linguística de Cavaco Silva, que há tempos chamava ao PDEC¹⁹ algarvio (segundo Miguel Sousa Tavares, numa crónica do jornal *Público*) um *susto* de desenvolvimento?

Isto não quer dizer que a linguística sintagmática não mantenha a sua importância, sobretudo se envolver uma componente textual e se nos permitir, por exemplo, avaliar criticamente um determinado texto, no sentido de nos apercebermos de eventuais contradições semânticas, omissões, ou até mesmo excessos retóricos como as estratégias para *épater le bourgeois*, também muito típicas de certas linguagens técnicas quando usadas em operações de relações públicas.

No entanto, o eixo paradigmático é de importância capital na avaliação do que está por detrás da nossa própria consciência ecológica. Há que descrever as associações que um determinado termo suscita, bem como os seus

¹⁷ Ainda é frequente em Portugal desqualificar terceiros com o argumento suspeito de que as palavras usadas não vêm no dicionário.

¹⁸ O critério estético parece ser, entre nós, muito importante na avaliação dum neologismo. Mas como caracterizar mais concretamente o que está na base das noções de «belo» associadas às palavras?

¹⁹ Esta sigla («Processo de desenvolvimento em curso»), por sua vez, é de Schmidt, 1993: 5.

usos metafóricos, no sentido de podermos compreender eventuais aproveitamentos estratégicos. Interessante neste contexto me parece o termo, muito corrente na imprensa de língua alemã, *Verkehrsinfarkt*²⁰: à letra, *enfarte provocado pelo trânsito* (subentende-se o trânsito automóvel), ou *enfarte rodoviário*. Por sua vez, o título duma brochura da organização ambientalista alemã BUND era *verkehr verkehrt* (*verkehrt* quer dizer «ao contrário») e assim, consoante a interpretação que lhe dermos, poderá significar *o trânsito vira-nos ao contrário* ou *o trânsito está ao contrário* – em todo o caso, a precisar de mudanças que invertam o sentido que as coisas estão a levar! Mas a palavra *Verkehr* também pode querer dizer *relações humanas*, particularmente as de natureza sexual. Que consequências podem advir da utilização destes dois signos com o mesmo significante? De facto, saber até que ponto o apego ao carro é sintoma de, ou estimulado pela publicidade como compensação sexual é uma velha controvérsia que tem sido também muito aproveitada (lembro-me duma campanha publicitária recente baseada no *slogan*: *sexo sobre rodas*). Um exemplo análogo é o da palavra *power*, no inglês, que, consoante o contexto, tanto se traduz por *electricidade* como por *poder*. Também o nosso estilo de vida actual se deve ao enorme poder que hoje detêm as companhias de produção energética, sendo que uma questão central do movimento ecológico é saber se conseguiremos inverter a degradação acelerada das condições ambientais através da penalização das fontes energéticas escassas, poluentes ou de alto risco em favor das chamadas *energias soft* ou *energias renováveis*. Por isso, não é de espantar que a EDP (Electricidade de Portugal) aproveite num dos seus anúncios as potencialidades da morfologia do português para anunciar os seus produtos como *energia renovada*²¹.

²⁰ Na era das auto-estradas da informação já se fala também em *Informationsinfarkt* («enfarte informativo»).

²¹ Numa recolha de erros de formulação de alunos universitários encontrei algumas confusões do tipo: infância/infantilidade, mediano/intermédio, lúcido/elucidativo. Por isso, não me espanta a possibilidade de confusões porventura intencionalmente geradas e aproveitadas entre «energia renovável» e «energia renovada», que aliás faz lembrar a que pode existir entre «reciclado»/«reciclável», «desenvolvimento sustentado»/«desenvolvimento sustentável».

Finalmente, não deixa de ser interessante averiguar em que medida se pode, a partir das características das línguas, especialmente do vocabulário e do seu uso, compreender melhor certos traços culturais ou mesmo certos desenvolvimentos históricos, de que poderá ser exemplo o recente boicote maciço da população alemã à compra de gasolina Shell, em virtude do planeado afundamento da plataforma petrolífera Brent Spar. De facto, nem britânicos nem franceses reagiram de forma tão emotiva e empenhada aos intentos da multinacional (*Der Spiegel*, 19.6.95, pp. 23-24)²². Cabe pois encontrar algumas das raízes culturais – e até mesmo linguísticas – deste boicote. É o que tentarei fazer no capítulo que se segue.

6. Transparência «nua e crua» (alemão) ou inocente opacidade (português)?

A população de língua alemã é conhecida pela sua preocupação obsessiva, segundo alguns, com os problemas da protecção ambiental. É este, pelo menos, um dos frequentes estereótipos que encontramos na imprensa portuguesa. Mas uma análise lexical fez-me concluir que essa afirmação poderá não ser totalmente correcta. Se partirmos da própria palavra portuguesa *ambiente*, verificamos que os dicionários alemães mais recentes registam uma palavra com o mesmo significante, *das Ambiente*, importada a partir do italiano, mas que quer dizer qualquer coisa como a arte de viver com uma mistura de luxo, *design* e sofisticação (Ferreira, 1995). Por isso não tem nada a ver com o significado da palavra *Umwelt*. Assim, quando numa publicação do ICEP (Instituto do Comércio Externo Português), intitulada *Comércio e Indústria* (n.º 1, Abril de 1995) se dizia, há tempos, que muitas empresas portuguesas teriam estado representadas numa *Feira do Ambiente* na Alemanha, temos de nos perguntar o que é que, ao certo, se queria dizer, pois se tratava de firmas de mobiliário e de materiais de construção. É caso para nos perguntarmos se este tipo

²² Mais recentemente, a mesma receita foi aplicada por muitos sectores da população em relação aos produtos oriundos de França, devido aos testes nucleares em Mururoa.

de *protecção do ambiente*, tal como o que está implícito na designação portuguesa *ambientador*²³ é equivalente ao que normalmente se subentende na língua alemã através da expressão *Umweltschutz*. E também nos podemos perguntar se quando falamos em *poluição* queremos dizer exactamente as mesmas coisas que os alemães com a palavra *Umweltverschmutzung*.

Comparando este termo que acabo de usar – *poluição* – com o seu correspondente alemão *Umweltverschmutzung*, podemos talvez aperceber-nos da influência que a língua pode ter sobre a maneira de pensar e de agir dum comunidade linguística. É que, enquanto o termo *poluição* se manteve entre nós durante muito tempo, uma «palavra difícil»²⁴, ou um termo técnico para pessoas ligadas às engenharias do meio ambiente, a palavra alemã *Umweltverschmutzung* contém todos os ingredientes que estimulam a acção: *verschmutzen* corresponde, em alemão corrente, a algo que equivale ao nosso simplório e quotidiano *sujar*. E quem gosta de ver a sua casa suja? Se em vez de termos optado por *poluição* tivéssemos começado por inventar a palavra *sujação*, talvez algumas padeiras de Aljubarrota tivessem reagido mais cedo em algumas ocasiões. O mesmo se diga do substantivo *poluente*, por comparação com o termo alemão *Schadstoff*: à letra, *Schadstoff* quer dizer *material que faz mal*, e assim qualquer leigo, por mais analfabeto que seja, é capaz de compreender e de usar esta palavra. Também ainda é muito usual entre nós preferirmos designações complicadas, ou mais «pesadas», como *produtos químicos* em vez de *químicos*, ou *produtos tóxicos* para algo que na Alemanha é vulgarmente conhecido por *Gifte (venenos)*²⁵.

²³ Que designa um *spray* ou outro dispositivo que emite aromas sintéticos, especialmente para casa de banho.

²⁴ Há tempos um dos meus filhos, ao olhar para a chaminé dum fábrica, dizia: «ó mãe, olha ali tanta *publicidade* a sair daquela chaminé!». Pelo caminho que as coisas estão a levar, ele não deixava de ter razão. Sobre a questão das «palavras difíceis» no alemão (traduzo assim o conceito de «schwere Wörter», que à letra também se podia traduzir por «palavras pesadas») vejam-se ainda os trabalhos de Strauss, Gerhard ; Zifonun, Gisela, 1985.

²⁵ Contudo, é perfeitamente natural que entre nós se diga, com o maior à-vontade: «Vou pôr *veneno* nas árvores, que estão com pulgão». A ideia de *veneno* pressupõe aqui a existência dum inimigo contra o qual se actua deliberadamente, e que não é, caso o produto seja submetido a um uso normal, equivalente a nós próprios. Aqui, a palavra *veneno* chega a ser comutável com (ou sinónima de) *remédio*. Na língua alemã a palavra *Gift* poderia ser, neste contexto, tabu, pois

Não deixa de ser interessante, e até mesmo compreensível, em parte devido à transparência (cf. Ullman, 1977: 168-240) das palavras alemãs *Umweltverschmutzung* ou *Schadstoff* (o que por sua vez poderá contribuir para o destaque dado pela comunicação social em países de língua alemã a estas temáticas), que sejam tão correntes palavras como *Umweltsünder* (à letra, *pecador ambiental*), *Klimakatastrophe* (*catástrofe climática*)²⁶, *Müllnotstand* (*situação de emergência no que toca ao lixo*: note-se a tão incômoda verbosidade da língua portuguesa!), *Mülllawine* (*avalanche de lixo*), *Mülltourismus* (*turismo do lixo*, uma maneira irônica de falar de exportação de resíduos), *Ozonkiller* (*assassino do ozono*). E veja-se também a própria palavra *Waldsterben* (à letra, a *morte da floresta*)²⁷, que, segundo apurei, os franceses muitas vezes não traduziram e que no português pode manter a forma original)²⁸. Mesmo quando nos morre a floresta numa maneira muito mais rápida e visível do que no caso da floresta alemã, nós falamos um tanto ou quanto «friamente» em *incêndios florestais* e não em *morte da floresta*! Olhamos porventura mais para o agente e não tanto para a vítima, como se ela não tivesse outra importância para além do valor económico da madeira²⁹.

embora também possa designar pesticidas de síntese química, está sempre presente na mente da grande maioria dos falantes (ao contrário do que parece verificar-se ainda no português) a sua qualidade de prejudiciais à nossa própria saúde, mesmo em consequência do seu uso normal. Não deixa de ser relevante que a palavra *veneno* conheça recentemente uma nova aplicação no português: tem sido insistentemente usada pelos promotores da campanha contra os aterros e incineradora de resíduos tóxicos em Portugal.

²⁶ É particularmente evidente que, apesar de a imprensa portuguesa, para fenómenos de âmbito local (morte de peixes nos rios, incêndios florestais) falar com frequência em *catástrofe ecológica*, a expressão *catástrofe climática* – que se refere a um fenómeno de âmbito global – nem mesmo em face da prolongada seca no sul do país tem sido utilizada.

²⁷ Melhor seria mesmo: *o morrer da floresta*, ou a *agonia da floresta*, ou a *morte lenta da floresta*. É que o processo de conversão que dá origem ao substantivo *Sterben* a partir do verbo homónimo deixa implícita a ideia de um processo continuado, que não ocorre subitamente e que até nem estaria ainda terminado. Se o contrário fosse o caso, haveria um outro substantivo disponível no alemão: *Tod*.

²⁸ Tal é o que se verifica em Marques, 1993: 41, que aqui reproduzo: «[...] só em 1980 foi possível determinar com algum rigor o fenómeno das *chuvas ácidas* (*Waldsterben*), em particular o seu contributo para a deterioração do estado fitossanitário das florestas temperadas»).

²⁹ Aliás, até mesmo o termo *floresta* é eufemístico (sendo mesmo contestado por ambientalistas como Jorge Paiva): na verdade o que temos são pinhais ou eucaliptais.

As características estruturais do alemão, por oposição às línguas românicas, são aqui determinantes (veja-se o pudor em relação ao eventual neologismo *sujacão*, considerado instintivamente pelos informantes que consultei como um termo «feio»), particularmente no que respeita à maior capacidade para a formação de palavras compostas. Por sua vez, a palavra composta é uma forma condensada de nos referirmos à realidade: há muito que é pressuposto, o que se deve à já longa tradição de debate sobre questões ambientais nos países de língua alemã, que deixou inequívocas marcas na língua.

Quanto ao português, é particularmente evidente no nosso próprio estilo comunicativo (porventura como herança do período anterior ao 25 de Abril, mas também, embora mais remotamente, da própria Inquisição), um pretenciosismo excessivamente respeitador de hierarquias e uma retórica de encher, muito enviesada, que tem os seus inconvenientes. Quanto ao léxico, sentimo-nos ao mesmo tempo fascinados e intimidados perante termos técnicos ou eruditos que não são nada transparentes para quem não sabe latim ou grego, como se verá a seguir.

7. Admirável linguagem do lixo

Não é portanto de estranhar o *lapsus linguae* que ouvi a uma pessoa responsável pela gestão dos lixos num município português, durante uma alocução pública, em Novembro de 1994: a pessoa em causa dizia sempre *incerinação* em vez de *incineração* dos lixos. Se a palavra alemã *Müllverbrennungsanlage* é, também aqui, muito mais transparente para um leigo do que a portuguesa (apesar da não transparência da sigla correspondente *MVA*, também muito usada), considero um passo positivo que já se fale em *incineradoras*, ainda que por vezes numa maneira um pouco atabalhoada, e não (como aconteceu numa fase inicial da mediatização deste problema), numa maneira excessivamente vaga ou eufemística, muito embora ‘técnica’,

em *unidades de tratamento*³⁰ ou de *valorização energética* do lixo (ver, sobre esta designação, Ferreira, 1994). É positivo que os políticos comecem a ter de ser mais precisos no seu discurso, por pressão duma sociedade mais informada e comunicativamente mais exigente e ousada. Neste contexto é de mencionar o actual presidente da associação ambientalista Quercus, que recentemente se referia às incineradoras hospitalares actualmente existentes no país como *fornalhas* (Palma, 1995). De igual modo, a futura incineradora prevista para Lisboa era há tempos designada pelas expressões *catedral tóxica* e *chaleira tóxica*, num dos sempre acutilantes artigos de Luísa Schmidt. Por sua vez, um recente artigo do jornal *Público* referia-se às incineradoras de resíduos tóxicos como *assadores de lixo* (Marmelo, 1995; Schmidt, 1994).

Muito embora eu atrás tenha usado o termo «transparência» para designar uma propriedade estrutural do léxico alemão, por oposição ao das línguas românicas, esta palavra remete-nos também para a ideia, frequentemente defendida, de que todas as línguas mostram, reflectem ou espelham a realidade que nos rodeia (contudo, um espelho não é a mesma coisa que uma janela, pois serve em primeira linha para nos vermos a nós mesmos!). Como os exemplos que acabo de comentar bem o demonstram, em domínios tabu ou controversos a «transparência» não existe: o emissor pode recusar-se a descrever os aspectos negativos da realidade, apresentando-a numa faceta mais positiva, ou vice-versa. Ou seja: a língua é comparável a um espelho, sim, mas a um espelho que não é plano ou que pode mesmo ser quase opaco. Caso preferimos a metáfora da janela, poderíamos dizer que a língua é uma janela que os falantes guarnecem com cortinas: consoante os gostos, elas podem ser estampadas, rendadas, lisas, em tons escuros, em tecidos claros, transparentes, etc. Vejamos mais alguns exemplos.

Em Abril deste ano pude acompanhar na Alemanha, através dos meios de comunicação social, o boicote dos cidadãos ao transporte de contentores especiais para material radioactivo até um «local de armazenamento pro-

³⁰ Claro que a expressão mais genérica é útil: e tanto mais o é se o seu uso resultar do conhecimento da variedade dos seus hipónimos. Mas temo que isso não seja muitas vezes o caso.

visório» (*Zwischenlager*) em Gorleben. Tratou-se de mais um episódio na já muito longa controvérsia atómica alemã, a qual, tendo-se agudizado especialmente a partir de Chernobyl, é hoje paradigmática do modo como uma questão ambiental foi extravasando o domínio de técnicos para se tornar numa das questões mais quentes da política actual³¹. Com efeito, há tempos que se vinham desenrolando os *Konsensgespräche* (as *conversações do consenso*) entre o governo e a oposição no sentido de se debater o chamado *Ausstieg* (abandono da opção nuclear), exigida, não só pelos Verdes, mas também pelo SPD. No entanto, elas tiveram como pano de fundo uma atitude de renitência da parte do estado de Niedersachsen quanto a aceitar os resíduos radioactivos em causa. Desta vez, os resíduos acabaram por chegar ao seu destino, depois de muitas e muitas horas de boicote, e com a ajuda dum extremamente oneroso aparato policial. A indústria provou ser capaz de fazer valer os seus interesses, mas à custa de enormes investimentos na segurança (policial e não só) da operação. Mas também é legítimo concluir que a derrota da população local, que acabou por receber os indesejáveis resíduos radioactivos, constituiu mesmo assim uma vitória em termos de opinião pública, pois ficou demonstrado que só com elevados custos com a *Entsorgung* e com a resolução de conflitos sociais é que a energia nuclear «barata», na Alemanha, se consegue obter³². Assim, quando se usa a palavra *consenso*, nem sempre devemos pressupor que ele exista de facto.

Acabo de usar o termo *Entsorgung*, que constitui o calcanhar de Aquiles da controvérsia alemã sobre a energia nuclear, e para a qual é difícil obter um correspondente em Português³³. Tentando traduzir à letra, este termo significaria qualquer coisa como «o acto de nos livrarmos das nossas preocupações». Por sua vez, *Entsorgungspark* designa um local, nomeada-

³¹ Sobre os reflexos linguísticos desta polémica veja-se sobretudo Jung, 1994 e 1995.

³² A este acontecimento seguiu-se, no passado dia 13 de Maio, o significativo aumento percentual obtido pelos Verdes nas eleições do Estado de Nordrhein-Westfalen, o mais populoso e industrializado da Alemanha.

³³ Até agora tem-se usado no contexto português a expressão «destino final», também vaga e eufemística, mas que, ironicamente, lembra algo como «solução final». A associação com a ideia de morte também está presente na expressão «cemitério nuclear».

mente um *parque* (palavra que no Alemão tem ainda conotações idílicas inequívocas) para depositar as tais *preocupações*. A imprensa alemã tem sido pródiga a arranjar novos contextos para o termo, o que prova que uma comunidade linguística não é constituída por sistemas fechados (Jung, 1994: 144-149): *Ausländerentsorgung* (destino final a dar aos estrangeiros), *Seniorenentsorgung* (destino final a dar aos velhos), *Entsorgung der Vergangenheit* (esta expressão de Habermas é quase intraduzível: qualquer coisa como *enterrar o passado nazi*).

Também no caso da controvérsia dos lixos em geral se fala em *Entsorgung*, servindo esta palavra, que já pertence ao léxico do cidadão comum, para designar correntemente o acto genérico de dar destino ao lixo³⁴. Mas há muitos mais termos com o mesmo potencial eufemístico, de que destaco alguns exemplos extraídos dum inventário levado a cabo pela Greenpeace (Baerens/von Arnswald 1993: 175-176), que reproduzo em anexo³⁵, traduzido por mim. Não me deterei em comentários, pois o material fala por si.

Todavia, uma análise linguística da comunicação sobre riscos ambientais não pode resumir-se a uma inventariação lexical e terminológica (e nem mesmo o pequeno conjunto de exemplos que apresentei é suficiente para dar conta da complexidade que uma análise aprofundada destes fenómenos envolveria!). Termino pois com uma sinopse dum artigo de Hans-Jürgen Heringer (Heringer, 1990), um dos mais reputados linguistas alemães da

³⁴ Quando quis obter caixotes de cartão para enviar livros em alguns estabelecimentos alemães, disseram-me que não tinham nada para me dar, pois os caixotes eram imediatamente «entsorgt» (destróçados, recolhidos e encaminhados para reciclagem). Por outro lado, o verbo «entsorgen» tem vindo algumas vezes a ser usado, não sem alguma dose de ironia, com um complemento acusativo que refere a entidade a quem o falante se dirige, e não o lixo a que se dá destino. Assim, é frequente ouvirem-se frases como: «Ich wollte dich gerade «entsorgen», aber wie ich sehe, hast du die Schokolade noch nicht aufgegessen...» Traduzindo: «Eu queria livrar-te de preocupações (pondo a tua embalagem vazia no lixo), mas agora reparo que ainda não acabaste de comer o chocolate!»

³⁵ Através da sua leitura compreende-se porque é que uma área de negócios que tem vindo a ganhar importância na Alemanha seja a construção civil ecológica, ou seja, isenta de materiais tóxicos.

actualidade, que, perante o tristemente conhecido *Informations-GAU*³⁶ que se seguiu ao acidente de Chernobyl, não escondeu a cabeça debaixo dos livros e adoptou uma atitude de crítica enérgica da linguagem usada. Num estilo muito irónico e adoptando uma posição que não se pode considerar de indignação por haver mentiras, antes aceitando a sua existência como um facto consumado da comunicação para o qual devemos estar preparados, este autor propõe toda uma série de máximas comunicativas para uso de quem deseje enganar terceiros, que passo a transcrever.

1. Fornece as tuas informações aos bocadinhos; diz apenas aquilo que tu achas que não é possível evitar dizer. O melhor, no entanto, é não forneceres nenhuma informação.
2. Selecciona com cuidado as informações que vais fornecer.
3. Diz poucas coisas, mas repete-as muitas vezes.
4. Limita-te apenas a uma afirmação essencial. Não respondas a argumentos contrários: nem àqueles que forem justificados, nem a outros que possa haver.
5. Não lighes ao que os teus destinatários desejam saber.
6. Fornece informações nuas e cruas, é irrelevante se os teus destinatários as compreendem ou não.
7. Sê mais preciso do que o necessário.
8. Não sejas muito preciso.
9. Bagateliza.
10. Faz inicialmente uma afirmação tranquilizadora, e depois vai-a negando aos poucos.

³⁶ Este termo é uma parodização de *GAU*, uma sigla nada transparente mas que fez história na controvérsia nuclear alemã para designar a tenebrosa realidade do *größter anzunehmender Unfall* (*MAE*, que estaria por qualquer coisa como: *o Maior Acidente Encarável*). *Informations-GAU* equivaleria portanto a qualquer coisa como *MAE informativo*.

11. Contradiz-te à vontade.
12. Luta pela detenção do poder comunicativo. Assegura-te de que os teus destinatários não têm acesso a outras fontes de informação.

Compreende-se então que um dos mais importantes campos de investigação interdisciplinar actual seja justamente o risco. Interessa a muitos: desde seguradoras a gestores de empresas, desde médicos a ministros, passando por todos nós, enquanto nos considerarmos cidadãos (= habitantes da cidade) e não apenas «leigos» (no sentido pejorativo que a palavra possa ter). Se muitas vezes não é de todo possível evitar riscos, pode todavia a sociedade como um todo participar no debate acerca da *selecção* dos riscos que está disposta a correr. Mas a democracia exige competência comunicativa, e faz parte dessa mesma competência não só assumir o risco de explicar convenientemente as decisões que se vão tomando, como também o risco de fazer perguntas, mesmo que incómodas, e também de questionar muitas das respostas que se recebe³⁷. Por alguma razão a palavra alemã para *maioridade* é *Mündigkeit* – ou seja, à letra, a capacidade para usar a boca. Se é verdade que *pela boca morre o peixe*, nos tempos que correm também é verdade que dela depende, em todos os sentidos, a nossa futura qualidade de vida. Quanto ao português, não quero acreditar que *maioridade* possa pressupor somente a ideia de *maior*.

³⁷ Há mesmo quem vá ao ponto de postular a necessidade duma competência comunicativa «ecológica» (Trampe, 1993).

Maria Adelaide de Sousa Chichorro Ferreira é assistente de Linguística Alemã do Grupo de Estudos Germanísticos da Faculdade de Letras de Coimbra e tem trabalhado no domínio da linguística contrastiva. Mais recentemente, a sua atenção tem-se voltado para uma área de estudos que se encontra ainda em fase de expansão: a Ecolinguística, um ramo das Ciências Humanas e da Linguagem que visa contribuir para a compreensão das relações entre língua e ecologia, adoptando uma perspectiva por vezes crítica, mas que todavia não se esgota num «politicamente correcto» de pendor ambientalista.

Anexo

Glossário do traficante de lixo (Greenpeace)

<i>Additif pour beton</i> (aditivo para betão)	<i>Filterstäube, Flugasche, Schlacke aus MVA</i> (poeiras de filtros, cinzas volantes, escórias provenientes de centrais de incineração)
No original: <i>Agglomera Torf</i> (aglomerado de turfa)	<i>Lackschlamm, Altöl, Sägemehl</i> (lamas de vernizes, óleos usados, escórias de serrações)
<i>Asphaltbeimischung</i> (aditivo para asfalto)	<i>Filterstäube, Flugasche, Schlacke aus MVA</i> (poeiras de filtros, cinzas volantes, escórias de incineradoras)
<i>Aufbereitung</i> (valorização, melhoramento)	<i>Verbrennung, Verschwelung, Deponierung</i> (queima, pirólise, deposição em aterro)
<i>Baumaterial für künstliches Riff</i> (material de construção para recifes artificiais)	<i>Hausmüll</i> (lixo doméstico)
<i>Biomasse (Hoechst)</i> (biomassa)	<i>Klärschlamm aus der Chemieproduktion</i> (lamas de ETARs provenientes da indústria química)
<i>bodenverbesserndes Material</i> (material para melhoramento dos solos)	<i>Klärschlamm</i> (lamas de ETARs)
<i>Böschungsbau (França)</i> (construção de taludes)	<i>Autoschredder, Giftmüll aller Art</i> (destroços triturados de carros, lixo tóxico de todos os tipos)
<i>Bremsbelägeproduktion</i> (produção de calços para travões)	<i>Asbestabfälle</i> (resíduos de amianto)
<i>Brennstoff für Kraftwerke</i> (combustível para centrais térmicas)	<i>verseuchtes Öl</i> (óleo contaminado)
	<i>Farb- , Lackschlamm, Lösemittel mit</i>

Ersatzbrennstoff

(combustível de recurso)

Füllmaterial für Landgewinnung

(material de enchimento para
alargamento de terrenos)

Industriegummi

(borracha industrial)

Kritische Abfälle

(resíduos críticos)

Methangasfarm

(«Quinta» para aproveitamento
do gás metano)

Mutterboden für unfruchtbares Land

(Terra para melhorar
terrenos áridos)

Thermische / energetische Nutzung

(aproveitamento térmico/energético)

Recycling, thermisches

(reciclagem térmica)

Wirtschaftsgut, als Ware gehandelt;

Zweck: Umgehung der Abfallgesetze

(bens económicos, negociados
como mercadorias; objectivo: torneiar
a legislação sobre resíduos)

Sägemehl

(lamas de tintas e de vernizes, óleos usados,
solventes misturados com serraduras)

Hausmüll, Chemiemüll

(Lixo doméstico, lixo proveniente da indús-
tria química)

Altreifen

(pneus usados)

Giftmüll

(à letra: lixo venenoso; lixo tóxico, portanto)

Hausmülldeponierung

(aterro para lixo doméstico)

Aschen aller Art

(cinzas de todos os tipos)

Müllverbrennung

(incineração de lixo)

Verbrennung, Verschwelung,

(Incineração, pirólise)

Müll aller Art

(lixo de todos os tipos)

Referências bibliográficas

- BAERENS, Mathias; von ARNSWALD, Ulrich (1993) – *Die Müll-Connection: Entsorger und ihre Geschäfte. Ein Greenpeace-Buch*, München, Beck, pp. 175-176.
- BECK, Ulrich (1986) – *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*, Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- DER SPIEGEL, n.º 26, 19.6.95, p. 22-36, «'Versenkt die Shell' – Die Deutschen rebellieren gegen den Ölmulti Shell».
- FERREIRA, Adelaide Chichorro (1994) – «Fundamentalismo ou miserabilismo?», in *Público*, 21.5.1994.
- FERREIRA, Adelaide Chichorro (1995) – «Sanfte Bräuche, sanfte Sprache? Aspekte der portugiesischen Umweltdebatte aus kontrastiver Sicht», em preparação.
- FILL, Alvin (1993) – *Ökologisierung*, Tübingen, Gunter Narr.
- GIEGEL, Hans-Joachim (1992) – *Kommunikation und Konsens in modernen Gesellschaften*, Frankfurt a. Main, Suhrkamp.
- GROSS, Peter (1994) – *Die Multioptionsgesellschaft*, Frankfurt a. Main, Suhrkamp.
- HEIMANN, Martin (1995) – «Die Bedeutung von Verkehrsemissionen für das Klima.» Comunicação apresentada no encontro sobre «ambiente e trânsito» (Umwelt und Verkehr), organizado pelo ZUFO – Zentrum für Umweltforschung da Westfälische Wilhelms-Universität Münster e que decorreu nos dias 19 e 20 de Junho de 1995 nessa universidade.
- HENSCHLER, Dietrich (1995) – «Gesundheitsgefährdung aus Kfz-Emissionen – der Konflikt zwischen CO₂ und kanzerogenen Stoffen.» Comunicação apresentada no encontro sobre «ambiente e trânsito» (Umwelt und Verkehr), organizado pelo ZUFO – Zentrum für Umweltforschung da Westfälische Wilhelms-Universität Münster e que decorreu nos dias 19 e 20 de Junho de 1995 nessa universidade.
- HERINGER, Hans-Jürgen (1990) – «Hintergangene Maximen: Zum Beispiel Tschernobyl», in Hans-Jürgen Heringer – *Ich gebe Ihnen mein Ehrenwort. Politik, Sprache, Moral*, München, Beck.
- HOLLY, Werner (1990) – *Politikersprache. Inszenierungen und Rollenkonflikte im informellen Sprachhandeln eines Bundestagsabgeordneten*, Berlin, New York, de Gruyter.

- JUNG, Mathias (1990) – «Die Sprachmacht der Experten wankt. Öffentlicher Sprachgebrauch in den 60er und 80er Jahren», in *Forschungsjournal Neue Soziale Bewegungen*, 1990, H.1, pp. 77-80.
- JUNG, Mathias (1994) – *Öffentlichkeit und Sprachwandel. Zur Geschichte des Diskurses über die Atomenergie*, Obladen, Westdeutscher Verlag.
- JUNG, Mathias (1995) – «Umweltstörfälle. Fachsprache und Expertentum in der öffentlichen Diskussion», in Georg Stötzel; Martin Wengeler (1995) – *Kontroverse Begriffe. Geschichte des öffentlichen Sprachgebrauchs in der Bundesrepublik Deutschland*, Berlin/New York, Walter de Gruyter, pp. 619-678.
- LUHMANN, Niklas (1989) – *Ökologische Kommunikation. Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen?*, Obladen, Westdeutscher Verlag.
- LUHMANN, Niklas (1991) – *Soziologie des Risikos*, Berlin/New York, de Gruyter.
- MARMELO, Jorge (1995) – «Os 'aldrabões' da Greenpeace e os governantes portugueses», in *Público*, 15 de Julho de 1995, a semana local (Norte), p. 50.
- MARQUES, Viriato Soromenho (1993) – «1972-1992: Vinte anos entre o perigo e a esperança», in João Paulo Cotrim (coord.) – *De planeta nas mãos no pós ECO 92*, Lisboa, Colibri.
- MARQUES, Viriato Soromenho (1994) – *Regressar à Terra. Consciência ecológica e política de ambiente*, Lisboa, Fim de Século.
- NATUR, 1 /1995 – «Umweltdaten: der kurze Traum von 'Ökropa' /Bei Schadstoffen erreichen die Deutschen Spitzenwerte», pp. 48-49.
- PALMA, José Manuel (1995) – Fórum TSF sobre incineradoras hospitalares, 28.5.95.
- PÖRKSEN, Uwe (1992) – *Plastikwörter. Die Sprache einer internationalen Diktatur*, 4.^a ed., Stuttgart, Klett-Cotta.
- ROELCKE, Thorsten (1991) – «Das Eineidigkeitspostulat der lexikalischen Fachsprachensemantik», in *Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, 19, 1991, pp. 194-208.
- SCHMIDT, Luísa (1993) – *O verde preto no branco*, Lisboa, Gradiva.
- SCHMIDT, Luísa (1994) – «Os resíduos da questão», in *Expresso*, Revista, 27.8.94, pp. 74-76.

- STRAUSS, Gerhard; ZIFONUN, Gisela (1985) – *Die Semantik schwerer Wörter im Deutschen*, Tübingen, Narr (Forschungsberichte des Instituts für Deutsche Sprache Mannheim, Bd. 58.1. und Bd. 58.2.).
- TRAMPE, Wilhelm (1993) – «Kommunikationsökologische Kompetenz», in Jósef Darski (Hrsg.) – *Sprache und Kommunikation, Informatik: Akten des 26. Linguistischen Kolloquiums*, Posnán 1991, Bd. 2, pp. 606-611.
- ULLMAN, Stephen, (1977) – *A Semântica – uma Introdução à Ciência do Significado*, 4.^a ed., Lisboa, Gulbenkian.
- WICHTER, Sigurd (1988) – *Signifikantgleiche Zeichen. Untersuchungen zu den Problembereichen Polysemie, Homonymie und Vagheit auf der Basis eines kommunikativen Zeichenbegriffs am Beispiel deutsche Substantive, Adjektive und Verben*. Tübingen, Narr (= Tübinger Beiträge zur Linguistik 160).
- WICHTER, Sigurd (1994) – *Experten und Laienwortschätze. Umriss einer Lexikologie der Vertikalität*, Tübingen, Niemeyer.
- WITTKÄMPER, Gerhard W. (1992-1993) – «Bodenschutz als Problem der transnationalen Politik», in Wolfgang Barz, Holger Bonus, Bernd Brinkmann, Werner Hoppe, Karl-Friedrich Schreiber (Hrsg.) – *Forum Umweltschutz – Ausgewählte Vorträge*, Zentrum für Umweltforschung (ZUFO) der Westfälischen Wilhelms-Universität Münster, pp. 51-64.

Da ambivalência do texto proverbial

1. Os provérbios são textos pertencentes à esfera da literatura tradicional de transmissão oral¹. Circulam de geração em geração, permanentemente disponíveis em circunstâncias de tempo e de espaço muito variáveis. Quando um falante deles se apropria, incorporando-os no seu discurso, **cita** um texto alheio que é simultaneamente um texto **anônimo** institucionalizado pela tradição. O estatuto de texto citado gera de imediato consequências curiosas do ponto de vista pragmático. Com efeito, aquele que cita o provérbio, não sendo responsável pela sua produção, pode distanciar-se ironicamente da assunção expressa, questionando assim um saber supostamente ancestral e de experiência feito; neste caso, o falante não dilui a sua voz na voz do enunciador indeterminado que se confunde com a própria comunidade: pelo contrário, reproduz em eco o discurso desse enunciador coletivo, demarcando-se ostensivamente do ponto de vista exposto, das ‘verdades’ ou normas impostas pela tradição². Mas o falante que reproduz um provérbio, citando-o no decurso da sua elocução, pode também utilizá-lo como argumento de autoridade, por forma a sancionar o seu próprio ponto de vista: neste caso, o falante propõe-se legitimar e maximizar o valor de verdade da sua asserção, evocando o consenso da comunidade.

Se é inegável que há sempre, num ponto remoto do passado, uma fonte individual responsável pela produção do texto proverbial, não é menos ver-

¹ Para uma reflexão aprofundada sobre a especificidade das práticas significantes abrangidas pela designação ‘literatura tradicional de transmissão oral’, veja-se Lopes, 1983.

² No quadro de uma teoria polifónica da enunciação, Ducrot define assim a ironia: «Parler de façon ironique, cela revient, pour un locuteur L, à présenter l'énonciation comme exprimant la position d'un énonciateur E, position dont on sait par ailleurs que le locuteur L n'en prend pas la responsabilité et, bien plus, qu'il la tient pour absurde» (1984: 211).

dade que o provérbio só se configura enquanto tal não no acto da sua invenção, mas no lento processo da sua absorção pela comunidade (cf. Lázaro-Carreter, 1978). Daí a afirmação de que se trata de um texto anónimo, quando encarado numa perspectiva sincrónica. Sublinhe-se que é possível estabelecer a origem de alguns provérbios (sentenças bíblicas ou ditos lapidares de autores consagrados de épocas passadas); no entanto, importa realçar que as reutilizações permanentes de um fragmento discursivo marcado por uma certa rigidez estrutural apagam progressivamente qualquer referência autoral. É, pois, na iterabilidade que se constrói a anonimização do provérbio, texto sentido e reconhecido como pertença colectiva. Neste sentido, é a comunidade, pela voz de um conjunto indeterminado e aberto de sujeitos individuais, que se encarrega de garantir a pervivência de uma herança cultural que sobrevive à margem do cânone. Se o cânone literário (a literatura ‘culta’ ou consagrada) é legitimado e reproduzido por instâncias diversas – aparelho editorial, metatextos críticos, academias, júris de atribuição de prémios, instituições de ensino, departamentos ministeriais responsáveis pela inclusão/exclusão de autores e obras nos programas escolares –, a literatura tradicional apoia-se unicamente no reconhecimento difuso da comunidade. A sua legitimação é assegurada pela reprodução dos textos num circuito de oralidade virtualmente ilimitado.

Articulados com outras práticas significantes tradicionais (contos, advinhas, canções, quadras, romances), os provérbios podem ser vistos como instrumentos de socialização ou veículos de coesão social, na medida em que plasmam uma experiência e um saber que alicerçam as representações simbólicas e as normas de conduta da vida comunitária. É claro que a acelerada transformação do tecido social, resultante de uma opção desenvolvimentista e tecnológica, tem vindo a alterar significativamente as condições materiais de vida que configuram o quadro natural de produção e circulação da literatura tradicional. De facto, é nas sociedades rurais, sem formas de criação artística especializada e sem ‘indústria cultural’, que a literatura oral encontra o seu espaço-tempo de afirmação privilegiado. Não espanta, assim, que, privada das suas raízes, a tradição oral se veja ameaçada pela concorrência

de novas formas de cultura de massas, divulgada de forma avassaladora pelos *mass-media* omnipresentes. No entanto, não deixa de ser curioso o facto de persistirem, no nosso país, bolsas de resistência que configuram racionalidades 'pré-modernas', talvez pela nossa condição de sociedade semiperiférica (cf. Santos, 1994). Por outro lado, a preservação do capital cultural que a tradição oral e os saberes populares representam começa a impor-se como forma de intervenção social, num sentido de manutenção de alguma autenticidade não contaminada por produtos simbólicos importados. Deste modo, verifica-se uma situação algo contraditória no que diz respeito à pervivência da literatura oral tradicional: objectivamente ameaçada pelo devir histórico, ela é também um possível lugar de resistência local face à uniformização cultural que a mundialização da economia tendencialmente acarreta.

Voltando ao objecto da nossa reflexão, importa agora acentuar que os provérbios, parte integrante de um sistema de práticas significantes excluídas da esfera da literatura canónica, consagrada, não expressam *ipso facto* uma visão do mundo contrária à ideologia dominante da cultura hegemónica. É inegável que há provérbios que manifestam os traços típicos da 'cultura popular', tal como Bakhtine (1970) a perspectiva numa linha de desconstrução da cultura oficial: são os provérbios de sentido ambíguo ou contraditório, formulados num registo burlesco e grotesco, «que de alguma maneira sugerem a subversão ou opõem a prática à norma estabelecida (Mattoso, 1987: 7). Todavia, não é menos verdade que há também provérbios isentos de qualquer vertente transgressiva, meros instrumentos de reforço de uma moral conservadora e retrógrada. Aliás, não me parece de todo pertinente conceber de forma estanque duas esferas ou mundos culturais: postular essa completa demarcação é certamente ignorar a dinâmica e a complexidade do diassistema social. A ideologia dominante percorre transversalmente o tecido social, inscrevendo-se de forma difusa nas práticas e discursos de estratos não hegemónicos, de modo a garantir a reprodução das relações de poder político e social.



Assim sendo, parece-me que os provérbios, tal como todas as outras manifestações da literatura tradicional, configuram um mosaico heterogéneo do ponto de vista da sua função ideológica. Atravessados pelas contradições que caracterizam uma sociedade multiestratificada, às quais se acrescentam ainda as que são inerentes à própria condição humana, os provérbios reflectem afinal uma filosofia empírica de vida ligada ao senso-comum, sem qualquer pretensão totalizadora.

Tecidas estas considerações preliminares, apresentarei seguidamente alguns aspectos peculiares do funcionamento semântico e pragmático do provérbio, numa tentativa de contribuir para a delimitação da especificidade deste tipo de discurso³.

2. Vejamos então, em primeiro lugar, a questão da referência. No plano da referência nominal, verifica-se que as entidades envolvidas na denotação dos sintagmas nominais tematizados nos provérbios são sempre entidades não específicas, dado que a sua apreensão não implica que se tomem em consideração variáveis situacionais. Sem ancoragem no espaço e no tempo, tais entidades são fixadas a partir da intensão dos sintagmas nominais tematizados. Como objectos de referência nominal encontram-se espécies (*O leão não caça pardais*) e membros típicos da espécie (*Um tolo tem sempre outro que o admira*), conjuntos universais de indivíduos (*Todos os caminhos vão dar a Roma*, *Cada santo tem seu nicho*), propriedades (*A cobiça rompe o saco*) e situações-tipo (*Perguntar não ofende*). Em qualquer dos casos, a referência nominal é sempre construída por forma a libertar o texto proverbial de qualquer restrição espaço-temporal. Trata-se de um aspecto fulcral da semântica do provérbio, que se reflecte ao nível do seu uso e fundamenta, em última análise, o seu estatuto de texto institucionalizado pela tradição. Na verdade, só um texto que tematiza entidades abstractas, de estrutura ontológica complexa, ou conjuntos universais de entidades encerra a virtualidade de poder ser invocado em

³ O texto que a seguir se apresenta retoma as conclusões da minha dissertação de doutoramento, apresentada à Universidade de Coimbra em 1992.

tempos e locais distintos, mantendo, por um lado, um significado generalizante, e viabilizando, por outro lado, uma permanente adequação do seu potencial de referência a cada situação concreta de comunicação. Sublinhe-se que mesmo as expressões linguísticas que funcionam como suportes privilegiados da referência singular específica – nomes próprios e pronomes pessoais da primeira e segunda pessoas – perdem esse estatuto no contexto proverbial, passando a ser interpretados genérica ou universalmente. É o que acontece com provérbios do tipo *Morra Marta, morra farta* ou *Diz-me com quem andas, dir-te-ei as manhas que tens*. No primeiro caso, Marta designa qualquer elemento do conjunto dos seres humanos, funcionando o provérbio como uma exortação epicurista parafraseável por ‘Que cada homem aproveite bem a sua vida!’; no segundo caso, os pronomes pessoais referem o conjunto dos potenciais loquentes, funcionando como variáveis livres suscetíveis de ser instanciadas por qualquer membro da comunidade.

Estreitamente relacionados com a questão da referência nominal estão os valores tempororo-aspectuais actualizados neste tipo de texto. Na investigação linguística contemporânea, é consensual considerar-se que a interpretação referencial dos sintagmas nominais é condicionada pela especificação de valores temporais. A análise do texto proverbial evidenciou a importância da articulação dos dois tópicos. Na verdade, o tempo frásico largamente dominante no provérbio assertivo é o presente dito gnómico ou atemporal. Trata-se de um tempo verbal que em rigor não localiza no eixo do tempo o estado de coisas descrito; através da sua utilização, constroem-se predicções atemporais, válidas em qualquer intervalo de tempo. Ora é justamente este uso do presente que viabiliza as interpretações referenciais não específicas dos sintagmas nominais tematizados. O valor tempororo-aspectual gnómico das asserções proverbiais corresponde a uma ausência de referência temporal deíctica ou anafórica; as situações descritas são situações-tipo, situações que não ocupam um intervalo de tempo delimitado a partir do intervalo de tempo da enunciação ou de um qualquer outro ponto de referência previamente estabelecido.

Descentradas relativamente ao eixo do tempo, as situações descritas

são sempre verdadeiras, ou seja, a computação do seu valor de verdade não depende de factores de variação ou índices temporo-espaciais. Por isso dizemos que a predicação veiculada pelas asserções proverbiais é simultaneamente atemporal e universal.

Tendo em conta o carácter atemporal da predicação, facilmente se compreende que as situações representadas nunca sejam eventos, estados de coisas circunscritos a um intervalo de tempo com fronteiras delimitadas, mas sim **estados** não contingentes, que configuram a estruturação conceptual de supostas regularidades do mundo.

E de novo reaparece a questão da flexibilidade de adequação contextual: o provérbio pode ser recorrentemente citado e correlacionado com uma multiplicidade de situações episódicas porque alia à referência nominal não específica o valor temporo-aspectual gnómico da predicação, excluindo assim toda e qualquer representação particularizante da experiência do mundo. Em cada situação concreta de comunicação, cabe ao interlocutor operar as especificações referenciais que garantam uma efectiva relevância contextual do provérbio.

Os resultados obtidos, que relevam de uma análise semântica do texto, parecem conferir consistência teórica a algumas definições tradicionais, empiricamente formuladas, segundo as quais o provérbio traduz «verdades de carácter geral e permanente».

Um outro aspecto que merece ser considerado no estudo do texto proverbial prende-se com as modalidades que envolvem a sua enunciação. Parti de uma distinção preliminar entre modalidades proposicionais, estreitamente relacionadas com o valor de verdade das proposições, e modalidades ilocutórias, definidas em função da intencionalidade comunicativa dos falantes. O parâmetro ilocutório permitiu-me apreender em termos mais precisos observações tradicionais sobre as funções sociais típicas do provérbio, que tendiam a acentuar o seu carácter didáctico e o seu estatuto de texto-veículo de uma cosmovisão. Assim, foi com base no parâmetro ilocutório que fundamentei uma tipologia dicotómica, na qual se integram duas classes fundamentais de provérbios, provérbios **descritivos** (a título de

exemplo, *Cão que ladra não morde*) e provérbios **normativos** (*Entre marido e mulher, não metas a colher*). Os primeiros, com um valor ilocutório assertivo, descrevem estados de coisas que supostamente representam o modo de ser do mundo, instituindo como natural o que é apenas uma visão do mundo peculiar. Os provérbios normativos, com um valor ilocutório directivo, expressam normas de conduta, funcionando como código não escrito de uma ética popular. Sublinhe-se que as injunções proverbiais são sempre genéricas, visto que não se dirigem a um interlocutor específico nem delimitam o intervalo de tempo que deve presidir ao seu cumprimento; todos os membros da comunidade são destinatários potenciais da injunção, e o seu conteúdo proposicional pode ser instanciado em qualquer intervalo de tempo. Daí a tradicional caracterização dos provérbios normativos em termos de «instruções éticas de valor permanente».

É claro que esta dicotomização tipológica pode ser matizada ou flexibilizada, dado que ao valor ilocutório literal se sobrepõe, muitas vezes, um valor ilocutório indirecto que consubstancia a intenção comunicativa central do falante. Nesta perspectiva, muitas asserções proverbiais comportam um valor directivo indirecto, nomeadamente as asserções condicionais que funcionam como conselhos ou advertências indirectas (*Se perguntas muito, andas pouco*), as asserções preferenciais que sugerem indirectamente uma escolha (*Mais vale um pássaro na mão do que dois a voar*) e as asserções deonticamente modalizadas, de forma explícita ou implícita, que desempenham socialmente uma função reguladora de comportamentos (*A quem hás-de rogar não hás-de assanhar*, ou *A filho e amigo, pão e castigo*). Note-se que os operadores deonticos estão fortemente relacionados com o domínio das acções: de facto, descrever como obrigatória, permitida ou interdita a ocorrência de um estado de coisas é já uma forma de agir sobre o interlocutor, intimando-o a acatar certas normas de comportamento.

No que toca às modalidades proposicionais, verifica-se que a esmagadora maioria dos provérbios descritivos não explicita uma modalização, aparecendo como asserções categóricas. No entanto, linguisticamente, a asserção categórica é a forma mais eficaz de expressão da necessidade

epistémica, ou seja, da certeza, já que a explicitação de um verbo modal epistemicamente interpretado enfraquece sempre o enunciado. Direi, então, que é possível verbalizar a modalização epistémica subjacente às asserções proverbiais categóricas através de expressões do tipo «toda a gente sabe que...», «é certo que...». Penso que na representação semântica dos provérbios esta modalização é um elemento indispensável, na medida em que marca a relativização do necessário ao âmbito dos conhecimentos e crenças da colectividade. Note-se que na explicitação do operador modal aparece um sujeito indeterminado; este sujeito corresponde afinal ao enunciador colectivo, porta-voz da comunidade ou instância responsável pela enunciação dos provérbios, distinta dos falantes que se limitam a citá-los.

A presença da modalização epistémica assinalada coaduna-se plenamente com o estatuto de *topos* ou 'lugar comum' do provérbio. Com efeito, ao serem validadas pelo corpo social, as proposições expressas surgem como argumentos de autoridade consensualmente aceites, que os falantes podem invocar para justificar ou rebater uma determinada elocução.

Vejam, agora, as correlações interproposicionais que estruturam lógico-semanticamente o universo paremiológico. Impõe-se como largamente dominante a correlação condicional, subjacente a um conjunto diversificado de configurações sintácticas: construções condicionais típicas (*se p, q*), frases elípticas com mera justaposição de SN's, construções do tipo 'Quem SV₁, SV₂' (*Quem procura sempre alcança*), 'Onde SV₁, SV₂' (*Onde o ouro fala a língua cala*), 'Quando SV₁, SV₂' (*Quando uma porta se fecha outra se abre*). No nosso *corpus*, estas configurações sintácticas são variantes normais e recorrentes de realização de uma mesma forma lógico-semântica.

Através do nexos condicional, expressam-se correlações fixas entre situações, configuram-se regularidades que estruturam as nossas expectativas acerca do mundo. Não encontramos no *corpus* construções condicionais particulares, mas apenas condicionais genéricas, corolário lógico do que acima se afirmou sobre a especificidade da referência nominal e temporal no texto proverbial. Parece-me possível discriminar três tipos de condicionais

genéricas, em função dos modos e tempos verbais utilizados no antecedente e no conseqüente:

- (i) condicionais que traduzem uma generalização induzida a partir do conhecimento de que a ocorrência reiterada de determinadas situações episódicas conduziu regularmente a um determinado resultado (por exemplo, *Se perguntas muito, andas pouco*); estas condicionais manifestam um elevado carácter constativo ou factual e constroem-se com o presente do indicativo, tanto no antecedente como no conseqüente; parafraseáveis por *sempre que p, q*, apresentam afinidades com as construções causais;
- (ii) condicionais com um valor hipotético mais acentuado, com o verbo do antecedente no futuro do conjuntivo e o do conseqüente no futuro do indicativo (por exemplo, *Se estiveres na tua tenda, não te acharão na contenda*), ou expressas pela construção alternativa ‘frase imperativa + frase declarativa com o verbo no futuro do indicativo’ (*Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és*); nestes casos, o antecedente é totalmente indeterminado, e a condicional apenas nos diz que, se ele se verificar, verifica-se também o conseqüente;
- (iii) condicionais contrafactuais, retoricamente utilizadas para pôr em relevo a falsidade do antecedente (*Se chegasse ao céu oração de cão, choveriam ossos*); os tempos e modos característicos destas construções são o imperfeito do conjuntivo, no antecedente, e o condicional, no conseqüente.

São mais numerosas as construções condicionais com acentuado grau de factualidade, resultantes de uma generalização empírica. Estas construções estão próximas das asserções de carácter absoluto, na medida em que organizam conceptualmente a nossa experiência do real pela instituição de conexões estáveis e persistentes entre situações-tipo.

O nexó condicional está ainda presente em construções tradicionalmente designadas por concessivas (*Ainda que o galo não cante, a manhã sempre rompe*). Os provérbios que ilustram estas construções visam pôr em relevo a

verdade do conseqüente; independentemente do conjunto de condições aberto pelo antecedente, o conseqüente é sempre verdadeiro, e é o conteúdo informativo por ele veiculado que se impõe como comunicativamente relevante. Os factos denotados pelo conseqüente adquirem o estatuto de verdades absolutas, pois verificam-se mesmo quando ocorrem situações que supostamente os poderiam afectar.

Encontra-se ainda um nexó condicional em construções habitualmente designadas por construções de fim ou de propósito (*Para ensinar, é preciso saber*). Quando em termos gerais se expressa a condição necessária para a consecução de um propósito que envolve uma volição, a forma lógica subjacente é 'se x quer p, então deve verificar-se q'.

Finalmente, há que referir o número considerável de provérbios que realizam injunções condicionais (*Se vires tropa, trota, Se queres ter boa fama, não te tome o sol na cama*). Estes provérbios explicitam quer as condições que devem presidir ao cumprimento da injunção, quer as razões que a justificam.

Passando agora para o terreno das correlações temporais, direi que o *corpus* analisado oferece exemplos de diversos tipos de ordenação temporal relativa entre situações-tipo: simultaneidade ou inclusão, anterioridade e posterioridade (*Quando a galinha dorme, a raposa vela, Enquanto disputam os cães, come o lobo a ovelha, Feitas as vindimas, guardam-se os cestos, Casa roubada, tranças à porta*). No entanto, é possível concluir que as regularidades no plano da ordenação temporal não adquirem grande pertinência comunicativa, no universo paremiológico. Com efeito, ao nexó temporal sobrepõe-se, por vezes, um nexó de causa-efeito entre as situações descritas; noutros casos, a representação de uma regularidade de ordenação temporal é uma forma indirecta de aconselhar um tipo de comportamento: o interlocutor deve agir de acordo com o decurso normal dos estados e eventos no mundo, isto é, em conformidade com a ordem natural das coisas que o provérbio supostamente traduz. A descrição de uma regularidade sequencial pode ainda ter como objectivo comunicativo central demonstrar que uma acção realizada fora do momento certo é inútil, porque entretanto já se consumou aquilo que ela poderia ter evitado; nestes casos, infere-se um ensinamento de

ordem prática, que aponta para a importância de se agir no momento oportuno.

Parece-me, assim, que as correlações temporais só em pequena escala são exploradas pelo texto proverbial no sentido de uma descrição do modo de ser do mundo no plano das regularidades de ordenação temporal de estados e eventos. Nos provérbios, tal ordenação viabiliza a construção de inferências que nos levam a estabelecer outros tipos de conexões ou a reconstituir conselhos indirectos acerca de como e quando se deve agir.

Quantitativamente, são bastante significativas no *corpus* as correlações interproposicionais comparativas, sobressaindo como mais produtivas as construções preferenciais (*Mais vale filho de pobre que escravo de rico*). Ao aliarem à estrita comparação uma avaliação de tipo axiológico, os provérbios preferenciais esboçam o sistema de valores da comunidade. Comparam-se situações-tipo através dos predicados escalares *bom*, *mau*, *valer*, e a valorização de uma situação em detrimento de outra, para além de fixar os padrões axiológicos consensuais, funciona também como guia de escolhas.

Nos provérbios comparativos sem predicado graduável, ocorrem os conectores interproposicionais ‘tal...tal’, ‘como’, ‘como...assim’, ‘conforme... assim». Estes provérbios expressam relações de semelhança entre objectos com base num conjunto indeterminado de propriedades que se pressupõem comuns, e correlacionam circunstâncias de modo, sem que tais circunstâncias sejam verbalizadas. São provérbios que funcionam como instruções genéricas com alto valor preditivo: se se postula, por exemplo, uma relação fixa de semelhança entre pai e filho (*Tal pai, tal filho*), o conhecimento das propriedades específicas de um pai determinado é suficiente para nos dar informação acerca das propriedades específicas do respectivo filho. Paralelamente, se o provérbio assere categoricamente uma relação de conformidade entre modos de semear e modos de colher (*Como semeares, assim colherás*), o conhecimento de uma situação episódica protagonizada por *x*, que instancie a situação-tipo ‘semear de modo *y*’, permite-nos obter informação acerca de uma futura situação episódica protagonizada pelo mesmo *x*, que instancie a situação-tipo ‘colher’. Por outras palavras, o conhecimento da

correlação expressa pelos provérbios determina quais são as situações que constituem opções significativas numa dada estrutura de situações e dada uma determinada situação episódica. Esta observação é válida para todos os provérbios pluri-oracionais, independentemente do tipo de conexão expresso, uma vez que se correlacionam sempre situações-tipo.

São escassos os provérbios que no *corpus* expressam correlações interproposicionais adversativas ou contrastivas (*A verdade não tem pés e anda*), facto que nos parece compreensível se pensarmos que o provérbio está preferencialmente vocacionado para representar as regularidades estruturantes do mundo e não para negar as expectativas fundadas no que sabemos ou acreditamos ser o curso normal dos acontecimentos.

Resta-nos mencionar a ocorrência de correlações copulativas, tanto na classe dos provérbios descritivos (*Amor com amor se paga e com desdém se apaga*), como na dos provérbios normativos (*Nem caldo retardado, nem criado voltado*). Num e noutro caso, trata-se de uma mera conjunção de informação genérica.

Numa reflexão sobre o texto proverbial, não seria legítimo ignorar ou escamotear a questão do sentido figurado ou metafórico, tantas vezes apresentado como traço definatório deste tipo de texto. Embora não considere que se trate de um traço definatório, uma vez que há numerosos provérbios que apenas suscitam uma interpretação literal, parece-me, todavia, imprescindível consagrar um tempo de reflexão ao vasto sub-conjunto de provérbios cuja interpretação-padrão não coincide com o significado literalmente expresso. É difícil parafrasear de forma unívoca essa interpretação-padrão, mas a prova de que ela existe é-nos dada pela assimilação frequente dos provérbios a expressões idiomáticas ou fraseologismos. Os defensores deste ponto de vista analisam o que designamos por 'interpretação-padrão' em termos de significado convencionalmente associado a uma forma fixa, ou seja, não calculado composicionalmente a partir do significado dos seus elementos constituintes e da forma como estão sintagmaticamente combinados. Globalmente estéril do ponto de vista explicativo, pois nada adianta acerca das propriedades semântico-pragmáticas deste tipo de texto, tal perspectiva

esgota-se numa mera distribuição taxinómica de idiomatismos, baseada na sua configuração sintáctica e no nível gramatical das unidades com que podem comutar.

Mais criativa se afigura a proposta de Permyakov retomada por Zolkovskij (1978). Estes autores admitem implicitamente que a comunidade associa aos provérbios interpretações estáveis, que não coincidem com o significado literalmente expresso. No entanto, para explicar este desfasamento, encararam os provérbios como signos de um sistema semiótico cultural peculiar, um sistema modelizante secundário regido por códigos lógico-temáticos e retóricos específicos. Consideram que o conteúdo lógico-semiótico veiculado pelos provérbios pode ser traduzido numa metalinguagem abstracta, reduzida a um conjunto de fórmulas elementares de natureza universal. Do meu ponto de vista, as interpretações-padrão correspondem, de algum modo, ao conteúdo lógico-semiótico de Permyakov/Zolkovskij; são representações semânticas abstractas e genéricas, que permitem relacionar o provérbio com os seus múltiplos contextos de utilização. Porém, ao contrário destes investigadores soviéticos, não me parece necessário, para entender o funcionamento semântico dos provérbios, enveredar por uma hipótese explicativa que os assimile a signos de um sistema modelizante secundário. Enquanto texto mínimo, o provérbio é fundamentalmente um objecto verbal, e como tal deve ser analisado. A captação do desfasamento entre significado literal e sentido figurado exige apenas, a meu ver, que se estabeleça uma distinção prévia entre **significado** e **interpretação** de um enunciado linguístico. O significado é construído a partir da competência linguística dos falantes e nunca derroga o princípio da composicionalidade; a interpretação envolve a activação de estratégias pragmáticas de cálculo, nas quais se incluem mecanismos inferenciais susceptíveis de processar níveis indirectos de significação. O que distingue os provérbios dos enunciados correntes da interacção quotidiana é o facto de suscitarem uma interpretação padronizada e consensual que, liberta de restrições situacionais, se mantém ao longo do tempo, não esgotando o seu potencial informativo num só acto de comunicação. Por isso, o provérbio constitui um exemplo curioso de texto ambivalente, híbri-

do: aberto, na medida em que faculta um amplo leque de possibilidades interpretativas, em função do seu contexto de uso; fechado, na medida em que transporta consigo uma interpretação-padrão estável, estabelecida e fixada pela tradição.

Importa, então, analisar como se processa a construção da interpretação-padrão, sem perder de vista que ela é sempre motivada, controlada e convalidada pelo significado do texto. Concomitantemente, importa pôr em evidência que a delimitação de áreas temáticas, no universo paremiológico, só pode ser feita a partir das interpretações-padrão, por uma espécie de filtragem da substância do conteúdo plasmada nessas interpretações. Para descrever como se transita do significado para a interpretação-padrão, forçoso se torna conjugar a análise da forma do plano do conteúdo com o estudo do material lexical que integra o texto proverbial. Pude comprovar empiricamente que só uma concepção estereotípica do significado lexical, pela densidade informacional que confere a cada item, autoriza o processamento das inferências que subjazem ao processo interpretativo. Destaque-se, nomeadamente, que a concepção estereotípica do significado lexical viabiliza a construção das relações semânticas intratextuais que cimentam a coesão textual e a partir das quais, por generalização e abstracção, se formula uma interpretação-padrão liberta dos contornos figurativos demasiado particularizantes do significado literal⁴. Veja-se o seguinte caso paradigmático: o provérbio *Em bainha de ouro, espada de chumbo* tem uma interpretação-padrão parafraseável por ‘Se um indivíduo tem uma determinada propriedade exterior (positiva ou negativa), interiormente tem uma propriedade oposta’. Assim se visa transmitir a assunção de que a essência de uma qualquer entidade não pode e não deve ser julgada pela sua aparência exterior. Como se constata, a interpretação-padrão é muito mais abstracta e genérica do que o significado literal do provérbio. A construção da interpretação-padrão não se processou de forma aleatória: como ponto de partida,

⁴ Não cabendo, no âmbito deste artigo, um desenvolvimento aprofundado das estratégias inferenciais que garantem a construção da interpretação-padrão a partir do significado convencional do provérbio, remeto o leitor interessado para o cap. 5 da 2.^a parte da minha tese.

foram analisadas as relações semânticas de oposição e contraste textualmente instituídas entre os elementos lexicais presentes no enunciado. Assim, a activação de uma parcela de conhecimento do mundo armazenado permite-nos detectar uma relação de oposição *exterior vs. interior* entre os lemas *bainha* e *espada* (sabemos que as espadas se guardam *dentro* das bainhas). Quanto ao contraste de propriedades, ele é figurativamente concretizado pelo par nominal *ouro vs. chumbo*. Com efeito, a propriedade [+valioso] é seguramente uma propriedade típica que integra o significado estereotípico de *ouro*; intratextualmente, *chumbo* adquire, por contraste, a propriedade [-valioso].

Acrescente-se ainda que as interpretações-padrão são susceptíveis de subsumir, como instanciações possíveis, quer a situação descrita pelo provérbio, quer o conjunto de situações que contextualmente motivem a sua citação. Assim, a interpretação-padrão promove a articulação entre a asserção literal e os diferentes contextos de uso do provérbio.

Tal como os membros de uma categoria estão ligados por «semelhanças de família», também as situações que a interpretação-padrão subsume mantêm entre si laços do mesmo tipo, cognitivamente apreendidos em termos de analogia, contiguidade ou vaga similaridade conceptual. Talvez se possa, nesta perspectiva, afirmar que a interpretação-padrão é um instrumento de categorização da experiência do mundo.

Até aqui, procurei realçar aspectos decisivos da estrutura semântica do provérbio e reflecti sobre os mecanismos accionados na construção das interpretações-padrão. Proponho-me, agora, esboçar uma tipologia dos usos discursivos paradigmáticos do texto proverbial. Sem uma abordagem das funções comunicativas do provérbio contextualizado, ficaria submersa uma dimensão crucial deste tipo de texto. De facto, o provérbio existe não para integrar colectâneas ou dicionários mas para ser utilizado em situações concretas de comunicação, integrado em estratégias discursivas de índole essencialmente argumentativa.

Estudei o funcionamento pragmático do provérbio analisando a sua inserção em dois tipos de texto, o texto dramático e o texto de imprensa.

Consciente dos limites do texto dramático literário no que diz respeito à reprodução mimética da interacção dialogal quotidiana, pareceu-me que, apesar de tudo, e na ausência de material mais autêntico, os textos seleccionados da chamada ‘literatura de cordel’ poderiam constituir uma base de trabalho minimamente fiável. E isto porque, estruturalmente, o texto dramático é composto pelas réplicas, ou seja, pelos actos discursivos das personagens que comunicam entre si; assim sendo, ostenta uma forma dialógica e as personagens – tal como as instâncias enunciativas na comunicação real – utilizam as palavras como instrumento de acção, assumindo particular relevo a vertente performativa da linguagem. Julgo, pois, que a análise das funções discursivas do provérbio nestes textos nos pode fornecer dados esclarecedores sobre os seus usos correntes efectivos. Detectei cinco tipos de funções, que agrupei do seguinte modo:

- a) funções que relevam de uma análise dos valores ilocutórios relacionais dos enunciados inscritos em sequências discursivas;
- b) funções macro-discursivas ou de organização textual;
- c) tropos ilocutórios.

No primeiro grupo, estabeleci algumas sub-divisões: (i) casos em que a citação do provérbio justifica ou refuta uma elocução anterior (seja ela assertiva, directiva ou expressiva), exercendo, assim, uma função de natureza **argumentativa**; (ii) casos em que a citação do provérbio, enquanto **réplica autónoma**, constitui uma resposta indirecta a uma pergunta ou a um pedido, funcionando o provérbio como **segundo membro de um par adjacente**, no quadro da tomada de palavra e transição de locutor (*turn-taking*) que caracteriza a estrutura da conversação; (iii) casos em que a citação do provérbio configura um **comentário avaliativo**, traduzindo a atitude de aprovação ou condenação do falante face à situação que está a ser vivida ou que foi previamente descrita ou protagonizada por outro falante; (iv) casos em que a citação do provérbio se limita a intensificar uma intervenção anterior, numa nítida estratégia perlocutória de persuasão pelo recurso ao argumento de autoridade, desempenhando o provérbio uma função de mero **reforço amplificante**.

No segundo grupo, distingui entre (i) provérbios que funcionam como **sumário anafórico** e conclusivo de uma narrativa e (ii) provérbios que funcionam como **resumo catafórico** dos eventos que serão narrados no discurso subsequente.

No último grupo, incluí os provérbios cuja citação constitui um acto ilocutório idiomático, ou seja, um acto ilocutório cujo valor primitivo ou literal é integralmente substituído por um valor ilocutório convencionalizado. É o que acontece com o provérbio *Falem no mau, aparelhem o pau*, fórmula que se aplica directamente à situação que está a ser vivida para, de modo totalmente convencional, anunciar a chegada de alguém de quem se fala.

No segundo *corpus* analisado, composto por textos da imprensa contemporânea, detectei as mesmas funções discursivas, exceptuando, obviamente, a função de réplica autónoma em pares adjacentes. Neste *corpus*, são mais visíveis e frequentes as distorções do provérbio atestado (do tipo *Em Abril, inquéritos mil, Santos da casa não fazem padroeiros, A taxas loucas, orelhas loucas*). Essa distorção obedece a objectivos predominantemente lúdicos e/ou de captação da curiosidade do leitor, embora se possa também detectar neste jogo uma intenção ‘militante’ de subversão, quando ironicamente se desconstrói a sabedoria popular.

Ana Cristina Macário Lopes é professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra onde lecciona Linguística Geral e Linguística Portuguesa.

Referências bibliográficas

- BAKHTINE, M. (1970) – *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen-Age*, Paris, Gallimard.
- DUCROT, O. (1984) – *Le dire et le dit*, Paris, Minuit.
- LÁZARO-CARRETER, F. (1978) – «Literatura y folklore: los refranes», in 1616. *Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada*, Madrid, Ed. Cátedra, pp. 139-145.
- LOPES, Ana Cristina M. (1983) – «Literatura culta e literatura tradicional de transmissão oral», in *Cadernos de Literatura*, 15, pp. 43-55.
- LOPES, Ana Cristina M. (1992) – *Texto proverbial português. Elementos para uma análise semântica e pragmática*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras de Coimbra.
- MATTOSO, José (1987) – *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1994) – *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento.
- ZOLKOVSKIJ, A. (1978) – «At the Intersection of Linguistics, Paremiology and Poetics», in *Poetics*, vol. 7, 3, pp. 309-332.

Pecado, sedução e tentação: o discurso publicitário actual

Introdução

É curioso notarmos quantos textos publicitários actuais dependem, para o seu impacto e eficácia, dos motivos do pecado e da tentação, motivos, aliás, que atingiram o seu máximo desenvolvimento literário-artístico na Idade Média. Este facto explica-se em grande parte pelo clima emocional e psicológico da Idade Média, caracterizado pela sua dupla obsessão com a precariedade da existência humana e com o pecado. Não é de admirar que o homem medieval tenha acreditado que os Quatro Cavaleiros do Apocalipse saíam regularmente pela Terra fora. Afinal, era isto que lhe inculcava o clero, por exemplo, nos sermões penitenciais de Santo António de Lisboa, ou nas pregações fulminantes de S. Vicente Ferrer. Junto com a consciência da morte iminente, coexistia um fascínio pelo pecado e o reconhecimento da pecabilidade do Homem. A noção dos pecados estava profundamente arraigada na psique colectiva:

Medieval man was fascinated, as we are, by the Sins, but more than that, he believed in them. For most men in the later Middle Ages, the Sins were as real as the parish church itself, and really entered into everyday life. From theology they passed into art and literature, associating themselves with and linking themselves to various strands in Western thought and life (Bloomfield, 1952: xiv).

Poucas eram as obras de poesia, prosa ou drama que não se inspirassem na religião, referindo-se a um ou mais dos Sete Pecados Capitais, ou até usando-os como maneira de organizar e enquadrar o seu conteúdo. A lista usual abrange a avareza, a gula, a inveja, a ira, a luxúria, o orgulho e a

preguiça, com as possíveis variantes da vanglória e da tristeza. Este comentário acerca dos Sete Pecados aplica-se igualmente à literatura portuguesa medieval, onde também ocupam um lugar de destaque. Escusado será dizer que o pecado é um lugar comum da lírica galaico-portuguesa, tanto a religiosa como a secular. Em determinadas circunstâncias, usa-se o termo para descrever o mau comportamento moral, a traição política, a deslealdade para com o senhor feudal. Mas, no geral, o termo refere alguma coisa bem mais trivial: por exemplo, uma dama nega favores sexuais ao seu pretendente ou amante. Às vezes pode referir a infidelidade ou o adultério. Emprega-se o *topos* no século XIV com as últimas manifestações da lírica galaico-portuguesa, e depois, no *Libro de Buen Amor*. Encontra-se também na adaptação portuguesa dos *laude* de Frei Jacopone da Todi, realizada por Mestre André Dias. Há ainda a referir o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, compilado em 1516, mas contendo poemas que remontam à segunda metade do século XIV. Nestes poemas, o vocábulo *pecado* corresponde a ‘infidelidade’, ‘adultério’. E não devem esquecer-se as obras de Gil Vicente, muitas das quais apresentam o pecado ao vivo, como mais um «player that struts and frets his hour upon the stage» (*Macbeth* V,1, l.19).

Há constantes advertências verbais sobre a mortalidade do homem nos sermões, *exemplos* e livros de confissão da época medieval; a temática repercute-se também nas artes visuais. Os pecados estão bem representados nas esculturas eclesiásticas de pedra e de madeira. Não raro, os manuscritos medievais continham iluminuras dos pecados e as suas consequências. Vejam-se, por exemplo, os códices do *Inferno* e do *Purgatório* de Dante. Lembremos também as gravuras de Albrecht Dürer, e as pinturas e gravuras de vários artistas dos séculos XV e XVI. Entre as mais famosas estão as de Jerónimo Bosch (1450-1516). O seu quadro *Os Sete Pecados Capitais* (1475) foi adquirido por Filipe II de Espanha para os seus aposentos particulares em *El Escorial*. Também surge o tema da tentação, com *A Tentação de Santo Antão* (c.1500). Não deve subestimar-se a influência deste artista:

Bosch’s nightmarish demons and hellish wastelands have had their effect on nearly all the terrifying and surrealist art that followed him, from the

Witches' Sabbath and the dark, fantastic *Los Caprichos* of Goya to Dalí's strange Martian landscapes (Foote, 1968: 43).



Pieter Brueghel «o Velho» (c.1525-1569) seguiu esta tradição, interiorizando estas visões infernais e produzindo não só a sua própria versão de *A Tentação de Santo Antão* (1556), mas também *Os Sete Pecados Capitais*, a sua série de gravuras mais popular (1558). Em tempos mais recentes, aparece *A Tentação de Santo Antão* de Salvador Dalí (1946). Dalí funciona como uma espécie de ponte, tanto entre a tradição medieval e a arte do século XX, como entre a expressão religiosa e a publicidade, já que ele também criou anúncios.

Caberia agora perguntar quais as repercussões desta duradoura preocupação com os pecados e a tentação, no que toca à publicidade. Mas antes de investigarmos esta questão, interessa-nos aqui oferecer umas breves observações acerca da linguagem publicitária.

A publicidade e a linguagem

Há mais de meio século que F. R. Leavis e Denys Thompson se mostraram extremamente preocupados com o que consideravam ser o processo de aviltamento e a contaminação da língua inglesa, sugerindo que «the decisive use of words today is [...] in connection with advertising, journalism, best sellers, motorcars, and the cinema». Leavis e Thompson pediam que os seus leitores considerassem:

The possible concomitants of a change from the Bible, the prayer book, Bunyan, Shakespeare and Milton as the main influences upon our emotional vocabulary, to newspapers, advertisements, best sellers and the cinema (Leavis & Thompson, 1934: 81).

Pode ser que muitos dos seus temores de puristas se tenham realizado: de facto, a publicidade exerce um marcado impacto no nosso dia-a-dia linguístico. No caso específico do Inglês, graças aos meios publicitário e jornalístico, já surgiram uns quantos novos itens lexicais, como por exemplo, *cookability*, *melt-in-the-mouth*, ou *cheque-book journalism*. Parece, aliás, que precisamente como receavam Leavis e Thompson, os textos publicitários actuais têm vindo a substituir algumas das funções antes preenchidas pela oração ou pela poesia. Segundo o sociolinguista Guy Cook, a repetição que encontramos em muitos anúncios pode satisfazer uma profunda necessidade sócio-psicológica:

One might speculate that repetition induces a sense of security, community, and is a means of establishing or confirming (if only to oneself) identity within the society to which the text belongs (because everyone within the society knows the same text). Repetition also allows the comfort of speech, without the burden of invention. In many contemporary societies, especially those in which rote knowledge of prayers or poetry and songs has declined, such widely shared texts are hard to find. Ads, by constantly repeating themselves, seem to bid for this need (Cook, 1992: 228).

Sublinhemos dois pontos dignos de registo. Primeiro, que a publicidade está a assumir certas funções que antes competiam mais ao discurso religioso, como veremos mais adiante. Segundo, para desempenhar estas funções, ela apodera-se dos próprios elementos e técnicas – quando não dos símbolos concretos – deste discurso:

La publicité trouve un domaine de prédilection dans la religion chrétienne. Elle utilise – officiellement – ses prêtres et ses moines, ses cloîtres et ses confessionaux, ses volées de cloches et ses mariages en blanc, sans oublier... Dieu lui-même. Tous ces «emprunts» sont de l'ordre de l'humeur, de la dérision franche, «affichée» (Jouve, 1994: 187).

Quem nos chama a atenção para a importância do discurso religioso é David Crystal e Derek Davey (1969). Apesar de referirem o Inglês religioso

em particular, os seus comentários valem igualmente para o Português e para o Castelhana. Sugerem que o Inglês religioso tem enorme significação dentro da comunidade de anglofalantes precisamente porque foi utilizado durante tanto tempo que já se tornou parte da consciência linguística colectiva. Este processo de assimilação tem duas consequências principais: por um lado, o poeta ou escritor criativo usa elementos bíblicos na sua escrita, e por outro, o leitor ou falante reconhece-os, consciente ou inconscientemente:

The mere habit of listening every Sunday to portions of the Bible, even in a semi-somnolent or inattentive state, has the effect of causing much of its phrasing and rhythm to become part of one's mental make-up, so that it comes up quite unsought at all kinds of occasions. This is proved by the vast influence of the Bible on English prose-rhythm and phrasing, as well as on the many images and verbal echoes which have continued to owe their origin to the Bible translations long after men have ceased to know it well or to imitate it deliberately (Wrenn, 1952: 155).

Como é bem sabido, a linguagem bíblica não se restringe a situações religiosas. Emprega-se fora da Igreja também, com uma função cultural e um impacto que vão muito além do seu contexto original:

As a source of linguistic effect, religious language is very evident within literature, where a deliberate, evocative use may be made of its terminology and phraseology (Crystal & Davey, 1969: 148).

Crystal e Davey coincidem nesta observação com Carlos Reis, que afirma que o discurso religioso tem os seus ecos na escrita literária, trazendo consigo traços do seu contexto, e os seus valores morais, ideológicos e culturais (Reis, 1981: 157). Por exemplo, as co-ocorrências ou *collocations* (Crystal, 1965: 87) de itens lexicais como 'cair' e 'tentação', recordarão inevitavelmente o *Pater Noster*, levando-nos à conclusão inelutável que o produtor do texto pretende recriar um contexto estilístico, pondo em jogo um intertexto específico (Riffaterre, 1980: 626). A intertextualidade, uma parte integral da leitura de qualquer texto literário, é igualmente indispensável ao

lermos ou decifrarmos um anúncio, e o bom criativo saberá como despertar no leitor aquilo a que Riffaterre chama o impulso intertextual, «The urge to understand [which] compels readers to look to the intertext to fill out the text's gaps, spell out its implications» (Riffaterre, 1990: 557). Tal como temos intertextualidade nos textos literários, podemos fazer leituras múltiplas dum texto publicitário. Caso sejam leituras apoiadas no discurso bíblico, podemos argumentar que o objectivo é enriquecer e fortalecer aspectos particulares do texto, conferindo-lhe mais *gravitas*, ou seja, a autoridade que vem da Escrita Sagrada:

La publicité reproduit le ton, les litanies, les rituels. La parole publicitaire se fait alors Parole religieuse, prophétique, unificatrice, tout à la fois chargée d'amour, d'espoir et d'autorité souveraine (Jouve, 1994: 188).

Demonstrei alhures como os criativos responsáveis por uma notável campanha publicitária portuguesa lançam mão de provérbios e do *Pater Noster* para vender uma imagem específica duma empresa (Odber de Baubeta, 1994). Não há nada sagrado na publicidade, pelo que não nos deve surpreender o facto de certos anúncios dependerem dos motivos do pecado e da tentação para atrair clientes e vender produtos. A publicidade é, afinal de contas, um grande processo de sedução. Mais digna de observação, como veremos, é a difusão destes temas.

***Corpus* de anúncios e abordagem**

Passemos agora aos textos publicitários que constituem o objecto de análise primário. Depois de examinarmos um variado leque de revistas, suplementos dominicais e estudos de publicidade, seleccionámos anúncios impressos em Português, Castelhana, Inglês e Francês com alusões explícitas ao pecado, à tentação e à sedução, e outros que trabalham explicitamente com elementos da linguagem religiosa. Descartando questões extratextuais como as respectivas tiragens, periodicidade e o/a destinatário/a ideal,

preferimos, sempre que possível, restringir o escopo desta análise a factores intralinguísticos. Realizou-se o levantamento destes textos publicitários sem delimitação temporal, mas sim com o propósito de indagar que tipos de produto se publicitam através destes motivos. Concluimos que podem constituir-se vários grupos de produtos que se anunciam com estes conceitos ou com conceitos relacionados. Destacam-se quatro categorias de fácil identificação: comidas e bebidas, roupa, perfumes e cosméticos, carros. A seguir, depara-se-nos uma miscelânea de anúncios que utilizam os pecados e a tentação para despertar a atenção ou o interesse. Servem também para introduzir uma dimensão irónica, ou apelar para o nosso sentido de humor. Assim, por forma a compreendermos melhor como se empregam e como funcionam estes elementos do discurso religioso (ou da transgressão), empreenderemos primeiro uma leitura pormenorizada dos anúncios, salientando traços linguísticos significativos, jogos de palavras, associações de ideias, alusões intertextuais. Segundo, consideraremos os anúncios como um conjunto, e extrairemos conclusões mais universais.

COMIDAS E BEBIDAS

Pecados Originales

Para pecar con gusto. Para caer en tentaciones originales. Hay pecados que tienen nombre y sello de origen para disfrutar con toda garantía de una cuidada elaboración. Son los alimentos tradicionales de Castilla y León: jamón de Guijuelo, chorizo de Cantimpalos, rosado de Cigales, carne de Avileño, tinto de Toro, judías del Barco de Ávila, vinos de Rueda, del Bierzo, de la Ribera del Duero...

Tentaciones de pecado.

ALIMENTOS DE CASTILLA Y LEÓN

TRADICIONALES

Son de pecado. Descúbralos.

De facto, é difícil imaginar o que terão de pecaminoso o queijo, o fiambre e o chouriço. Supõe-se que se trata do pecado da boca, a gula. Relativamente aos aspectos linguísticos deste texto, note-se o tratamento formal: o anúncio é dirigido a um consumidor individualizado. Mais interessante é o prolongado jogo de palavras. *Originales* tem duplo sentido, relacionado com ‘pecado’ e ‘tentação’, mas também refere a autenticidade dos alimentos. A frase espanhola ‘ser de pecado’ costuma usar-se hiperbolicamente. *Pecado* opera como sinónimo de ‘vergonha’ ou ‘piedade’, e *pecar de* quer dizer ‘ser demasiado, excessivamente’.

Pecado dos Anjos

Será pecado?

Um iogurte tão especial, que apetece saborear até ao fim, bem devagar. Sentir aos poucos a sua consistência aveludada. O sabor ora doce, ora suave, da verdadeira fruta. E guardar todo esse prazer só para mim. Se calhar, até é pecado. Mas quem conseguiria resistir?

Pecado dos Anjos. Coisas do prazer.

Neste segundo anúncio, outro lacticínio vende-se não por ser um alimento sadio, rico em nutrientes, mas sim por causa do prazer sensual que oferece com o sabor doce e suave, ‘a sua consistência aveludada’. Recorre-se aqui a uma expressão popular, que funciona como um oxímoro: regra geral, não se associa o pecado aos anjos. Uma co-ocorrência mais usual de anjo seria com a palavra *guarda*. Aqui, encontramos ‘pecado’ associado a ‘(não) resistir’ e ‘prazer’, uma manifesta subversão das injunções habituais da religião. Além de colocar duas questões retóricas, o anúncio insinua que o pecado e o prazer são quase permutáveis. E com a focalização de primeira pessoa, há uma sugestão adicional de egoísmo, prazeres solitários e narcisismo. O iogurte é tão bom que até um anjo cairia na tentação de comê-lo. Termina com uma nota ambígua: não se sabe com certeza quais são as ‘coisas do prazer’, o iogurte, a mulher, ou as sensações que ela experimenta, a sós.

Chantilly Mimosa

Tentação

*Há momentos na vida
sem os quais não podemos passar.*

Irresistíveis.

Muito nossos.

Doces.

Chantilly Mimosa.

*Como viver
sem ele?*

Chantilly Mimosa.

O sabor da tentação.

Mais uma vez, a co-ocorrência de ‘tentação’ e ‘irresistíveis’, como se fosse uma certeza absoluta que não se deve resistir à tentação. Note-se de passagem o emprego da primeira pessoa do plural, para criar maior identificação entre fabricante, anunciante e consumidores. Combina-se o físico, o sensorial – ‘o sabor’ –, com o abstracto, o conceitual ‘da tentação’. Também há certa ambiguidade na pergunta ‘Como viver sem ele?’ Este ‘ele’ poderia ser o iogurte, ou um amante. Lendo bem o texto, parece que o consumidor – ou a consumidora – vive um *affaire de coeur*. Reparemos também nos múltiplos significados de ‘mimosa’.

Danone – Mousse

Cuidate a placer

Déjate querer. Déjate seducir. La nueva mousse Danone de queso fresco y yoghourt con frutas te enamorará. En sus tres variedades, con fresas, con piña-papaya o con albaricoque, te llegará al corazón. Y te cuidará. A placer.

Usando a linguagem romântica – ‘querer’, ‘enamorará’, ‘te llegará al corazón’, introduz-se um jogo de palavras para dar a entender que este produto é saudável, faz bem ao organismo, certamente por não ter excessivo colesterol ou gordura. A *mousse*, ou melhor, o seu fabricante actua como um

amante ou um cônjuge. A frase ‘a placer’ recorda as ‘coisas do prazer’ do iogurte Pecado dos Anjos.

Danone – Iogurte

VEJA, DESEJE E PROVE.

A Danone apresenta o seu melhor iogurte. «DUPLA CAMADA» é composto por uma camada de iogurte enriquecido e uma deliciosa camada de frutas. Para ver, desejar e provar, sem misturar. «DUPLA CAMADA» em embalagem de vidro, é dedicado exclusivamente aos verdadeiros apreciadores do que é bom. BOM A DOBRAR.

Emprega-se aqui a estrutura tripla, tão apreciada pelos criativos e pelos retóricos. Ecoam, aliás, as altissonantes palavras de Júlio César: «Cheguei, vi e venci». Aparece a noção da tentação, mas a um nível quase subliminar. O consumidor vê o produto, sente-se tentado a prová-lo e, podemos deduzir, comê-lo-á de agora em diante. Repete-se a tripla estrutura, mas com uma mudança de forma sintáctica; em vez do imperativo, o infinitivo. Utiliza-se um jogo de palavras, ‘bom a dobrar’ significando que o produto tem dois ingredientes principais e está duas vezes mais rico. Para arredondar, inclui-se também uma lisonja aos consumidores, ‘verdadeiros apreciadores do que é bom’.

Choco Leibnitz (anúncio de uma bolacha de chocolate)

Resistance is useless

O cabeçalho deste anúncio é ‘resistir é inútil’. Está escrito numa letra gótica, porque o produto é alemão. Pode ser, porém, que o anúncio tenha certas conotações racistas: em muitos filmes de guerra dos anos 40 e 50, esta mesma frase é proferida pelos interrogadores nazis diante dos seus ‘galantes’ prisioneiros britânicos. Por conseguinte, em vez de apelar para o intertexto religioso e para a ‘transgressão autorizada’, este anúncio recorda sentimentos anti-alemães que remontam às duas Guerras Mundiais. Em lugar de

tornar a bolacha mais apetitosa ou irresistível, associa-a aos momentos mais devastadores para os britânicos do século XX.

Tuborg Lager

Para alguns é pecado.

Para si é a absolvição.

Nova Tuborg Royal Danish.

Cerveja forte. Para fugir à regra.

O pecado referido pode ser a gula, e a absolvição corresponderá à satisfação conseguida ao consumir a cerveja. No visual, a garrafa de cerveja aparece banhada em luz dourada (com borbulhas), como a estátua de um santo dentro de uma igreja. Aliás, esta imagem não estaria deslocada num vitral. O texto contém anáfora, antítese, um jogo de palavras, e uma subtil incitação a transgredir, a contraverter as regras, por um lado a regra monástica, por outro as regras sociais mais geralmente aceites.

Krony Beer

KRONY.

TU ES À TENTER

LE DIABLE.

Krony est une toute nouvelle boisson, à base de bière et d'extraits de fruits, aux trois parfums délicats et envoûtants: pêche passion, fraise muscat ou kiwi pamplemousse. Fraîche et ardente, tendre et forte, douce et amère, c'est la rencontre subtile de la bière et du fruit. Une pure tentation.

Faiblement sucrée et peu alcoolisée, Krony se déguste très fraîche.

LA TENTATION DE LA BIÈRE ET DU FRUIT.

Aqui a máxima tentação, com a sugestão das frutas proibidas. Colocam-se uma série de oposições binárias, para tornar o produto mais desejável. Numa destas oposições, justapõe-se 'tentação' e 'pura'. Aqui o adjectivo é usado com múltiplas funções sintácticas e semânticas. Opera

como adjectivo qualificativo e intensificador, aumentando o grau de tentação; simultaneamente enquadra-se num oxímoro, já que a tentação não se associa à pureza: ao mesmo tempo, ‘pura’ poderia ser uma alusão indirecta à inocência que reinava no Jardim de Éden antes de se provar a fruta.

Grant’s Whisky

GRANT’S
LA TENTATION EST GRANDE

Num anúncio citado por Jouve (1994: 112), vemos o *Whisky* associado à tentação, na imagem, no imaginário e na repetição dos fonemas: **Grant’s, grande:**

ROUPA

Roupa Interior Triumph (1985)

Pelo prazer de sentir no seu corpo a carícia suave e delicada, a leveza envolvente que dá forma, o conforto sedutoramente terno!

Outra vez se recorre a uma figura retórica, o oxímoro de ‘conforto’ e ‘sedutoramente’. Não são duas qualidades que geralmente se conjugam.

Collant Levante

A tentação italiana

Neste anúncio, tão importante como o *slogan* é o visual de uma bela loira com vestido preto, pernas longas e sapatos de salto alto. Qual dos pecados capitais aqui? Luxúria, talvez, ou inveja. Outro elemento essencial do anúncio é o estereótipo, segundo o qual Itália é sinónimo de estilo, de atracção. Assim, por implicação, os produtos italianos serão irresistíveis.

Collant Coccinella

Hoje, uso a linguagem da ousadia

Coccinella

O toque da tua pele

SEDUZIONE

O visual neste anúncio é muito parecido com o do *collant Levante*. No texto, fala-se na primeira pessoa da ousadia, implicando a transgressão, e o produto chama-se 'Sedução'.

PERFUMES E COSMÉTICOS

Laura Biagiotti Venezia Parfums (1994)

A seduction of the senses.

A imagem mostra um homem e uma mulher, ela com um dominó na mão. Estão na Praça de S. Marcos, em traje de gala. Existe uma certa ambiguidade. Não se sabe se a mulher está a seduzir o homem, o homem a mulher, ou se o próprio lugar, Veneza, está a seduzir os dois. Na sequência, que anuncia *Laura Biagiotti Venezia Uomo (1995)*, temos um texto em Inglês, com traduções em Português:

Is it better to seduce or be seduced?

THE FRAGRANCE FOR MEN

Laura Biagiotti UOMO • THE SEDUCTION OF THE SENSES

É melhor seduzir ou ser seduzido? A sedução dos sentidos.

EDEN

O Perfume Proibido

Os anúncios de Édén inserem-se numa campanha multinacional de longa duração. A série joga com as noções de paraíso, de inocência ou de

prazer. Traz a ideia do fruto proibido, a tentação do pecado e o paraíso perdido. O texto inglês introduz outro elemento, a aliteração: «The Forbidden Fragrance». Quanto à imagem, no primeiro anúncio a aparecer, vemos uma jovem inocente, que tem o verde frasco de perfume nas mãos, como se fosse uma maçã. Num segundo anúncio, o cabeçalho é igual mas a menina já não parece tão inocente, de costas viradas, a esconder o corpo. Num terceiro anúncio, aparece a mulher a olhar directamente para os leitores numa forma particularmente sedutora, o corpo mergulhado num rio ou numa lagoa. O texto já foi modificado:

Before Pleasure
Les Sources d'Eden
PURE PLEASURE FOR THE BODY

Vemos uma nítida progressão da inocência para o conhecimento, ou melhor dito, para a sexualidade despertada. Segundo reza o texto, este produto utiliza-se antes do 'prazer'. Tem qualidades sedutoras ou afrodisíacas. Aquilo que é proibido traz prazer. E vemos repetida a mesma técnica de usar 'pure' num oxímoro. Justaposto a 'pleasure', tem um duplo significado: 'prazer puro' (o que neste contexto poderia ser uma contradição, já que o prazer sexual nem sempre se considera muito puro) e 'imenso prazer'.

ETIENNE AIGNER
SURRENDER TO THE SENSES

Outra vez se sublinha a ideia de não resistir. Num anúncio especialmente provocatório, vemos um corpo de homem nu, os pulsos atados com uma rosa. Do rosto só se vê a boca. Aqui os sentidos relacionam-se com os pecados. A nudez vem associada à inocência, ao jardim de Éden. Mas há neste anúncio sugestões de sado-masiquismo e de escravidão sexual. E cabe perguntar qual o simbolismo da rosa e dos espinhos. Num nível, a rosa funciona como símbolo do amor sexual, da paixão. Mas no contexto específico

deste anúncio, recorda-nos a coroa de espinhos, em si próprio um símbolo da religião cristã, do sofrimento e do martírio.

Phytophyline

Anunciam-se aqui produtos de beleza ‘para que as mulheres disfrutem da sua maternidade’. Mostra-se a imagem duma mulher extremamente jovem e bonita, com um bebé ao colo. Através da página, em maiúsculas, a palavra SEDUÇÃO. E também se coloca a seguinte pergunta:

A sua silhueta, as suas ancas ficaram com alguns centímetros a mais que persistem após o parto? Nada de depressões. Ofereça ao seu corpo PHYTOPHYLINE, um gel especialmente pensado para a ajudar a reencontrar uma silhueta elegante e firme.

Depois vem uma explicação ‘científica’ dos efeitos e das vantagens do produto *Phytophyline*, dos laboratórios Lierac. Se por um lado resulta difícil aceitar que um simples gel cosmético seja capaz de banir a depressão pós-parto, também não se esclarece com facilidade em que consiste a sedução referida no anúncio. Pode haver várias seduções: o ideal da maternidade, representado por uma mulher realizada e feliz, e a imagem de um bebé rechonchudo, sorridente e são. De todas as maneiras, há alguma ambiguidade na mensagem. No pior dos casos (e do gosto), a mensagem implícita será que, apesar do parto recente, a jovem continua a ser atractiva.

CARROS

FORD ESCORT STATION WAGON

Tentação Inevitável.

A nova Ford Escort Station Wagon é uma tentação à primeira vista. O seu design é demasiado bonito para que alguém lhe resista.

É uma beleza que arrebatava por fora e por dentro. É um imenso espaço para transportar tudo o que o prazer implicar.

É um novo conceito de espaço, conforto e tecnologia.

É uma tentação à primeira vista. É a opção de entrar nos pormenores e escolher a segurança (sistema de travagem ABS), o ambiente (tejadilho de abrir e correr) e a música que quiser (rádio/leitor de cassetes de sintonia digital «sound 2005»). A gama Escort é a tentação de 3 carroçarias à sua escolha, conforme o desejo ditar. Dirija-se ao seu Concessionário Ford e sinta uma tentação inevitável pela Station Wagon, pelo Escort de 3 ou 5 portas ou pelo Cabriolet.

É de notar que a palavra ‘tentação’ é usada cinco vezes. Não obstante, este carro não é o último modelo desportivo, mas sim um veículo destinado ao uso familiar, ou seja, pelos pais, filhos, avós e até o cão de estimação. Enfatiza-se o prazer, e há ressonâncias de frases feitas como ‘amor à primeira vista’ e ‘atração fatal’ (discurso cinematográfico). Notemos também o uso da estrutura tripla: ‘espaço, conforto e tecnologia’.

RENAULT 19 STORIA

DEIXE-SE CAIR EM TENTAÇÃO!

O conforto, segurança e qualidade de construção do novo Renault 19 Storia com um excepcional nível de equipamento que inclui volantes de três braços, comando eléctrico dos vidros dianteiros, fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância e apoios de cabeça traseiros. Venha experimentar o novo Renault 19 Storia no seu Concessionário Renault e, por apenas 2.450 c., deixe-se cair em tentação.

RENAULT 19 STORIA

Porquê resistir?

Este anúncio pertence a uma campanha *multimedia*. Relaciona-se com anúncios televisivos, em que a tentação, encarnada no Renault, carro francês, ‘invade’ uma aldeia italiana, e consegue ‘desviar’ os seminaristas italianos, para quem, supõe-se, o Fiat é Deus. E para dar aquele toque tranquilizador, a estrutura tripla: ‘conforto, segurança e qualidade de construção’.

MISCELÂNEA

Waterman MAN 100

Não resista à tentação

A tentação em questão é o desejo de adquirir a caneta. Mas inscritos no anúncio, há outros desejos e tentações. Insinua-se a avareza, já que se trata de um produto muito caro, um signo exterior de prestígio social. Possuir uma caneta destas poderia levar à soberba ou vanglória e, ao mesmo tempo, provocar certa inveja nos demais. A imagem também poderia causar certos pecados ou, pelo menos, pensamentos pecaminosos: vemos duas cerejas encarnadas e uma caneta sem tampa, com o aparo, num prato preto. Quais são as conotações das cerejas encarnadas? Na poesia, regra geral, representam os lábios de mulher. Segundo alguns psicólogos, o encarnado é a cor do sexo, do pecado original. Em todo o caso, a fotografia tem um aspecto terrivelmente atractivo, pelo contraste de cores, e devido à composição, tem certo simbolismo fálico.

Waterman Lady Charlotte

Which Waterman are you?

The temptingly passionate Lady Charlotte is just one in the range of Waterman pens. Each comes with the Waterman Lifetime Guarantee. The choice is entirely yours.

Vemos, em dois anúncios da *Waterman*, uma bela caneta encarnada, uma igualmente bela mulher com roupa encarnada e um ar diabólico: a justaposição da paixão com a tentação. A última frase do texto dirige-se directamente ao consumidor, sugerindo que pode optar pela tentação, e pode escolher a caneta que mais lhe apeteça.

El País (1994)

Cada viernes caerás en la tentación.

El País te regala EL PAÍS DE LAS TENTACIONES. La revista que cada viernes te lo explica todo para que disfrutes más del fin de semana. Lee EL PAÍS DE LAS TENTACIONES, no encontrarás ni un solo motivo para resistirte.

Esta é uma maneira inovadora de anunciar uma revista. No visual, vemos uma série de maçãs, símbolo por excelência da tentação, mas já mordidas. Todas as informações que se proporcionam na revista têm que ver com o recreio, a busca do prazer. Também ouvimos um eco de *Alice no país das maravilhas*, com todas as associações positivas da literatura infantil – a fantasia, o mágico, o imaginário. Quer dizer, neste caso, não existe motivo para resistir à tentação.

Corega (líquido para limpeza bucal)

COMME ON PEUT LE CONSTATER,
L'UTILISATION RÉGULIÈRE DE COREGA BAIN DE BOUCHE
A UNE ACTION EFFICACE SUR LE BIEN-ÊTRE
DES GENCIVES DES PORTEURS D'APPAREILS

De tout temps, l'Homme n'a pas pu résister à l'envie de croquer la pomme. Alors Corega Bain de Bouche a été formé spécialement pour apaiser l'irritation des gencives, empêcher la multiplication des bactéries et fortifier les muqueuses de tous ceux qui portent un appareil dentaire. Grâce à son PH neutre, on peut l'utiliser tous les jours. Légèrement mentholé, Corega Bain de Bouche laisse une agréable sensation de fraîcheur. L'usage régulier de Corega Bain de Bouche vous apporte une parfaite hygiène buccale. Les pommes ne vous résisteront pas.

COREGA. VIVEZ VOTRE VIE PLEINEMENT.

Coincidentemente, surge a mesma ideia, e as mesmas maçãs mordidas, num anúncio francês de líquido para limpeza bucal (citado em Jouve, 1994: 8). Para além da fotografia das maçãs, incorporam-se vários jogos de palavras. Primeiro, refere-se obviamente a maçã da tentação, com efeitos

onomatopaicos – ‘croquer’. Depois, sugere-se que, comendo maçãs, limpamos os dentes. Finalmente, e para surpreender o leitor, afirma-se que, depois do consumidor usar este produto, poderá comer qualquer coisa sem problemas: as maçãs não resistirão.

Israel

El desierto de Judea. Algo único en el mundo. Y está en Israel.

Déjate llevar por tu espíritu aventurero a un lugar donde las tentaciones son naturales. Desde viajar en todo terreno por el desierto y dormir en tiendas de Beduinos hasta trepar y escalar montes y riscos. Además en Israel encontrarás playas inigualables, ciudades cosmopolitas, santos lugares, reservas naturales, un paraíso para las compras y una infraestructura hotelera deslumbrante. Descubre el nuevo espíritu de un lugar milenario. ¡SHALOM!

Las vacaciones son sagradas.

Sólo hay un lugar en el mundo, donde la tentación habita en el desierto.

Temos aqui o país de Israel apresentado como atracção turística. O anúncio é muito alegre, brincalhão, um prolongado jogo de palavras. Este jogo fundamenta-se no uso de vocábulos encontrados mais frequentemente num contexto religioso, para chamar e reter a atenção, conseguindo efeitos cómicos ou até de choque: ‘espíritu’; ‘santos lugares’; ‘paraíso’; ‘deslumbrante’ (palavra associada com a sarça ardente do Velho Testamento); ‘sagradas’; ‘tentación/desierto’. Curiosamente apropriado, este emprego de referências religiosas para ‘vender’ um país. Apesar de Israel ser país judeu, muitas das referências derivam do Novo Testamento, indicando que o público alvo deste anúncio é cristão. A tentação de Cristo no deserto vem descrita nos Evangelhos. Repare-se na ambiguidade de ‘tentaciones naturales’. Tentações relacionadas com o meio-ambiente, ou com a natureza humana? ‘Las vacaciones son sagradas’ é uma frase feita no castelhano, de uso frequente em conversas no local de trabalho. Aqui, as férias passam-se em lugares bíblicos, de modo que são duplamente sagradas.

Israel

*Sólo hay un lugar en el mundo,
símbolo para tres religiones...*

De día, en Jerusalem, la historia vive en cada piedra: el Muro de las Lamentaciones, la Iglesia del Santo Sepulcro, el Domo de la Roca... De noche, las calles iluminadas, los cafés llenos de encanto y el bullicio la transforman en una ciudad cálida, mágica... donde cualquier historia es posible.

ISRAEL

Las vacaciones son sagradas.

Además, en Israel encontrarás playas inigualables, ciudades cosmopolitas, aventura, reservas naturales, un paraíso para las compras y una infraestructura hotelera tan moderna como deslumbrante. Descubre el nuevo espíritu de un lugar milenario.

... Y donde las noches son un milagro.

Este segundo anúncio não é especialmente inovador (publicidade de manutenção); repete o *slogan* do primeiro, e oferece mais uma alusão religiosa, ‘donde las noches son un milagro’.

P & O FERRIES

**HEAVENLY BREAD, DIVINE WINES
AND SAINTLY CHEESES.
NOW GO AND MEET YOUR MAKER.**

Blessed are the cheesemakers.

For they produce Comté, with its distinct hazelnut flavour.

The delicious Mont d'Or, Bleu de Gex and Septmoncel. Not to mention Red Label Emmenthal Grand Cru (Yes, there are appellations for cheeses as well as wine).

Blessed are the bakers, with their fresh baked melt-in-the-mouth bread. And blessed are the vintners with their extraordinary range of local bouquets and flavours.

In fact, Franche-Comté is blessed with a range of culinary delights.

Brési beef, smoked Luxeuil ham, Montbéliard sausage. Even the most parched mouth waters at their name.

And yet man cannot live by lunch alone. There are things to do and places to see.

Quirky, unusual things and places, like the Saline Royale d'Arc-et-Senans, the Royal Saltworks, built in 1775. And the Chapelle de Ronchamp, built in the 1950s by the world famous architect Le Corbusier.

Of course, it goes without saying, there are all the usual attractions too. Good old abbeys and castles dating from the 14th, the 15th, the 16th or 17th centuries.

Take your pick.

In fact, you may want to take your pick literally into the Jura mountains. Peace will be very much with you my son.

As you climb to the stunning Hérisson Cascades or, in the Doubs, wonder at the Saut du Doubs waterfall.

Then, make your own private pilgrimage across the Vosges and the Jura along the hiking trails. And next take unto the waters as a fisherman or a canoeist...

Enough. You must find your own way in Franche-Comté.

But have faith. It is paradise.

FRANCE.

YOUR LOCAL PARADISE

FRANCHE-COMTÉ

Mais um vez, o recurso à Bíblia, desta vez para vender um serviço. O criativo que produziu este texto tem plena consciência da eficácia do pão como significante; para além de alimento essencial, representa simultaneamente todo o sistema de valores ético-morais judaico-cristãos, expressos pela metáfora bíblica 'o pão da vida'. No cabeçalho, voltamos a encontrar a estrutura tripla, desta vez contendo três grupos nominais. A justaposição de 'pão' e 'vinho' recorda-nos a missa e a comunhão. Os três adjetivos 'heavenly' (celeste), 'divine' (divino), 'saintly' (de santo) podem utilizar-se tanto em contextos religiosos, como para intensificar, funcionando como superlativos. Há também repetição de sons, heavenly e bread, divine e wines, saintly e cheeses. 'Go forth' é tipicamente bíblico, e 'maker' significa Deus, mas a

ordem 'meet your maker' é um eufemismo, significando 'morrer'. Talvez se queira dizer que visitar esta região de França equivale a ir ao céu. O anúncio apoia-se fundamentalmente nas Bem-aventuranças do Sermão da Montanha (S. Mateus 5, 1-12). As Bem-aventuranças são de fácil memorização, graças à sua organização anafórica (lembremo-nos do comentário de C. L. Wrenn acima citado), ou «the formation of a cumulative pattern by the juxtaposition of short phrases constructed on the same syntactic model» (Brook, 1965: 65). Claro, o criativo também consegue efeitos cômicos, devido a certa incongruência entre o tema do texto, e a maneira de o anunciar. Especialmente através da semelhança entre 'Blessed are the cheesemakers' e 'Blessed are the peacemakers'. Note-se o trocadilho 'blessed with'; o verbo 'bless' significa 'abençoar', 'benzer', enquanto que 'blessed with' equivale a 'favorecido com', quer se trate de uma qualidade ou de bens materiais. A menção de 'parched mouth' é remanescente do deserto, lugar muito importante na Bíblia. Vem a seguir uma distorção duma citação bíblica: 'And yet man cannot live by lunch alone' é uma adaptação da frase «o homem não viverá só do pão, mas de tudo o que sai da boca do Senhor viverá o homem» (Deuteronomio 8: 3). Aliás, a frase volta a aparecer no Novo Testamento (S. Mateus 4: 4). A afirmação 'Peace will be very much with you my son' adaptação de uma bênção, tem muito do tom patriarcal da Bíblia. As conotações de 'pilgrimage' (peregrinação) não precisam de nenhum esclarecimento. 'Unto' é Inglês antiquado, do tipo que se lê na Bíblia ou se ouve em orações. 'Fisher-man' lembra-nos o próprio Cristo, o pescador de homens, e os discípulos: «Segui-me e farei de vós pescadores de homens» (S. Mateus 4: 12). Mas a co-ocorrência com 'canoist' é bem mais humorística. As injunções 'You must find your own way' e 'have faith' poderiam facilmente pertencer aos Evangelhos, recordando-nos também frases como «I am the way, the truth, and the life» (S. João 14: 6), ou «Vós, de pouca fé!» (S. Mateus 8: 26). Para terminar, a França é descrita como 'o vosso paraíso local'. Este texto publicitário contém palavras especificamente religiosas, isto é, frases tiradas da Bíblia, ou expressões que se ouvem na Igreja.

Conclusões

Há quem mantenha que a publicidade é essencialmente conservadora: não visa provocar mudanças revolucionárias na sociedade (só nos hábitos de consumo); espelha a realidade social através de expressões e imagens familiares, reconhecíveis e tranquilizadoras, com as quais os comerciantes e os clientes podem identificar-se comodamente. Quando se trata de anunciar artigos de consumo não essenciais, como por exemplo os chocolates, perfumes e produtos de beleza, o maior problema que enfrenta o publicitário é criar os sentimentos que estimularão o público a desejá-los.

E eis o cerne da questão. Trata-se da construção do desejo, não o desejo aquisitivo mas sim o desejo no sentido lacaniano, exactamente como o encontramos representado em determinadas obras da literatura, pinturas e filmes. Claro, poder-se-ia perguntar se este desejo já existe dentro do consumidor, ou se foi criado, ‘construído’ pelo anunciante. Uma resposta possível é que os criativos estão a jogar com os desejos inconscientes do ser humano. Ou seja, tentam fazer aflorar manifestações universais do inconsciente através de determinadas palavras-chave – *desejo, prazer, tentação* – que inconscientemente se relacionam com os pecados bíblicos ‘originais’. Ainda que o consumidor tenha consciência de que regalar-se com um iogurte ou com um cálice de vinho não constitui pecado algum, é levado a consumi-los não tanto pela fome ou gulodice, mas sobretudo pelos seus desejos inconscientes reprimidos.

La publicité prône le plaisir, la sensualité, la gourmandise [...] Les visuels publicitaires sont déjà eux-mêmes un plaisir des sens, le propos (linguistique et iconique) s'avérant diaboliquement tentateur. Avant de céder au produit, c'est à l'annonce proprement irrésistible que l'on succombe (Jouve, 1994: 184).

Quer dizer, os anúncios funcionam de duas maneiras: incorporam, e associam entre si, as palavras ‘prazer’, ‘pecado’, ‘sedutor’, ‘tentação’ no próprio texto (raríssimas vezes falam na culpa ou culpabilidade) e tentam

seduzir através de imagens ‘deslumbrantes’. Temos, de facto, o discurso bíblico invertido da maneira mais carnavalesca. Ironicamente, neste processo de inversão, usam-se os mecanismos de repressão de outrora para soltar os nossos desejos inconscientes. A propaganda *culpabilisatrice* de antigamente (Delumeau, 1983: 227) renasce para servir outras finalidades, igualmente propagandísticas. Oportunisticamente, os criativos da publicidade aproveitaram e adaptam a qualidade familiar e tranquilizadora da linguagem bíblica, sem incorporar a sua mensagem moralizante.

Ao considerarmos a grande variedade de produtos anunciados a partir do pecado e da tentação, tiramos várias conclusões. Em primeiro lugar, os criativos descobriram uma ‘receita’ bem sucedida, e não vão abandoná-la até lhe espremerem todo o sumo. Segundo, esta análise, por breve que seja, parece indicar uma certa mudança no uso da língua: o facto de determinadas palavras, expressões e ideias assumirem cada vez maior relevo dentro de um discurso específico implica por sua vez uma transformação de atitudes sociais ou valores morais.

Por um lado, é a questão dos grupos etários, das gerações. Para as pessoas idosas, a palavra *pecado* jamais virá a ter uma carga simbólica positiva, enquanto que muitos adolescentes, pelo menos na especificidade inglesa, utilizam *wicked* e *sinful* com o sentido totalmente contrário, significando ‘genial’ e ‘bestial’. A expressão inglesa *ugly as sin* (‘feio como uma noite de trovões’, ‘feio como pegarle a Dios’, ‘laid à faire peur’), já não tem o mesmo impacto. Hoje em dia, parece que os publicitários querem convencer-nos que o pecado se tornou mais atractivo: o desejo e a satisfação dele são supremos, no que respeita a um iogurte, um carro desportivo ou um lugar de veraneio.

A impressão que nos transmitem estes anúncios é que nalgumas sociedades, pelo menos na Europa Ocidental pós-moderna, prevalece um novo hedonismo, praticado por uma nova geração que procura o prazer, dedicando-se ao consumismo desenfreado, ao egoísmo, à comodidade. Será um caso de *carpe diem*, ou a introdução de um novo vocabulário pelos donos da publicidade? Julgamos que se trata dum discurso novo, que espelha hábitos ou atitudes não propriamente novos mas que têm surgido de novo.

Os anúncios que considerámos são o resultado directo duma abordagem psicanalítica adoptada pelo criativos. Não se pode afirmar que eles próprios construíram o desejo, mas certamente vão ao encontro dele, alimentam-no: «advertising has to be seriously accepted as a formative cultural discourse» (Wicke, 1986: 2). Oferece-se ao consumidor uma «publicité de transgression qui brave les codes moraux à travers l'éloge qu'elle fait du laisser-aller, du chacun pour soi, du plaisir à tout prix» (Jouve, 1994: 23). E expressa-se este elogio em termos parenéticos. Assim, assumindo funções outrora desempenhadas pela religião, a publicidade dos nossos dias subverte a mensagem cristã utilizando o próprio discurso religioso:

La publicité se substitue à la religion religieuse en édictant à sa place de nouvelles règles de vie [...] revues et corrigées et en détournant des formules consacrées (Jouve, 1994: 187).

Sublinham-se tanto o prazer como a satisfação imediata. Devido à escolha cuidadosa de textos e imagens subtilmente sofisticadas, os produtos tornam-se infinitamente mais tentadores, irresistíveis. O pecado converte-se em valor positivo, num objecto de desejo, e, finalmente, numa mercadoria vendível. Apesar de tudo, os frutos proibidos sabem melhor.

Patricia Anne Odber de Baubeta é directora do Departamento de Estudos Portugueses da Universidade de Birmingham, desde 1991. Doutorou-se em 1991 com a tese *Church Discipline and Social Satire in Medieval Portugal*. Dos vários livros e numerosos artigos de sua autoria, destacam-se *Inglês. Curso básico para Portugueses* (1990) e *Anticlerical Satire in Medieval Portuguese Literature* (1992).

Referências bibliográficas

- BLOOMFIELD, Morton W. (1952) – *The Seven Deadly Sins: An Introduction to the History of a Religious Concept, with Special Reference to Medieval English Literature*, East Lansing, Michigan State University Press, p. xiv (reprint).
- BROOK, Stella (1965) – *The Language of the Book of Common Prayer*, London, André Deutsch, p. 65.
- COOK, Guy (1992) – *The Discourse of Advertising*, London/New York, Routledge (Interface).
- CRYSTAL, David (1965) – *Linguistics, Language and Religion*, London, Burns and Oates.
- CRYSTAL, David; DAVEY, Derek (1969) – «The Language of Religion», in *Investigating English Style*, London, Longman, Green and Co.
- DELUMÉAU, Jean (1983) – *Le péché et la peur. La culpabilisation en Occident (XIIe-XVIIIe siècle)*, Paris, Fayard.
- FOOTE, Timothy *et al* (1971) – *The World of Bruegel c.1525-1569*, Time-Life International.
- JOUE, Michèle (1994) – *Communication et publicité. Théories et pratiques*, 2e édition, Rosny, Bréal Éditions (Collection Synergies).
- LEAVIS, F. R.; THOMPSON, Denys (1934) – *Culture and Environment: The Training of Critical Awareness*, London, Chatto & Windus.
- ODBER DE BAUBETA, P. A. (1994) – «Proverbs, the *Pater Noster* and Public Image. Advertising Rhetoric in Portugal Today». Paper presented to the annual conference of the Association for Contemporary Iberian Studies, University of Portsmouth.
- REIS, Carlos (1981) – *Técnicas de Análise Textual*, 3.ª edição, Coimbra, Livraria Almedina.
- RIFFATERRE, Michael (1980) – «Syllepsis», in *Critical Inquiry*, VI, n.º 4, pp. 605-638.
- RIFFATERRE, Michael (1990) – «Compulsory Reader Response: The Intertextual Drive», in Michael Worton & Judith Still – *Intertextuality: Theory and Practices*, Manchester, Manchester University Press, pp. 556-578.
- WICKE, Jennifer (1986) – *Advertising Fictions. Literature, Advertisement & Social Reading*, New York, Columbia University Press.
- WRENN, C.L. (1952) – *The English Language*, London, Methuen.

DOCUMENTOS DE TRABALHO

Expressões de marginalidade e de periferia nos comportamentos verbais*

0. Para uma tipologia da marginalidade

No presente trabalho, tal como o sub-título testemunha, assumiremos como objecto de estudo um fenómeno verbal particular, a alternância de códigos, típico da produção linguística de indivíduos bilingues em interacção com outros que também o sejam. Para além disto, iremos observar o funcionamento deste mecanismo num contexto geográfico-social que tem permitido um longo e intenso contacto entre o português, aqui investido do estatuto de idioma maioritário, e o mirandês¹, língua que, quer do ponto de vista quantitativo, quer na perspectiva da sua condição e funções sociais, se pode apelidar de minoritária. Perante este propósito e sem perder de vista o espaço temático em que nos propomos desenvolvê-lo, vimo-nos, antes de mais, na necessidade de explicitar em que medida se inter cruzam, no nosso tópico de reflexão, diferentes níveis e tipos de marginalidade.

Em primeiro lugar, será inequívoca a consideração do próprio mirandês como uma língua natural que, sob diferentes pontos de vista, tem vindo a subsistir numa situação de periferia e de marginalidade. Geograficamente, a sua área de implantação é no extremo Nordeste trasmontano, num território raiano

* O título completo deste trabalho é o seguinte: «Expressões de marginalidade e de periferia nos comportamentos verbais. A alternância de códigos exemplificada pelo discurso bilingue mirandês-português».

¹ Há que esclarecer que o contexto geográfico-social a que nos referimos tem permitido, igualmente, o contacto de qualquer um destes dois idiomas com um terceiro: o castelhano. Porém, e dado o tema que no momento nos ocupa, não nos iremos debruçar sobre a situação do castelhano nas comunidades linguísticas existentes na Terra de Miranda.

que se encontra, dado o isolamento a que cronicamente tem sido votado pelo poder central, mais voltado para a vizinha província espanhola de Zamora do que para Portugal. Socialmente, a situação do mirandês é evidenciada pelo facto de a sua vitalidade ter sido sempre garantida pela diminuta população local, ocupada, maioritariamente, num sector primário de acentuada feição auto-subsistente, caracterizada por índices de escolarização formal muito reduzidos e, cada vez mais, bastante envelhecida. Por razões desta ordem, o mirandês é um idioma minoritário, condição que, por si só, seguramente faz dele uma realidade linguístico-cultural periférica.

Em segundo lugar, há que ter em atenção que também a alternância de códigos pode ser considerada um comportamento verbal estigmatizado por uma dupla marginalidade. Antes de mais, só produz alternância quem for bilingue, característica individual (do falante) ou colectiva (de uma comunidade linguística) que, pese embora a sua difusão e expressão numérica no mundo, tardou em conquistar espaço no espectro das preocupações da comunidade científica ocupada com estudos linguísticos. Acresce a esta circunstância o facto de a alternância de códigos, sendo uma manifestação típica do discurso bilingue, estar muito longe de ser encarada como tal pelos próprios falantes que dela fazem uso, conhecendo, por parte destes, uma reprovação inequívoca e generalizada. Estas atitudes negativas dos que, embora utentes, são, em todo o caso, leigos em reflexão metalinguística, foram, no entanto, curiosamente partilhadas, durante anos, pelos próprios linguistas, tendo alguns chegado a considerar a alternância de códigos uma manifestação verbal assistemática, irregular e idiosincrática² a que só recorriam bilingues que não fossem inteiramente perfeitos³.

² Como salienta Gumperz (1982: 63), «in the linguistic literature on bilingualism, conversational code switching tended until quite recently to be treated primarily as a marginal or transitory phenomenon, as if it were a form of linguistic interference which accompanies the learning of a new grammatical system». Aliás, a alternância de códigos chegou a ser avaliada pelo próprio Labov, «pai» da sociolinguística, como «idiosyncratic behavior, not covered by the regularities which determine the occurrences of sociolinguistic variables» (Gumperz, 1982: 70).

³ Um bilingue é perfeito quando evidencia «native-like control of two languages» (Bloomfield, 1933: 56). Esta é, no entanto, uma concepção de bilinguismo que hoje, dada a sua inoperacionalidade e impossibilidade real de verificação, se rejeita.

Traçado o perfil, em tudo periférico, do tema que temos entre mãos, dediquemo-nos, pois, à apresentação mais detalhada do mecanismo da alternância de códigos, procurando ilustrar que funções sociais e discursivas podem ser exercidas pelo seu uso. Neste âmbito, passaremos em revista as diferentes categorias funcionais que têm vindo a ser propostas no quadro dos vários modelos utilizados na análise pragmática⁴ deste mecanismo verbal. De seguida, proporemos uma versão alternativa de um destes modelos, o mais formalizado, que pretendemos sintetizadora de várias das contribuições teóricas já avançadas.

1. A alternância de códigos em situações de bilinguismo social.

Definições e funções discursivo-sociais

Para definirmos o ainda não clarificado conceito de alternância de códigos, socorrer-nos-emos da seguinte formulação sucinta proposta por John Gumperz (1982: 59): «the juxtaposition within the same speech exchange of passages of speech belonging to two different grammatical systems or sub-systems», sendo que as duas partes do acto discursivo proferidas em duas línguas diferentes se encontram sintáctica, semântica e prosodicamente ligadas como se tivessem sido emitidas pelo recurso a um único idioma. A este tipo de alternância Gumperz atribui o nome de «conversational code-switching», para o distinguir de um outro fenómeno, formalmente idêntico a este, mas desencadeado por uma motivação comunicativa diversa, o «situational code-switching».

Tal como a diferente designação indica, a alternância situacional distingue-se da conversacional na medida em que se constitui como uma estratégia discursiva usada pelos falantes para corresponder a uma mudança dos parâmetros extra-linguísticos que definem uma dada situação de interac-

⁴ Outra linha de investigação muito produtiva sobre alternância de códigos é constituída pelo estudo do seu funcionamento sintáctico.

ção verbal, como a mudança de tópico conversacional, de interlocutor ou do espaço em que esta decorre. O seu eficaz funcionamento dependerá, já se vê, da existência, dentro da comunidade bilingue, de um conjunto de normas partilhadas que estabeleça uma correlação entre línguas e situações discursivas. Dito isto, fica claro que, numa situação de bilinguismo comunitário que se caracterize por algum tipo de estabilidade, funcionará sempre uma espécie de pacto de uso linguístico acordado entre os falantes, que contribuirá para conferir um sentido de adequação às escolhas idiomáticas em função de diferentes domínios de interacção. O mecanismo descrito, a que Gumperz chama «alternância situacional», é, no entanto, na literatura científica, mais comumente conhecido por «escolha de línguas» («language-choice», «code-choice» ou «choice-switching»).

Dito isto, compreender-se-á que o recurso à alternância de tipo conversacional por parte do falante bilingue se fica a dever a um conjunto de motivações discursivas não redutíveis à mera vontade de corresponder ao *status quo* comunicacional definido na sua comunidade. Digamos, pois, que este tipo de alternância de códigos promove a construção de inferências discursivas que se erguem, essencialmente, sobre a **transgressão** das regras de correlação entre idioma e situação em vigor na comunidade bilingue. Assim sendo, uma eficaz e satisfatória interpretação dos efeitos comunicativos desencadeados pelo recurso à alternância conversacional requer o conhecimento prévio dos padrões ‘normais’ de alternância situacional, i.e., de como se organiza, dentro da comunidade linguística, a distribuição dos idiomas em contacto por domínios de interacção verbal.

A fim de descrevermos e exemplificarmos o funcionamento pragmático deste mecanismo, tomemos por referência os padrões de escolha de línguas vigentes numa das comunidades onde o mirandês mantém vitalidade, a aldeia de Paradela. Aqui, como nas demais comunidades mirandesas, considera-se que o português é o veículo linguístico mais apropriado para uma situação de interacção que envolva a presença de falantes monolíngues estranhos. Se, no entanto, verificarmos que, apesar desta constrição localmente acordada, um bilingue prefere, num dado momento da sua produção

discursiva, o mirandês na presença de um estrangeiro, é porque essa escolha, violadora das expectativas comportamentais, se deve a uma intenção comunicativa relevante. Uma situação do tipo descrito pode ser ilustrada através do seguinte excerto por nós recolhido na aldeia de Paradela⁵:

1. [Situação: numa longa conversa informal no único café de Paradela, vários locutores bilingues interagem entre si e com a entrevistadora. A certa altura, os locutores começam a discutir o problema da diminuição da população da aldeia. Esta discussão é dominada pelo português, porque com ela se pretende, fundamentalmente, esclarecer a entrevistadora. Na sequência deste diálogo, intervém o informante AM.]

AM. E depois também havia outro problema, desculpai-me os termos, ela [a entrevistadora] não vai compreender, *los tius e las ties fodiedes más que se fode agora*. [Risos]

No enunciado transcrito, afigura-se-nos como óbvia a estratégia diretamente desencadeada pelo recurso à alternância para mirandês, tanto mais que ela é precedida por um comentário metadiscursivo claramente revelador dos seus propósitos. Assim sendo, a complexidade e o interesse analíticos deste exemplo não residem, propriamente, na estratégia imediata que decorre do uso da alternância: a exclusão da interlocutora monolíngue⁶. Pensamos, pois, que operam aqui mecanismos mais subtis que importa realçar e clarificar, e que passam, necessariamente, por aquilo que é implicitamente ponderado pelo informante AM., antes da sua decisão de recorrer

⁵ A maior parte dos exemplos comentados neste trabalho foram recolhidos nesta aldeia, localidade onde desenvolvemos, mais aprofundadamente, a nossa investigação sobre alternância de códigos e escolha de línguas. Cf. Martins, 1994.

⁶ Com características deícticas análogas a este uso da alternância de códigos, encontramos uma outra estratégia recenseada por Gumperz (1982: 77): a **especificação de um interlocutor/receptor**. Neste caso o mecanismo permite, a quem o usa, orientar uma mensagem para um interlocutor particular entre um conjunto de interlocutores possíveis ou potenciais. Podendo considerar-se um uso motivado por factores situacionais, especialmente se entre os potenciais interlocutores estão falantes monolíngues, ele também poderá indiciar um convite implícito para incluir alguém, de entre um conjunto de falantes bilingues, até então não participante, no diálogo.

ao mirandês para dizer o que diz numa situação como esta. Assim, julgamos que AM. baseia a sua decisão nos seguintes itens de «background information»:

- i – não conheço a entrevistadora (E.) bem, nem há muito tempo, e sei que ela não é membro do grupo bilingue local;
- ii – sei que E. não domina activamente o mirandês, mas que poderá ter, em relação a ele, alguma competência passiva;
- iii – vou recorrer, no meu enunciado, a palavras tabu;
- iv – as palavras tabu constituem-se, na língua minoritária, como recursos linguísticos expressivos mas não censurados e, neste contexto discursivo, podem servir um propósito humorístico que gostaria de conferir ao meu enunciado⁷;
- v – sei, no entanto, que as palavras tabu podem ser mal interpretadas em situações discursivas dominadas pelo português, em virtude dos valores sócio-simbólicos que estão associados ao idioma maioritário na minha comunidade⁸;
- vi – face a estas circunstâncias, utilizarei o mirandês para proferir o meu enunciado, na medida em que só esse suporte linguístico mitigará convenientemente o potencial ofensivo dos signos que vou escolher. Apelo, assim, à inteligibilidade dos meus interlocutores bilingues, que saberão interpretar o valor exacto dos meus recursos verbais, e promovo simultaneamente, pelo menos em termos relativos, a ininteligibilidade de E., medida necessária face ao meu desconhecimento da forma como esta poderá reagir às minhas palavras.

⁷ Considerando, através da presente reflexão, que concomitantemente à estratégia deíctica exclusão de um interlocutor se conjuga, neste caso de alternância, uma estratégia humorística, lembramos o que sobre esta última afirma Saville-Troike (1984: 69), autora que a recenseou. Assim, a alternância, com este propósito, indica que «a referentially derogatory comment is not to be taken seriously».

⁸ Uma vez que o português se associa, normalmente, a registos marcados por algum grau de formalidade, o recurso, nesta língua, a palavras tabu é mal tolerado pelos mirandeses. Socorrendo-se frequentemente deste tipo de léxico na linguagem quotidiana, o falante bilingue interpreta a sua filiação linguística como sendo, preferencialmente, mirandesa.

Se considerarmos que AM. processa todos estes itens antes de avançar para a alternância, há ainda um aspecto, reflectido no ponto ii, que o falante precisa de acautelar para que a sequência proferida em mirandês surta o efeito desejado, i.e., é necessário ter em conta que E., apesar de monolíngue, poderá compreender o valor proposicional do enunciado. É, pois, neste âmbito que se explica o recurso ao comentário metadiscursivo imediatamente anterior ao momento da alternância, acompanhado por um pedido explícito de desculpas pelo vocabulário a utilizar. Através destes dispositivos, que fazem desta alternância um «flagged switch»⁹, AM. salvaguarda a face, seja qual for o grau de inteligibilidade revelado por E. Neste sentido, AM. implícita nestes comentários: ‘se E. compreender o que vou dizer e me interpretar mal, a responsabilidade não será minha, na medida em que o meu propósito claro, ao socorrer-me do idioma minoritário do grupo bilíngue, é promover a sua ininteligibilidade. Para além disto, tive o cuidado prévio de me desculpar pelo recurso a palavras tabu’.

Acabámos de realçar, na análise deste exemplo, algumas das funções discursivas e pragmáticas que, no quadro de diferentes modelos pouco formalizados, os estudiosos têm vindo reiteradamente a apontar como decorrentes do recurso à alternância conversacional¹⁰. A par destas, porém, outras são frequentemente evocadas na literatura científica. Deste modo, encontramos igualmente várias referências ao uso da alternância para marcar uma citação¹¹.

⁹ Há vários casos documentados em que «switches are marked by pauses, hesitation phenomena, repetition and metalinguistic commentary, which draw attention to the switch and interrupt the smooth production of the sentence at the switch point» (Romaine, 1989: 141). Estes casos de alternância são frequentemente denominados «flagged switches» e isto porque a passagem de um código para outro é assinalada por uma gama de fenómenos que para ela chamam a atenção, funcionando como uma espécie de bandeira.

¹⁰ Sobre o uso da alternância de códigos para assegurar a exclusão de um interlocutor monolíngue, veja-se Saville-Troike (1984: 69-70) e Appel e Muysken (1987: 119). Estes dois últimos autores (1987: 120), a par de McClure e McClure (1988: 37-38), também se referem ao papel desempenhado por este mecanismo verbal bilíngue no âmbito dos comentários metalinguísticos produzidos sobre as línguas em utilização no discurso bilíngue, aspecto que mantém afinidades com a estratégia metadiscursiva por nós referida a propósito do exemplo analisado.

¹¹ Curioso será notar que este foi o único tipo de alternância admitido por Weinreich (1968: 73) que, de resto, não concebia a utilização deste mecanismo por falantes bilíngues ideais a não ser

2. DR. [...] uma vez [...] dois namorados [...] a rapariga chamava-se Maria e o rapaz um dia queria falar com ela, que ela estava lá dentro de casa mas tinha-lhe medo aos pais, e então [...] ele falou-lhe da rua em vez de entrar na porta, começou [...] pôs-se de pé [...] para ela, *À Marie*, [a rir] com a pronúncia própria de Paradela, *Ah Marie, sobc-me ls morres*¹² *a la bantana*¹³ *que te quiêro dezir dous palabruços!*

Aqui, a decisão do locutor DR. no sentido de reproduzir a citação na língua em que, com toda a probabilidade, as palavras originais foram proferidas confere um grau de verosimilhança e de eficácia narrativa ao seu relato. Pensamos, pois, que o recurso à alternância, neste caso, decorre de uma exigência interna da própria estrutura discursiva, condicionamento que, de resto, julgamos operante em muitos dos excertos de discurso bilingue usados na bibliografia especializada para exemplificar outras funções da alternância de códigos, nomeadamente, a **reiteração** (Vd. Gumperz, 1982: 78; McClure e McClure, 1988: 38-39; Saville-Troike, 1984: 69) e a **qualificação de uma mensagem** (Vd. Gumperz, 1982: 79; Saville-Troike, 1984: 69). Vejamos. A qualificação de uma mensagem é uma estratégia que põe em relevo a distinção entre o tópico e o comentário discursivos, por meio da alternância dos códigos usados para um e outro. A reiteração, tal como a denominação indica, consiste na repetição de informação já avançada anteriormente numa língua diferente, com o intuito fundamental de enfatizar ou clarificar¹⁴. Ainda de acordo com Saville-Troike (1984: 69), a rei-

para corresponder a uma alteração verificada na situação de interação (escolha de línguas): «the ideal bilingual switches from one language to the other according to appropriate changes in the speech situation (interlocutors, topics, etc.), but not in an unchanged speech situation, and certainly not within a single sentence». Vd., ainda, sobre esta função, Gumperz (1982: 75-76), McClure e McClure (1988: 35) e Gardner-Chloros (1991: 182).

¹² *Morres* por «morros» com o sentido de 'focinho'.

¹³ *Bantana* é um vocábulo do mirandês raiano que quer dizer 'janela'.

¹⁴ Neste último caso, no entanto, e se a alternância se dá no sentido do idioma minoritário para o maioritário, ela já poderá ser interpretada como uma forma de conferir maior credibilidade argumentativa ao que foi repetido. Nesta medida, o seu valor poderá acarretar, fundamentalmente, implicações de natureza social e cultural. Deste tipo de funcionalidade trataremos, no entanto, um pouco mais adiante.

teração, tal como aqui foi definida, pode igualmente funcionar como uma estratégia de atenuação ou reforço de um pedido ou de uma ordem¹⁵.

Já outros usos, no entanto, se ficarão a dever a condicionamentos não tanto discursivos, mas, fundamentalmente, socioculturais. Com isto queremos dizer que haverá casos de alternância de códigos e de escolha idiomática cuja principal função é sinalizar que tipo de relação social vigora entre os locutores bilingues e qual o perfil cultural que os falantes reivindicam para si próprios face aos seus interlocutores numa dada situação comunicativa.

É isto mesmo que parecem sugerir Saville-Troike (1984: 69) e Gardner-Chloros (1991: 182) ao registar que, em certas circunstâncias, o uso de alternâncias pontuais no seio de discursos predominantemente monolingues poderá ser atribuído a uma **estratégia de afirmação «ideológica»**. Assim, a forma de materializar um tal efeito passará, por exemplo, pelo recurso a L2 (língua minoritária) sempre que se profere um topónimo ou antropónimo ou ainda para produzir interjeições ou bordões linguísticos. Vistos por alguns como casos de alternância com uma função predominantemente expressiva e, logo, discursiva, estes denotam, para outros, a vontade de sinalização, por parte do falante, de que a sua identidade cultural é dupla e que é essa duplicidade que ele quer fazer valer no momento em que fala. Isto será especialmente verdade se o bilingue, ao ter este comportamento verbal, se encontra na presença de falantes da língua maioritária que sejam monolingues.

Com características afins a esta última estratégia, na medida em que a alternância desempenha igualmente o papel de sinalizador de uma identi-

¹⁵ O uso da alternância de códigos em reiteraões com um intuito comunicativo desta natureza encontra afinidades com uma outra estratégia discursiva apontada tanto por Gumperz (1982: 80-81), como por Gardner-Chloros (1991: 182). Trata-se da **personalização vs. objectivação**. Esta função consiste, genericamente, em sinalizar, pelo recurso à alternância dos códigos em utilização, a posição do falante face à mensagem. Nesta medida, o mecanismo é usado, por exemplo, para distinguir entre a afirmação de uma opinião e a comunicação de conhecimentos factuais. No âmbito desta função incluem-se ainda os usos que se caracterizam pela passagem da língua maioritária para a minoritária com vista à transmissão da adesão afectiva do locutor ao conteúdo proposicional da sua enunciação ou, ao invés, os casos em que o sentido da alternância é do idioma minoritário para o maioritário que têm por objectivo transmitir a distanciação do locutor em relação ao que está a dizer.

dade linguística e cultural dupla, deparamo-nos com uma de **neutralidade** (Appel e Muysken, 1987: 119 e 129-137). Nesta categoria incluímos, no entanto, outro tipo de casos: não só aqueles em que a alternância é usada como um meio para avaliar qual dos códigos é o mais apropriado para prosseguir a interação com um interlocutor bilingue desconhecido¹⁶, mas também aqueles em que o «code-switching» funciona como um recurso alternativo aos idiomas propriamente ditos, através do qual o locutor manifesta um compromisso entre os valores associados a cada uma das línguas alternadas. Como salienta Gardner-Chloros (1991: 184) no seu estudo sobre o bilinguismo em Estrasburgo, «there are occasions [...] when it seems too snobish to speak French and too rustic to speak Alsatian and code-switching provides the solution»¹⁷.

O uso da alternância de códigos como mecanismo verbal que assegure a construção de uma posição sociocultural neutral é igualmente contemplado por Carol Myers-Scotton (1988, 1990a e 1990b) no quadro de um modelo analítico bastante mais formalizado do que qualquer um dos que estão na base das categorias que temos vindo a analisar até ao momento. Centrando-se na convicção de que o recurso às modalidades idiomáticas por parte dos falantes numa situação de bilinguismo se explica, fundamentalmente, pela permanente necessidade de negociar ou renegociar uma dada relação interpessoal, o modelo desta autora estabelece que o comportamento verbal contribui, antes de mais nada, para a definição de um conjunto de

¹⁶ Quando o locutor procede a uma alternância motivada pela tomada de consciência de que o código em utilização até ao momento é comunicativamente inadequado em função da situação de interação, tratar-se-á de um uso da alternância de códigos como **estratégia de correção ou emenda**. *Vd.*, a este propósito, Saville-Troike (1984: 70) e Gardner-Chloros (1991: 182).

¹⁷ Para além do mais, e ainda no âmbito dos casos que estamos a analisar, a alternância de códigos pode ser usada como **estratégia de fuga**, isto quando se produz com o fim de evitar alguma situação não desejada pelo locutor. Concretizando um pouco mais, imagine-se que um dos códigos em alternância (L1) possui a distinção pronominal, comum a várias línguas, que obriga a uma escolha entre tratamento reverencial *vs.* não reverencial (= tu *vs.* vós/você) e o outro código (L2) não a possui. Se o locutor bilingue, usando L1, não se quiser comprometer com uma ou outra forma de tratar o seu interlocutor, pode passar, a certa altura do discurso, para L2, com a finalidade de fugir à escolha. *Vd.*, sobre estes casos, Saville-Troike (1984: 70) e Gardner-Chloros (1991: 182).

direitos e obrigações (um 'RO set' – 'Rights and Obligations set') a vigorar, na situação comunicativa, entre os interlocutores bilingues.

Esta matriz analítica, conhecida por 'Markedness Model' (MM), parte, pois, dum pressuposto também partilhado pelos restantes modelos mais empíricos: o de que existem, no seio das comunidades bilingues, convenções comunicativas que estabelecem associações entre certos valores socioculturais e as respectivas línguas em contacto. Nesta medida, e na terminologia de Myers-Scotton, quando a vontade do locutor é comportar-se de acordo com as expectativas, a sua produção verbal assentará em escolhas idiomáticas situacionalmente 'não-marcadas'; quando, ao invés, a motivação comunicativa do falante bilingue requer, para a sua materialização, a fuga ao socialmente inócuo, ele optará por soluções linguísticas transgressoras e, portanto, 'marcadas'. O carácter mais ou menos marcado dos recursos linguísticos é definido, já se vê, em função das características particulares de cada uma das comunidades bilingues e também da diversidade de parâmetros que podem configurar as diferentes situações de interacção.

Construído pela aproximação às teses de Grice (1975) sobre o funcionamento das implicaturas conversacionais, o MM também contempla um conjunto de máximas que, gravitando em torno dum princípio orientador, o **princípio da negociação**, conduzirão, quer pela sua observação, quer pela sua derrogação, à construção de determinadas inferências discursivas. Vejamos, pois, o que dita aos locutores cada uma destas máximas:

1. **Máxima da escolha sequencial não marcada:** «'switch from one unmarked code to another when situational features change during an interaction such as the unmarked choice changes'» (Myers-Scotton, 1990b: 60);¹⁸

¹⁸ A autora propõe outra formulação desta máxima que se apresenta mais clara: «'make the unmarked code choice when you wish to establish or affirm the unmarked rights and obligations set associated with a particular conventionalized exchange'» (Myers-Scotton, 1988: 160).

2. **Máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada:** «‘maintain a pattern of switching between codes when the unmarked (and preferred) rights and obligations balance between participants is that indexed by both codes, not one’» (*Ibid.*);
3. **Máxima da escolha marcada:** «‘switch to a marked choice in order to negotiate a different rights and obligations balance between participants than the one indexed by the unmarked choice’» (*Ibid.*);
4. **Máxima da escolha exploratória:** «‘in less conventionalized interactions, use code switching to propose different codes as indices of possible rights and obligations balance for the interaction’» (*Ibid.*).

Este conjunto de máximas desperta-nos algumas reflexões. Antes de mais nada, é notório que nelas está contemplada, não só uma tentativa de explicação para o funcionamento do fenómeno da alternância de códigos *stricto sensu*, como também uma abordagem ordenada e integrada do próprio mecanismo da escolha de línguas ou, no dizer de Gumperz, alternância situacional¹⁹. Consideramos, pois, que este facto, em si mesmo, representa um avanço qualitativo relativamente a outros modelos. Em segundo lugar, realce-se que neste quadro teórico se prevê a hipótese, através da observação das máximas n.º 2 e 4, de a alternância de códigos vir a assumir, em certos contextos conversacionais, o papel de **terceiro idioma**. Carol Myers-Scotton evidencia, deste modo, de que maneira, não só as línguas em contacto, como a própria forma alternada dessas mesmas línguas se podem comportar, funcionalmente, de maneira similar. Esta é, já se vê, uma constatação que deita por terra as posturas de purismo linguístico a que, ainda assim, os estudos sobre bilinguismo nem sempre foram imunes²⁰.

Quanto a nós, e atendendo às considerações que temos vindo a tecer no presente trabalho sobre os diferentes tipos de funcionalidade da alternância

¹⁹ Neste modelo, a máxima n.º 3, que explica o valor da alternância de códigos enquanto escolha marcada e pragmaticamente relevante, mais não é senão a expressão de um dos possíveis resultados alcançados pela derrogação da máxima n.º 1, que aborda os critérios que presidem a uma escolha de línguas não marcada.

²⁰ *Vd.* a este propósito as posições de Weinreich e de Labov, assinaladas nas notas 11 e 2, respectivamente.

de códigos, pensamos que este modelo peca apenas pelo excessivo peso que nele assume o seu princípio orientador: o princípio da negociação. Sobre esta questão, ir-nos-emos, no entanto, debruçar mais detalhadamente já de seguida.

2. Uma possível reconstrução do «Markedness Model» (MM)

Aceitando, com Carol Myers-Scotton, que, numa situação de bilinguismo comunitário, a opção pelos códigos linguísticos, com ou sem alternância, se reveste de fundamental importância para assinalar o «RO set» a vigorar entre os interlocutores em cada interacção, estamos, porém, também dispostos a considerar que recursos como a alternância de códigos poderão desempenhar outro tipo de papel, igualmente relevante, na comunicação bilingue. Assim, pensamos que, para além da sinalização da forma como os interlocutores se querem posicionar na interacção verbal, o «code-switching» poderá igualmente operar ao nível mais propriamente discursivo, funcionando, aqui, como um recurso essencial, ora para atender a exigências que se prendem com a estrutura interna do discurso, ora para marcar focos e sublinhar determinados itens da informação veiculada.

Assim, numa versão mais alargada e flexível do MM, poder-se-á considerar que existem, fundamentalmente, dois tipos de «markedness» que podem ser sinalizados pelos recursos linguísticos em situações de interacção entre falantes bilingues. O primeiro é de natureza eminentemente social e liga-se, obviamente, à necessidade de negociação de determinados «RO sets» entre os interlocutores, processo que presidirá sempre a cada um dos actos conversacionais. Neste caso, o grau de «markedness» social que se obtém pela escolha dos recursos linguísticos disponíveis (L1, L2 ou alternância entre L1 e L2) resulta directamente e em primeira mão da observação ou derrogação das máximas conversacionais propostas por Carol Myers-Scotton, cujo poder operativo releva do princípio da negociação.

Já o segundo tipo de «markedness» é, essencialmente, de carácter

estilístico-discursivo. Este, em nossa opinião, reúne condições para ser accionado quando os falantes bilingues operam com base num «RO set» resultante da observação de qualquer máxima que conduza à sinalização de um posicionamento social **neutral**. São estas, conforme já se viu atrás, a máxima da escolha sequencial não marcada, a máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada e a máxima da escolha exploratória. Nestes casos, a escolha da alternância entre L1 e L2, resultante da vontade dos falantes bilingues de atender às constrições situacionais que envolvem a interacção, serve para sinalizar que os participantes desejam operar com base num «RO set» situacional e socialmente não marcado. Ora, o que propomos é que, nestes casos, a alternância, preservando, embora, o seu papel de base (sinalizador de neutralidade social), pode, de qualquer modo, também assegurar funções de marcador estilístico e discursivo. Será isto que acontece quando o «code-switching», não estando a ser usado para negociar ou renegociar um determinado «RO set» já definido, em vigor, e que não se deseja alterar, é, no entanto, utilizado, por exemplo, para reiteraões, para reforçar demarcações temporais, temporais-causais ou adversativas, para proferir bordões linguísticos e interjeiões ou para simplesmente atender a exigências internas do discurso proferido. Vejam-se, pois, alguns exemplos à luz de cada uma destas máximas.

Optando por observar a **máxima da escolha sequencial não marcada**, os códigos serão alternados em função das mudanças nos parâmetros que definem a situação discursiva. Este procedimento sinalizará que os locutores estão interessados em atender à correlação estabelecida, ao nível da sua comunidade, entre língua e domínio de interacção verbal.

Podemos, porém, observar casos em que a opção por seguir um padrão de alternâncias sequenciais não marcadas se fica a dever, não a condicionamentos situacionais, mas a razões mais estritamente discursivas. Será o caso, por exemplo, de algumas citações, exemplificações e comentários metalinguísticos ou metadiscursivos coincidentes com uma alternância dos códigos. Sem a alternância, muitos destes enunciados perderiam a sua razão de ser e a sua relevância. O exemplo 2 já por nós analisado no presente texto é ilus-

trativo deste tipo de situações. Outros casos registados *in loco* podem, também, ser apontados:

3. [Situação: o informante TA. conta um episódio da sua infância à entrevistadora, para explicar a génese da sua alcunha «Tarran»]

TA. Um vez quando era pequeno, sabe, quando era pequeno [...] então [...] e em vida de minha mãe, estava ali [...] estava a costurar e andava-me ali com umas tesouras de costura e as tesouras [...] faltaram.

Pois:

—Áh TA!, por adonde stan las texeiras? Por adonde stan las texeiras²¹, filho?

—Por adonde tarran, por adonde tarran?

E Tarran ficou.

4. [Situação: conversa entre a informante TG. e a entrevistadora dentro do automóvel a caminho de Miranda do Douro. Ao passar por Aldeia Nova, a informante presta esclarecimentos]

TG. Aqui no nosso costume é dizer, *bamos pr'a Aldê Nôba* [...] e em fidalgo²² é Aldeia Nova.

Quanto à máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada, lembramos que a sua observação se verifica quando os locutores usam a alternância para sinalizar que o «RO set» pretendido só é convenientemente estabelecido pelo uso dos dois códigos e não só de um. Nestes casos, a alternância é um instrumento que se substitui a qualquer uma das línguas individuais que coexistem na comunidade bilingue.

Também nestas circunstâncias situacionais pensamos que a alternância, fundamentalmente motivada pela vontade de sinalizar neutralidade sócio-cultural, pode ter alguma relevância discursiva. Exemplos seriam algumas demarcações sintáctico-semânticas, de reiteraões e até de citações em dis-

²¹ *Texeiras* é a designação mirandesa para 'tesouras'.

²² «Fidalgo» é o epíteto usado, nesta aldeia, para fazer referência à língua portuguesa.

curso indirecto coincidentes com pontos em que os códigos se alternam, sendo que, nestes casos, o próprio «code-switching» funciona como um meio para sublinhar e realçar determinadas componentes do discurso. Exemplos ilustrativos do nosso *corpus* são:

5. *Quedai conmigo toda la tarde [...] ala, que esta tarde te bás eiqui toda [...] toda a tarde [...] que stais bien [...]*
6. *Saca la pata al burro, stá la côrda an la enxada [...] Son malos! [...] – Tira a pata do burro, [...]*!
7. O outro disse *que se amontiaba an Spanha [...] Disse que ia para Espanha, que se amontiaba.*
8. Tem que virar aqui ao pé da Igreja [...] à esquerda [...] *a la squiêrda!*

Pensamos que este mesmo tipo de mecanismo discursivo será passível de ser observado quando a alternância decorre, no quadro do seu papel como definidor de «RO sets» neutrais, da observação da **máxima da escolha exploratória**. Atendendo à formulação usada por Myers-Scotton para definir esta máxima conversacional, torna-se claro que nem todas as situações interacionais se apresentarão propícias ao aparecimento da alternância de códigos na sua qualidade de mecanismo exploratório dos «RO sets» possíveis e a determinar entre os locutores participantes. Assim sendo, o uso deste mecanismo verbal como forma de observação da máxima da escolha exploratória é, tanto quanto julgamos, largamente favorecido mediante condições do seguinte tipo:

- i – os interlocutores, sabendo-se bilingues, não se conhecem, contudo, bem, não tendo hábitos de mútua interacção;
- ii – os interlocutores bilingues, embora conhecendo-se bem, são confrontados com uma situação discursiva definida por parâmetros muito pouco habituais (tema peculiar, local estranho, eventual presença de falantes não-participantes desconhecidos), não tendo em relação a ela consciência clara do grau de «markedness» comportado pelos recursos linguísticos disponíveis.

Ora, julgamos que, na nossa própria recolha, não se registam situações discursivas com tais características, razão pela qual nos inclinamos a pensar que a máxima da escolha exploratória não estará a ser observada em nenhum dos exemplos que conseguimos recensear. Ainda assim, podemos considerar que a alternância com este valor é passível de ocorrer no discurso produzido por estes falantes bilingues, tanto mais que encontrámos uma evidência testemunhal da sua existência. Considere-se, pois, o teor do seguinte excerto:

9. SP. [...] Uma vez por outra, sempre pode começar [a conversa] em mirandês [...] ou terminar em fidalgo [...] outras vezes a começar por o fidalgo e acabar em mirandês [...] eu depende da pessoa com quem estou a falar [...] ver aquela que melhor se está a adaptar [...]
- E. Ah! 'Tá bem! Então é assim [...] vai assim explorando e tal
- SP. Pois [...]
- E. Usando uma, usando outra [...]
- SP. Se eu vejo que ela tem possibilidades de falar melhor o português, falo-le em português, se vejo que é uma pessoa de idade que tem possibilidades de falar melhor o mirandês, falo-le em mirandês [...]

Dito isto, resta-nos esclarecer que, ao nível do discurso propriamente dito, pensamos que haverá casos de:

- alternâncias **obrigatórias**, imprescindíveis para assegurar eficácia comunicativa (citações em certo tipo de narrativas, exemplificações quando pedidas pelo interlocutor ou quando sentidas como necessárias para o bom prosseguimento conversacional);
- alternâncias **facultativas** que, ao serem usadas, servem para conferir maior verosimilhança, ênfase ou expressividade ao que é dito.

Por fim, faremos apenas uma referência à utilização da alternância enquanto escolha marcada. Necessariamente, estes casos serão em menor número do que os demais até porque, como salienta a autora do MM, a preservação de uma interpretação marcada exige que os locutores bilingues não usem e abusem da alternância com essa finalidade, i.e., requer que não a

banalizem (Myers-Scotton, 1990a: 92). O exemplo 1 já por nós analisado com algum detalhe neste trabalho parece-nos bastante ilustrativo e paradigmático do que acabámos de enunciar.

3. Conclusões

Cientes da viva discussão que hoje envolve o estudo sobre o funcionamento discursivo da alternância de códigos, quisemos, com a proposta de reformulação do «MM» agora apresentada, prestar mais um contributo para o aprofundamento do tema. Procurando conciliar e incorporar reflexões de outros autores que, embora menos formalizadas, revelam intuições essenciais para a compreensão do funcionamento pragmático da alternância de códigos, julgamos que esta nova versão mais alargada e flexível do modelo de Carol Myers-Scotton permite uma rentabilização mais eficaz da sua, já poderosa, capacidade explicativa. É aliás, na conjugação de perspectivas de análise que pensamos residir o caminho de investigação mais profícuo.

Cristina Martins é assistente de Linguística na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É autora de uma tese de mestrado intitulada *Estudo sociolinguístico do mirandês. Padrões de alternância de códigos e escolha de línguas numa comunidade trilingue* (1994).

Referências bibliográficas

- APPEL, René; MUYSKEN, Pieter (1987) – *Language Contact and Bilingualism*, London, Edward Arnold.
- BLOOMFIELD, Leonard (1933) – *Language*, London, George Allen & Unwin Ltd.
- GARDNER-CHLOROS, Penelope (1991) – *Language Selection and Switching in Strasbourg*, Oxford, Clarendon Press.
- GRICE, H. Paul (1975) – «Logic and Conversation», in *Syntax and Semantics*, vol. 3. (Edited by Peter Cole and Jerry C. Morgan), New York, Academic Press, pp. 41-58.
- GUMPERZ, J. J. (1982) — *Discourse Strategies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MARTINS, Cristina dos Santos Pereira (1994) – *Estudo sociolinguístico do mirandês. Padrões de alternância de códigos e escolha de línguas numa comunidade trilingue*. Dissertação de Mestrado inédita apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- McCLURE, Erica; McCLURE Malcom (1988) – «Macro- and Micro-sociolinguistic Dimensions of Code-switching in Vingard», in Monica Heller (ed.) – *Codeswitching. Anthropological and Sociological Perspectives*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 25-51.
- MYERS-SCOTTON, Carol (1988) – «Code Switching as Indexical of Social Negotiations», in Monica Heller (ed.) – *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 151-186.
- MYERS-SCOTTON, Carol (1990a) – «Codeswitching and Borrowing: Interpersonal and Macrolevel Meaning», in Rodolfo Jacobson (ed.) – *Codeswitching as a Worldwide Phenomenon*, vol. II, New York, Peter Lang.
- MYERS-SCOTTON, Carol (1990b) – «Intersections between Social Motivations and Structural Processing in Codeswitching», in *Papers for the Workshop on Constraints, Conditions and Models*, London, 27-29 September. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg, European Science Foundation, pp. 57-81.
- ROMAINE, Suzanne (1989) – *Bilingualism*, Oxford, Blackwell.
- SAVILLE-TROIKE, Muriel (1984) – *The Ethnography of Communication*, Oxford, Basil Blackwell.
- WEINREICH, Uriel (1968) — *Languages in Contact. Findings and Problems*, 6.ª ed., Paris, Mouton.

Olhares sobre os minoritários

Lisboa, cidade mestiça, celta e árabe, não te deixes atacar pelo mal. Lisboa, branca e negra, cidade de gentes desvairadas, das sete partidas do mundo, porto de chegada, rua de encontro, porto de saída, mantém-te fiel ao que de melhor tens, a tua variedade, as tuas origens improváveis, a tua mistura. Lisboa, cigana e lusa, cidade aberta ao mar e ao mundo, faz com que nas tuas ruas se falem todas as línguas e nas tuas casas se juntem os corpos de todas as cores.

(Barreto, 1993: 9)

Pretende o presente artigo sumariar os resultados de uma investigação conduzida em 1992/94 sobre os «estereótipos» que os «Portugueses» desenvolvem de diferentes grupos étnicos residentes em Portugal, ou, se quisermos, sobre os olhares dos Portugueses sobre os minoritários.

Na sua leitura não se poderá deixar de ter presente que os estereótipos e/ou os olhares de que falamos estão, necessariamente, subjacentes aos discursos sobre os minoritários.

I. Estereótipos sociais

«Estereótipo» tem origem nas palavras gregas *stereos* (sólido) e *tupos* (marca, cunho). Referir-se-ia, portanto, a uma placa de impressão que produziria uma mesma imagem em cada impressão.

À primeira vista pode parecer desnecessário definir estereótipo. A palavra é correntemente utilizada na linguagem quotidiana e o seu significado parece simples e evidente. No entanto, a palavra é definida de formas bem diversas no domínio das Ciências Sociais.

Surge, neste domínio, com o desenvolvimento da teoria das opiniões. W. Lippman utiliza-a, em 1922, no seu livro *Public Opinion*, para expressar o carácter condensado, esquemático e simplificado das opiniões. O autor perspectiva o estereótipo como factualmente incorrecto, rígido, resultante de um processo ilógico de pensamento e resistente à educação.

Tajfel adopta a definição de estereótipo de O. Stallybrass (1977, citado por Tajfel, 1982: 160), incluída no *Fontana Dictionary of Modern Thought*, segundo a qual, o estereótipo seria «uma imagem mental hipersimplificada de uma determinada categoria [...] de indivíduo, instituição ou acontecimento, *compartilhada*, em aspectos essenciais, por grande número de pessoas».

O autor considera ser a definição que melhor salienta a dimensão social dos estereótipos ¹ («*compartilhada* [...] por grande número de pessoas»).

Os estereótipos transformam diferenças menos claras entre os grupos (categorias), em diferenças mais nítidas e criam diferenças onde, antes, elas não existiam. Relacionam um conjunto de atributos (por exemplo, inteligência), que variam em termos de uma dimensão contínua e categorias de indivíduos ². Os atributos são, através da experiência, associados às categorias. Quando o conhecimento do indivíduo avaliado é reduzido, são-lhe atribuídas as características consideradas típicas da categoria.

As categorias podem ser mais amplas – raças ³ (amarelos, judeus, negros...), grupos étnicos (ciganos, timorenses...) ou mais restritas – profissões, classes e grupos (professores, capitalistas, imigrantes...).

As categorias a que nos referimos neste estudo são grupos étnicos. A palavra «étnico» deriva do grego *ethnos*, que se refere a povo, a colectividade que partilha atributos comuns.

¹ O nosso estudo refere-se, apenas, aos estereótipos sociais, i.e., aos estereótipos partilhados por um grande número de indivíduos.

² Categorias de indivíduos enquanto símbolos de uma dada ideologia (Mao Tsé-Tung, Fidel Castro, Che Guevara, Adolf Hitler...)

³ Apesar de estar cientificamente provado que não existem raças, os indivíduos percebem, com base em indicadores físicos, diferenças raciais entre grupos. Assim sendo, o conceito de raça não pode ser ignorado pelos investigadores sociais (raça social), e é nesse sentido que nos referiremos a raça.

Os critérios adoptados na definição de grupo étnico variam, consideravelmente, de autor para autor. «Étnico» pode referir-se a uma origem nacional (por exemplo, alemães), a uma religião ou herança cultural comum (por exemplo, judeus) ou a dadas características raciais (por exemplo, negros).

Na definição de grupo étnico que elaborámos, procurámos integrar critérios considerados por diferentes autores. Assim sendo, um grupo étnico é um **grupo de indivíduos que partilham** (não necessariamente em simultâneo) uma **nacionalidade de origem**, uma **língua veicular**, uma **história herdada ou construída** e, nomeadamente, um **historial de permanência num dado território**, **valores culturais** (literatura, religião, música, culinária...), **modos de organização social** e **formas de comunicação** na vivência dos quotidianos, **um projecto e consciência de pertença ao grupo**.

II. Metodologia

1. Sujeitos

1.1. População

Atendendo ao facto de, por limitações de ordem vária⁴, não nos ser possível analisar toda a população portuguesa ou mesmo uma amostra estatisticamente representativa dessa população, definimos o seguinte universo de amostragem: estudantes⁵ de nacionalidade portuguesa, de ambos os sexos, que frequentam o 11.º ano de escolaridade (de cursos secundários gerais e tecnológicos) em regime diurno, no ano lectivo de 1993/94, nas escolas secundárias do concelho do Seixal.

⁴ Fundamentalmente relacionadas com o tempo disponível e com o facto de se tratar de um estudo desenvolvido por um único experimentador.

⁵ A escolha de uma população de estudantes prende-se com uma maior facilidade de aplicação dos questionários (possibilidade de aplicação em contexto turma).

1.2. Amostra

São as seguintes as 6 escolas secundárias do concelho que ministram o 11.º ano de escolaridade, em regime diurno, no ano lectivo de 1993/94: Escola Secundária de Amora (Amora), Escola Secundária de Corroios n.º 1 (Corroios), Escola Secundária do Alto do Cavadas⁶ (Alto do Cavadas-Torre da Marinha), Escola Secundária do Fogueteiro (Fogueteiro), Escola Secundária José Afonso⁷ (Cavaquinhas-Arrentela) e Escola Secundária Moinho da Maré (Quinta do Rouxinol-Corroios).

Nas 6 escolas referidas existem 63 turmas do 11.º ano (de cursos secundários gerais e tecnológicos) em regime diurno. Aplicar o questionário (instrumento base de recolha de informação neste estudo e que referiremos detalhadamente em 2.2) às 63 turmas, implicaria um procedimento extremamente moroso. Assim sendo, optámos por apenas o aplicar a $1/5^8$ das turmas (escolhidas de forma aleatória) de cada escola. Desta forma, numa escola que tem 21 turmas, aplicámos o questionário a 4 turmas ($21 \times 1/5 = 4.2$), numa escola que tem 5 turmas aplicámos a 1 turma ($5 \times 1/5 = 1$), ... e assim por diante.

O número total de turmas a que o questionário é aplicado é de 13 e o número total de sujeitos é de 252 (134 rapazes e 118 raparigas).

2. Material

2.1. Questionário inicial

O instrumento base deste estudo foi construído a partir da aplicação de um **questionário inicial** a 200 sujeitos de características próximas⁹ dos da amostra experimental.

⁶ Antiga Escola Secundária n.º 2 do Seixal.

⁷ Antiga Escola Secundária n.º 1 do Seixal.

⁸ $1/5$ constitui uma proporção que corresponde a um número de questionários que nos parece aceitável.

⁹ Estudantes de ambos os sexos, de nacionalidade portuguesa, que frequentam o 11.º ano, em regime diurno, em escolas secundárias do concelho do Seixal, no ano lectivo de 1992/93.

No questionário inicial foi solicitado o seguinte aos sujeitos: *Em relação a cada um dos grupos apresentados por ordem alfabética (alemães, brasileiros, caboverdianos...), escreve as palavras que consideras que o definem, recorrendo, sempre que possível, a adjectivos.*

Com base na análise de frequência dos adjectivos mais referidos pelos sujeitos foi construída uma lista de 80 adjectivos (ordenada por ordem alfabética), incluída no questionário final (o qual apenas designaremos por questionário). Procurámos que aproximadamente metade dos adjectivos tivesse uma conotação negativa e outra metade positiva.

2. 2. Questionário

O questionário¹⁰ é constituído por 4 partes que passamos a descrever:¹¹

Parte 1 – Instruções e recolha de informações

- **Instruções**

- Texto de sensibilização para o facto de todos termos ideias gerais sobre diferentes grupos de pessoas: *No mundo existem diferentes grupos de pessoas que diferem em diversos aspectos: nacionalidade, língua, religião, cor da pele, forma de vestir, hábitos alimentares, etc. Todos nós temos ideias gerais acerca desses diferentes grupos. Podemos, por exemplo, considerar, que os árabes são misteriosos, que os japoneses são trabalhadores ou que os americanos são patriotas.*

¹⁰ Uma vez que a variável «ordem» (sequência pela qual os diferentes grupos são apresentados no questionário) pode influenciar as respostas dos sujeitos, são construídas 12 versões do questionário, nas quais varia a ordem de apresentação dos grupos. Por limitações de espaço não desenvolveremos esta questão.

¹¹ As 4 partes referidas são apresentadas em 5 páginas agrafadas, sendo a listagem dos adjectivos apresentada em folha avulsa.

- Explicitação do objectivo do estudo: *Este estudo pretende determinar as ideias que tens sobre determinados grupos de pessoas.*
- Ênfase na importância da sinceridade das respostas e de responder a todas as questões: *A sinceridade das respostas é fundamental para a sua validade. Deves responder a todas as questões. Se não o fizeres o inquérito será invalidado.*
- **Recolha de informações:** Sexo, ano de nascimento e idade, visitou algum/não visitou nenhum país estrangeiro, já/nunca residiu no estrangeiro, contacta/não contacta, habitualmente, com estrangeiros, tem/não tem familiares estrangeiros ou que residam no estrangeiro, habilitações escolares e profissão do pai e da mãe.

Parte 2 – É solicitado aos sujeitos que escrevam os 5 adjectivos que consideram melhor caracterizar cada um dos 13 grupos étnicos apresentados, incluindo o grupo dos portugueses¹². É salientado que, uma vez que só adjectivos da lista podem ser escritos, a lista deve ser consultada antes da atribuição dos adjectivos a cada grupo ser realizada: *Escreve, de entre os adjectivos da lista, os 5 que, no teu entender,*

¹² Por limitações de ordem metodológica há que circunscrever a investigação a 13 grupos étnicos: alemães, brasileiros, caboverdianos, chineses, ciganos, espanhóis, franceses, indianos, ingleses, judeus, PALOP, portugueses e timorenses. A escolha dos grupos em causa, em detrimento de outros, é determinada por um ou mais do que um dos seguintes critérios: dimensão que apresentam em Portugal, significado na actualidade e/ou na história de Portugal e/ou da Europa, destaque que assumem no período de realização da pesquisa. De notar, ainda, que a separação das categorias caboverdianas e PALOP se deve ao facto de resultados de alguns estudos indicarem que a representação dos caboverdianos é distinta das dos outros PALOP. Assim, por exemplo, num estudo realizado com base na análise de imprensa nacional (Esteves, 1991: pp. 63-74), apenas se encontram representações consistentes e desenvolvidas (quer na dimensão cognitiva, quer na atitudinal, quer em termos de expectativas) relativamente à população caboverdiana. Para além deste aspecto, a população de Cabo Verde apresenta, em Portugal, uma dimensão completamente diferente da dos restantes Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

melhor caracterizam cada um dos grupos que te são apresentados. Uma vez que só podes escrever adjectivos da lista, deves consultá-la antes de atribuíres os adjectivos a cada grupo.

Parte 3 – É solicitado aos sujeitos que, à frente de cada adjectivo que escreveram, coloquem um sinal + ou -, consoante considerem que o adjectivo está a valorizar ou a menosprezar o grupo: *Volta à página 2 e lê o primeiro adjectivo que escreveste. Se consideras que esse adjectivo é positivo, se atribuído a um amigo teu, coloca um sinal + à sua frente; se consideras que esse adjectivo é negativo, se atribuído a um amigo teu, coloca um sinal - à sua frente. Segue o mesmo procedimento relativamente a cada um dos adjectivos que atribuíste a cada um dos diferentes grupos.*

De notar que só se pede aos sujeitos que coloquem os sinais + e - depois de terem escrito os adjectivos, de modo a evitar que ao atribuírem adjectivos a um dado grupo, não estejam com a preocupação de terem atribuído muitos adjectivos + ou - a um dado grupo.

Parte 4 – É solicitado aos sujeitos que, numa escala de -5 a +5 (em que -5 significa muito diferentes e +5 muito semelhantes) escolham o grau em que consideram que cada grupo apresentado difere do grupo dos portugueses: *Nas escalas abaixo apresentadas, com amplitude variando entre -5 e +5 (em que -5 significa muito diferentes e +5 muito semelhantes), assinala, com uma cruz, o grau em que consideras que cada um dos grupos apresentados é semelhante ou diferente do grupo dos portugueses.*

No final do questionário, é pedido aos sujeitos que verifiquem se responderam a todas as questões. Agradece-se a colaboração.

III. Resultados

Os dados dos questionários são tratados estatisticamente com o programa *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, versão 3.0. Uma vez que os tratamentos são muito extensos, apenas são apresentados os resultados que consideramos particularmente pertinentes.

Os 10 adjectivos mais atribuídos a cada grupo

Nos quadros 1 a 13 são apresentados os 10 adjectivos mais atribuídos a cada grupo.

As elevadas frequências dos 10 adjectivos mais atribuídos indiciam uma grande consistência dos estereótipos, isto é, a existência de consenso, por parte dos sujeitos, relativamente aos adjectivos que caracterizam cada grupo.

Quadro 1

Os 10 adjectivos mais atribuídos aos alemães

ADJECTIVOS	FREQ.
63. Racistas	140
6. Autoritários	70
43. Militaristas	70
49. Patriotas	68
19. Disciplinados	54
80. Violentos	54
57. Poderosos	51
14. Cruéis	46
2. Altivos	43
29. Fanáticos	42

Quadro 2

Os 10 adjectivos mais atribuídos aos brasileiros

ADJECTIVOS	FREQ.
20. Divertidos	177
10. Comunicativos	123
27. Exóticos	105
56. Pobres	66
8. Barulhentos	54
31. Hospitaleiros	45
60. Preguiçosos	45
69. Sensuais	45
75. Supersticiosos	35
67. Românticos	33

Quadro 3

Os 10 adjectivos mais atribuídos aos caboverdianos

ADJECTIVOS	FREQ.
56. Pobres	81
39. Marginalizados	77
28. Explorados	60
18. Desprotegidos	51
80. Violentos	51
79. Vingativos	45
16. Desconfiados	40
8. Barulhentos	36
10. Comunicativos	35
78. Tristes	33

Quadro 4

Os 10 adjectivos mais atribuídos aos chineses

ADJECTIVOS	FREQ.
77. Tradicionalistas	79
15. Cultos	70
33. Inteligentes	61
19. Disciplinados	60
24. Eficientes	60
45. Organizados	56
22. Económicos	48
27. Exóticos	48
44. Negociantes	47
42. Calculistas	42

Quadro 5

Os 10 adjectivos mais atribuídos aos ciganos

ADJECTIVOS	FREQ.
79. Vingativos	114
1. Aldrabões	111
44. Negociantes	85
16. Desconfiados	70
74. Sujos	70
8. Barulhentos	67
39. Marginalizados	62
80. Violentos	61
77. Tradicionalistas	56
38. Marginais	46

Quadro 6

Os 10 adjectivos mais atribuídos aos espanhóis

ADJECTIVOS	FREQ.
8. Barulhentos	80
1. Aldrabões	62
20. Divertidos	59
10. Comunicativos	57
16. Desconfiados	53
4. Antipáticos	50
34. Invejosos	45
44. Negociantes	43
3. Ambiciosos	38
46. Orgulhosos	37

Discursos

Quadro 7

Os 10 adjectivos mais atribuidos aos portugueses

ADJECTIVOS	FREQ.
31. Hospitaleiros	136
10. Comunicativos	79
20. Divertidos	65
77. Tradicionalistas	55
3. Ambiciosos	51
72. Solidários	49
46. Orgulhosos	46
64. Religiosos	40
61. Prestáveis	38
60. Preguiçosos	36

Quadro 8

Os 10 adjectivos mais atribuidos aos franceses

ADJECTIVOS	FREQ.
67. Românticos	90
25. Elegantes	83
23. Educados	77
10. Comunicativos	56
65. Requentados	50
15. Cultos	46
19. Disciplinados	40
46. Orgulhosos	37
2. Altivos	35
45. Organizados	35

Quadro 9

Os 10 adjectivos mais atribuidos aos indianos

ADJECTIVOS	FREQ.
64. Religiosos	126
44. Negociantes	114
77. Tradicionalistas	97
27. Exóticos	52
75. Supersticiosos	52
1. Aldrabões	39
16. Desconfiados	37
48. Passivos	33
56. Pobres	32
3. Ambiciosos	31

Quadro 10

Os 10 adjectivos mais atribuidos aos ingleses

ADJECTIVOS	FREQ.
23. Educados	90
58. Pontuais	81
19. Disciplinados	62
15. Cultos	60
45. Organizados	52
77. Tradicionalistas	50
25. Elegantes	47
2. Altivos	45
65. Requentados	41
49. Patriotas	40

Quadro 11

Os 10 adjectivos mais atribuídos aos judeus

ADJECTIVOS	FREQ.
64. Religiosos	154
51. Perseguidos	82
77. Tradicionalistas	74
44. Negociantes	53
15. Cultos	42
16. Desconfiados	36
23. Exóticos	35
39. Marginalizados	33
18. Desprotegidos	30
36. Isolacionistas	29

Quadro 12

Os 11 adjectivos mais atribuídos aos PALOP ¹³

ADJECTIVOS	FREQ.
56. Pobres	116
28. Explorados	103
39. Marginalizados	76
18. Desprotegidos	68
78. Tristes	47
80. Violentos	46
16. Desconfiados	42
37. Lutadores	42
51. Perseguidos	37
8. Barulhentos	34
79. Vingativos	34

Quadro 13

Os 10 adjectivos mais atribuídos aos timorenses

ADJECTIVOS	FREQ.
18. Desprotegidos	149
51. Perseguidos	134
28. Explorados	113
37. Lutadores	102
12. Corajosos	94
78. Tristes	92
56. Pobres	79
39. Marginalizados	66
49. Patriotas	48
64. Religiosos	27

¹³ Neste caso, dado existirem 2 adjectivos com a décima frequência mais baixa (34), temos de considerar 11 adjectivos.

Análise de *clusters*

Procurámos saber se, para além de deterem um estereótipo particular de cada grupo, os sujeitos percebem algo de comum entre alguns dos grupos. Com esse objectivo, procedemos a uma técnica geralmente designada na literatura de língua inglesa por *cluster analysis* que permite constituir grupos homogéneos a partir de conjuntos complexos de dados.

No esquema 1 são apresentados os 4 *clusters* identificados. O 1.º *cluster* é constituído pelos alemães, franceses e ingleses, ou seja, por todos os europeus considerados no estudo, excepto os espanhóis. A estes 3 grupos são muito atribuídos adjectivos como *altivos, disciplinados* e não são atribuídos adjectivos como *marginalizados, pobres e marginais*.

O 2.º *cluster* é constituído pelos brasileiros, espanhóis e portugueses. Estes grupos são perspectivados como próximos geográfica, linguística e culturalmente. Adjectivos como *comunicativos e divertidos* são muito atribuídos.

O 3.º *cluster* é constituído pelos chineses, indianos, judeus e ciganos, considerados os exóticos, os diferentes, seja essa diferença entendida de uma forma positiva ou de uma forma negativa. Adjectivos como *negociantes* são muito atribuídos a estes grupos.

Finalmente, o 4.º *cluster* é constituído pelos caboverdianos, PALOP e timorenses. Estes grupos têm a cor como denominador comum e são-lhes atribuídos adjectivos como *pobres, tristes, marginalizados e desgraçados*.

Esquema 1

Clusters

1.º <i>cluster</i> :	alemães
	franceses
	ingleses
2.º <i>cluster</i> :	brasileiros
	espanhóis
	portugueses

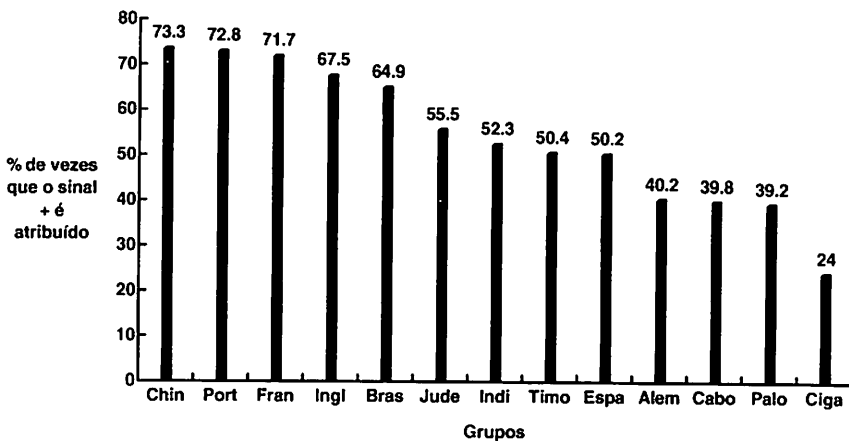
3.º cluster:	chineses indianos judeus ciganos
4.º cluster:	caboverdianos PALOP timorenses

Positividade dos estereótipos dos grupos. Diferenças entre grupos em termos de positividade

Com base na positividade dos estereótipos de cada um dos grupos-percentagem de vezes que o sinal + é atribuído ao grupo – constrói-se o gráfico 1.

Gráfico 1

Positividade dos estereótipos dos grupos



Existem diferenças nítidas na positividade dos estereótipos dos diferentes grupos. É curioso que a positividade do estereótipo dos chineses e dos franceses não seja estatisticamente diferente da positividade do estereótipo dos portugueses. Apesar de existir uma diferença numérica (que é, de resto, favorável aos chineses), essa diferença não tem significado estatístico. Este resultado é relativamente invulgar em estudos deste tipo, nos quais, em geral, se encontra um grande favoritismo para com o *ingroup*¹⁴. Este resultado pode relacionar-se com características por demais conhecidas do nosso povo, nomeadamente, a auto-crítica, a desvalorização, o fascínio pelo estrangeiro (ou antes, por certos estrangeiros).

À positividade do estereótipo dos chineses está, decerto, subjacente o fascínio, a valorização de uma cultura perspectivada como exótica, a valorização de características como a inteligência, a disciplina, a economia, as quais não são, curiosamente, atribuídas ao *ingroup*.

Não é possível falar de um grupo de «europeus» relativamente ao qual exista um estereótipo genericamente positivo. De facto, se os estereótipos dos franceses e dos ingleses são bastante positivos, os dos espanhóis e os dos alemães não o são.

Uma positividade de 50.2 face aos espanhóis, revela uma ambivalência facilmente compreendida atendendo à nossa história relacional.

A negatividade do estereótipo dos alemães é, provavelmente, explicada pelo crescente poderio económico e político que o país vem a adquirir no seio da União Europeia e pela ainda presente memória do nazismo.

Não dificilmente compreendida é a positividade do estereótipo dos brasileiros e a negatividade do dos ciganos, grupo tradicionalmente desvalorizado na grande generalidade das sociedades humanas.

De notar que os caboverdianos e os PALOP constituem, conjuntamente com os ciganos, os 3 grupos relativamente aos quais os estereótipos são mais

¹⁴ *Ingroup* pode ser traduzido por «grupo de referência», grupo a que o indivíduo considera pertencer. Representa, geralmente, um pólo de atracção. *Outgroup* corresponde, por oposição, ao grupo a que o indivíduo considera não pertencer. Representa, geralmente, um pólo de rejeição.

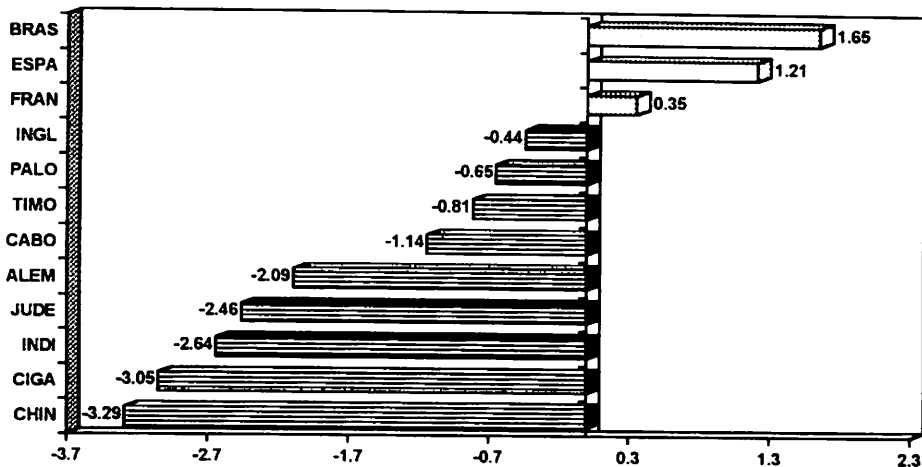
negativos. É curioso encontrar este resultado num momento em que tanto se fala em cooperação com África. O critério cor, parece, assim, continuar a ser relevante na perspetivação dos Outros.

Ordenação dos grupos com base na sua semelhança com os Portugueses

No gráfico 2 é apresentada uma ordenação dos grupos com base no grau em que são considerados semelhantes aos portugueses.

Gráfico 2

Ordenação dos grupos consoante o grau em que são considerados semelhantes aos portugueses



Encontram-se diferenças nítidas a nível do grau em que se consideram os diferentes grupos semelhantes aos portugueses. De notar que, de todos os grupos, brasileiros, espanhóis e franceses (com destaque para os primeiros) são os únicos que, em termos médios, são considerados mais semelhantes do

que diferentes. É curioso que o grupo considerado mais diferente dos portugueses seja exactamente aquele em relação ao qual (em termos numéricos) o estereótipo é mais positivo – chineses.

Para finalizar, gostaríamos de referir que foi encontrada uma genérica correlação entre as variáveis «semelhança» e «positividade», a nível da maioria dos grupos. Esta correlação apenas não se verificou relativamente aos grupos dos chineses, ingleses e timorenses. Em relação a estes 3 grupos a positividade dos estereótipos é independente do grau em que se considera serem semelhantes aos portugueses. É assim que, por exemplo se compreende que exista um estereótipo tão positivo dos chineses, e este grupo seja, paralelamente, perspectivado como tão diferente dos portugueses.

Apesar das 3 excepções referidas, podemos considerar que os grupos perspectivados como mais semelhantes ao *ingroup* são, em termos gerais, aqueles relativamente aos quais os estereótipos são mais positivos.

Referências bibliográficas

- BARRETO, A. (1993) – «Lisboa, Não Sejas Racista!», in *Agenda Cultural*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 9.
- BOILEAU, G. (1980) – «Groupes (Ethnologie)», in *Encyclopaedia Universalis*, Paris, Encyclopaedia Universalis France, 8, pp. 55-59.
- BRIGHAM, J. C. (1971) – «Ethnic Stereotypes», in *Psychological Bulletin*, 76 (1), pp. 15-38.
- CAMPBELL, D. T. (1967) – «Stereotypes and the Perception of Group Differences», in *American Psychologist*, 22, pp. 817-829.
- DORAI, M. (1988) – «Qu'est-ce qu'un Stereotype? Contribution à la Définition d'un Concept», in *Enfance*, 41 (3-4), pp. 45-54.
- DORAI, M. (1991) – «Les Stéréotypes: Définition et Évolution des Travaux», in *Intercultures* (12), pp. 11-17.
- ESTEVES, M. C. (org.) (1991) – *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- GALISSOT, R. (1991) – «Qu'est-ce qu'une Minorité?», in *Sciences Humaines*, (3), pp. 19-21.
- «Grupo», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, 1980, vol. 9, p. 1115.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. (1993) – «Minorias. Polissemia do Conceito e Diversidade de Manifestações», in M. B. N. Silva, et al. (org.) – *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do «Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)»*, Algés, Editorial Fragmentos, pp. 422-433.
- TAJFEL, H. (1982) – *Grupos Humanos e Categorias Sociais – I*, Lisboa, Livros Horizonte.
- TAJFEL, H. (1984) – «Social Stereotypes and Social Groups», in J. C. Turner, & H. Giles – *Intergroup Behaviour*, Oxford, Basil Blackwell Publisher, pp. 144-167.
- THEODORSON, G. A.; THEODORSON, A. G. (1970) – «Minority Group», in *A Modern Dictionary of Sociology*, London, Methuen, pp. 258-259.

REGISTO BIBLIOGRÁFICO

BENJAMIN, Andrew (ed.) – *The Problem of Modernity: Adorno and Benjamin*, London/New York, Routledge, 1992, 220 pp.

Ler este livro é ter acesso a um conjunto de ensaios de vários estudiosos, que abordam aspectos importantes do pensamento de Theodor Adorno e de Walter Benjamin, todos eles girando em redor do papel da modernidade nestes dois autores. Andrew Benjamin reúne, assim, uma panóplia de trabalhos cujo ângulo crítico incide essencialmente em questões estético-literárias; neste sentido, realce para os trabalhos de Peter Osborne (na análise que faz do projecto da *Teoria Estética*, de Adorno, tem em conta categorias centrais do pensamento deste, como, por exemplo, «experiência estética», «arte autónoma», «novo»), Jay Bernstein (debruça-se sobre o livro de Adorno e Horkheimer, *Dialectic of Enlightenment*), John Rignall (estuda a figura do *flâneur* em textos de W. Benjamin) e Andrew Benjamin (preocupa-se com os motivos da «tradição» e da «experiência» em W. Benjamin). Com o artigo de Peter Dews, estamos já perto da teoria do sujeito, pois aí é equacionado o problema da «identidade» em Adorno, pensador que Dews considera um precursor do Pós-estruturalismo francês e do Pós-modernismo. De sublinhar ainda os estudos de Joanna Hodge e de Janet Wolff, de onde decorrem reflexões ligadas à Teoria Crítica Feminista: J. Wolff examina problemas ligados à exclusão da mulher de certas concepções da modernidade – onde o homem domina e a mulher está «invisível» –, assim como a categoria de «género» na sociedade do século XIX; sobre esta categoria também se debruça J. Hodge, que defende a sua integração na teoria crítica sobre a modernidade e a pós-modernidade. Importa ainda referir os artigos de Andrew Bowie (debruça-se sobre textos de Adorno sobre a música) e de Irving Wohlfarth (examina motivos judeus em textos de W. Benjamin). (D. V. M.)

DUARTE, Lélia Parreira (coord. de) (1994 – *Anais da Semana de Estudos Sá-Carneiro*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Portugueses FAL/UFMG, 203 pp.

Este livro surge para comemorar os 80 anos de *Dispersão* e de *A Confissão de Lúcio*. Trata-se de um volume que agrupa uma parte substancial das comunicações apresentadas durante a «Semana de Estudos Sá-Carneiro» que o Centro

de Estudos Portugueses da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais organizou em Outubro de 1994.

Como se salienta na breve introdução destes *Anais* os participantes do encontro consideraram-no particularmente importante, «por privilegiar a obra do principal companheiro de Fernando Pessoa no movimento modernista português, (tantas vezes) injustamente esquecido diante da grandeza da estrela pessoana». Assim, orientados por esta mais que justa motivação, os trabalhos incidem quer sobre visões de conjunto da obra, quer sobre a análise de alguns dos principais textos e/ou obras do poeta. Outros estudos percorrem também, muitos dos típicos temas que habitam o seu originalíssimo universo poético, como por exemplo: a questão da morte e da encenação do suicídio, a amizade, a dispersão do sujeito, a teoria do duplo e/ou do espelho poliédrico, a melancolia narcísica, o dandismo *flâneur*. (A.N.P.)

Études de Linguistique Appliquée (Lexiculture et enseignement), 97 (Jan-Março de 1995), Paris, Didier, 128 pp. (Coord. de Robert Galisson).

Abre a revista um artigo de Galisson que desbrava o campo de estudo em causa. Define lexicultura como um conceito instrumental, que releva do campo da didactologia e que dá conta de um objecto de estudo preciso (a cultura no e pelo léxico).

Também numa perspectiva teórica é o artigo de Yves Gentilhomme, que aborda a didactização da lexicultura no seio da instituição escolar; faz uma abordagem sistémica dos conceitos de «terminologia» e «cultura».

Estudos resultantes de projectos de investigação-acção preenchem o número, como um sobre denominações italianas nas *Páginas Amarelas* de Paris, que, a partir das tipologias linguísticas, permite conhecer as imagens da cultura italiana. Numa pesquisa realizada em Itália, numa articulação entre ensino universitário e secundário, E. Baliva e D. Gennaro debruçam-se sobre a questão da discriminação racial, numa perspectiva de abordagem da alteridade (relação entre linguagem, valores culturais e modos de organização social) a partir da análise de manuais escolares.

Enfim, um número muito completo sobre a temática em questão. Inclui ainda artigos, entre outros (sobre informática, palimpsestos verbais, etc.), com sugestões de prática pedagógica, como o de Maddalena de Carlo, «Lexique, culture et motivation à l'école», e um outro sobre a oportunidade do uso do dicionário (no caso, o de Dubois) na aula de francês. (C. M.)

GIGLIOLI, Pier Paolo (ed.) – *Language and Social Context*, London, Penguin, 1972, 399 pp.

Giglioli reúne de forma criteriosa, nesta obra, um conjunto de textos de autores provenientes de distintas áreas de investigação (linguística, sociologia, antropologia, ciência política e filosofia). A coerência da compilação releva de uma temática comum, que o título indicia: as interações entre linguagem e contexto social. Na primeira parte, os textos de Hymes e Fishman ilustram, respectivamente, a abordagem antropológica e sociológica do comportamento linguístico. A segunda parte, centrada na análise conversacional, faculta informação sobre os estudos empíricos desenvolvidos no âmbito da etnometodologia da comunicação e oferece ao leitor um texto-chave de Searle sobre os actos discursivos. Segue-se uma terceira parte consagrada à análise das relações entre estruturas simbólicas e estruturas sociais e preenchida por textos de Bernstein e Labov. Na quarta parte, o texto inicial de Gumperz equaciona os conceitos mais relevantes que, na sua perspectiva, alicerçam a pesquisa sociolinguística; os restantes artigos acentuam as variações sistemáticas do comportamento discursivo determinadas por factores de natureza social. Finalmente, a quinta parte aborda as relações entre linguagem, mudança social e conflito social.

O livro termina com uma sugestão de leituras complementares para aprofundamento da temática explorada. (A. C. M. L.)

GOMES, Maria dos Prazeres – *Outrora agora: relações dialógicas na poesia portuguesa de invenção*, São Paulo, EDUC, 1993, 267 pp.

A autora pesquisa os modos inusuais de inventividade, como o experimentalismo, o concretismo, a tabularidade ou o anagramatismo, além de outros efeitos discursivos e visuais, na poesia portuguesa de todos os séculos.

Esta tese de doutoramento estuda principalmente a obra poética experimental de E. M. de Melo e Castro (membro do júri e autor de um prefácio) e suas conexões com textos trovadorescos, maneiristas (Camões, claro), barrocos, além de Herberto Helder, Alberto Pimenta ou Ana Haterly.

Dos anagramas, labirintos e acrósticos, à plagiotropia (= apropriação e transformação de textos literários), termo cunhado por Haroldo de Campos, ou à PO-EX (Poesia Experimental), a autora estuda o processo dialógico, polifónico, «volumétrico» e dinâmico de a poesia radicalmente inventiva da modernidade se rever no espelho textual da tradição (outrora/ agora).

São cinco grandes capítulos (dois introdutórios sobre a actualidade, um sobre o trovadorismo, outro camoniano, mais um dedicado ao barroco), os quais incluem temas como o dialogismo, a plagiotropia, os textos poético-visuais de imaginação e memória, entre outros relacionados principalmente com as ligações entre a perspectiva barroca e a poesia experimental.

Um livro, em que se reproduzem alguns poemas pictográficos mais antigos, cujo conteúdo contribui para esclarecer a história das subversões aos cânones poéticos portugueses. (P. L.)

HARRISON, Bernard – *Inconvenient Fictions: Literature and the Limits of Theory*, New Haven/London, Yale University Press, 1991, 293 pp.

Neste livro – onde o autor agrupa alguns artigos seus já publicados –, aborda-se a problemática do conhecimento que a literatura, em geral, e a ficção e a poesia, em particular, podem fornecer. Apoiando-se essencialmente numa perspectiva filosófica, B. Harrison chama a atenção para a importância do «conhecimento da literatura», quando, através dele, podemos apreender o mundo de uma forma dialógica, ou seja, quando nos podemos libertar da falácia em que a nossa pretensão em atingir a Verdade monológica através da Literatura por vezes permanece, sendo esse «conhecimento» um responsável pela transformação dos nossos parâmetros de interpretação do mundo. Assim, uma das ideias centrais do livro – como, aliás, sublinha o autor em várias passagens – é demonstrar que qualquer tentativa de construir um único paradigma de conhecimento está errada, não sendo, portanto, possível apreender a realidade através de uma única

«linguagem», ou de uma teoria literária (cada qual se apoiando numa determinada visão ideológica).

Neste sentido, são estudados vários autores, como Derrida, L. Sterne, Locke, E. M. Forster, G. E. Moore, Muriel Spark, F. Kermode, estando também os vários estudos repartidos por aspectos diversos, como a Teoria da Desconstrução, o Formalismo, a 'leitura', a 'parábola bíblica', a 'relação entre o sujeito do discurso e o discurso que enuncia', a 'metáfora', etc. (D. V. M.)

JHALLY, Sut – *Os códigos da publicidade*, Porto, Asa, 1995, 286 pp.

Inserindo-se nitidamente numa linha de pensamento que radica em Marx e passa por Baudrillard, como o atesta o subtítulo («O Feiticismo e a Economia Política do Significado na Sociedade de Consumo»), o livro analisa, em seis capítulos e uma conclusão, o funcionamento dos códigos da publicidade como instauração do feiticismo da mercadoria, em que é possível ver a actividade espectadora como um trabalho, numa sociedade em que o mercado e o consumo assumem o papel das antigas formas de cultura.

Deitando mão, no segundo capítulo, do marxismo, da antropologia e da psicanálise, o autor chega, depois, à economia política do simbolismo para, finalmente, estudar os códigos do público e da publicidade, ou seja, do mercado. Conclui que a publicidade se inclui no tempo de não-trabalho, por um lado, como reprodução da força de trabalho, e por outro, como ideologia com forma de religião (totémica) à moda antiga (assim, o próprio processo de construção do significado, da consciência, na sociedade moderna, é dominado pelo aspecto económico). Por isso, é um livro imprescindível para se compreender teoricamente o sentimento de dependência das pessoas face à televisão e à publicidade. (P. L.)

LANDSHEERE, Viviane de – *Educação e formação – Ciência e prática*, Edições Asa, Porto, 1994, 352 pp.

É praticamente impossível resumir, numa breve nota de leitura, o essencial de uma obra cuja riqueza de conteúdo e diversidade de perspectivas tornam legí-

timo dizer que nela se acolhe toda a problemática inerente ao vasto domínio das ciências da educação. De facto, Viviane de Landsheere consegue pôr de pé um ambicioso projecto de síntese. E fá-lo de forma exemplar: pela clareza e coerência da exposição, pelo recurso a múltiplas fontes de informação, pelo rigor académico e sentido didáctico (no fim de cada capítulo encontra o leitor uma bibliografia e uma conclusão), por aquele tom a um tempo discreto e empenhado que caracteriza o discurso de quem, criticamente, domina os conteúdos objecto de estudo. Um único senão, de resto inevitável, como a própria autora reconhece: nota-se, de quando em quando, um excessivo esquematismo, patente, por exemplo, no capítulo sobre «filosofia da educação».

A primeira parte, intitulada «Fundamentos», é consagrada às grandes questões filosóficas e à apresentação, no domínio da psicologia educacional, das principais teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, merecendo especial destaque o legado de Thorndike, Vigotsky e Kohlberg.

Na segunda parte, «Teoria geral do currículo» (saliente-se a propósito, que a autora considera a teoria geral do *curriculum* como o núcleo de toda a obra), a riqueza e variedade do texto manifestam-se num amplo painel de tópicos, com incidência mais ou menos directa na prática pedagógica, de que salientamos: o tratamento de questões de didáctica geral e específica das várias disciplinas, a referência aos principais tipos de formação inicial e contínua, a análise de problemas relacionados com a dinâmica de grupos e a crítica objectiva do conceito e das diferentes formas de avaliação (Capítulo final).

Para se ter uma ideia da importância e amplitude desta obra, cabe informar que a edição portuguesa apenas inclui duas das seis partes que constituem a edição original (em língua francesa). (J. T.)

MASSEAU, Didier – *L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIIIe siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1994, 172 pp.

Como o título indica, é a figura do intelectual europeu do século XVIII o objecto dos sete capítulos que compõem esta obra. Depois de uma Introdução em que se estabelece a distinção entre «le savant», «l'écrivain» e «le philosophe», Didier Masseur começa por se referir ao ideal da «República das Letras» desde

o Renascimento até ao Século das Luzes, referindo-se também, ainda no Capítulo I, à sobrevivência do passado nos diferentes tipos de intelectual que coexistem na sociedade setecentista. A evolução e renovação que então se verificam são analisadas, no Capítulo II, através da imprensa, do público leitor, dos autores e das relações destes últimos com o poder. O meio e locais de comunicação entre os intelectuais europeus, assim como o seu estatuto e modos de sobrevivência constituem o assunto dos Capítulos III e IV, respectivamente, cabendo ao Capítulo V revelar a perspectiva dos próprios intelectuais sobre a natureza e relevância do seu papel na sociedade. A partir da multiplicidade de discursos sobre a condição do intelectual, o autor detém-se, no capítulo seguinte, nas causas da dissolução do conceito de «República das Letras» e nas razões que levam o intelectual dos finais do século XVIII a interrogar-se, apesar do imenso poder que possui no seio da opinião pública, acerca da pureza da sua imagem e das funções que se atribui. O Capítulo VII aborda alguns aspectos do quotidiano dos intelectuais, enquanto as instâncias de legitimação do seu poder interventivo e o reconhecimento público de que são alvo preenchem a Conclusão. Uma Bibliografia contemplando títulos anteriores e posteriores a 1800 completa o estudo de Didier Masseau. (M. R. C.)

PAGEAUX, Daniel-Henri – *La littérature générale et comparée*, Paris, Armand Colin, 1994, 192 pp.

Segundo o autor, este livro é uma introdução à matéria que o título refere, e destina-se particularmente ao público estudantil. Naturalmente por esta razão, a última parte da obra aborda questões que se prendem com a presença da literatura comparada nos currículos do ensino secundário e do ensino superior, passando em revista algumas actividades pedagógicas de prática comum e sugerindo outras. Nas palavras de Daniel-Henri Pageaux, a literatura geral e comparada tem por objectivo «mettre en relation des textes, des séries de textes, des littératures, des cultures, et suivre leurs dialogues». Tratando-se assim de uma matéria complexa, de contornos pouco nítidos, que continua a evoluir desde que se afirmou como disciplina, torna-se necessário redefinir periodicamente a sua natureza e limites. Neste sentido, o autor procede a uma revisão de algumas das questões mais relevantes no contexto da literatura comparada, de que destacamos as *ima-*

gens, os temas, os mitos, as formas, géneros e modelos. São ainda de referir dois outros capítulos: um deles é dedicado à tradução, e o outro debate as relações da literatura com outras artes, nomeadamente a música e o cinema. (M. R. C.)

SELL, Roger; VERDONK, Peter (eds.) – *Literature and the New Interdisciplinarity. Poetics, Linguistics, History*, Amsterdão, Editions Rodopi, 1994, 257 pp.

Esta obra é composta por um conjunto de artigos sobre o tema que o título elucida: a análise interdisciplinar do texto e da obra literária. Os três pólos dessa interdisciplinaridade são a língua, a literatura e a sociedade e esta dimensão tri-polar imprime um elo de ligação às quatro partes que constituem o volume.

Na primeira parte são tecidas considerações gerais sobre a questão da interdisciplinaridade e reafirma-se a ideia, cara à pragmática e à sociolinguística, de que o leitor desempenha um papel relevante na construção do texto literário.

A segunda parte enfatiza, do mesmo modo e em oposição aos conceitos formalistas de literatura, a ideia de que «escritores e leitores não operam num vazio sociocultural» (p. 23).

A terceira parte sustenta que a investigação interdisciplinar contribui para clarificar o contexto histórico em que escritores e leitores se situam, constituindo a quarta parte uma ilustração do modo como a leitura literária que os leitores realizam se interpenetra com as suas experiências pessoais.

Uma Introdução geral ao volume relembra as principais correntes da teoria e da crítica literárias que servem de pano de fundo às ideias aqui apresentadas e cada uma das quatro partes que se seguem abre também com uma pequena introdução que apresenta a linha de pensamento aí desenvolvida. Encontram-se listas de referências bibliográficas no fim de cada capítulo.

A obra termina com um índice remissivo. (V. C. F.)

YVANCOS, José María Pozuelo – *Poética de la Ficción*, Madrid, Editorial Síntesis, 1993, 256 pp.

Pretende o autor, através do referido estudo, apresentar uma perspectiva própria, por assim dizer, de natureza teórico-analítica, no âmbito do complexo campo da teoria da ficção, partindo, com este intuito, de modelos concretos, nomeadamente, de obras de carácter literário ou do campo da teoria literária, que considera fundamentais e modeladoras no cenário da literatura hispânica.

Se por um lado, José María Yvancos reflecte a propósito do carácter romântico e pragmático das mais recentes teorias da ficção, sintetizando-as, por outro, o ponto de partida para a análise que empreende busca como referentes, entre outras, a obra literária de Cervantes, bem como a *Poética* de Aristóteles. A clarificação da teoria é pois levada a bom termo através da análise de um número restrito de obras criteriosamente seleccionadas para esse fim.

Uma das teses que o autor defende, entre outras, é a de que o universo literário está compreendido na sua globalidade no âmbito do universo da ficção. Na perspectiva de José María Yvancos, abrangendo a ficção domínios tão diversificados como sejam o linguístico, o cognitivo, o ético, o artístico e até o psicológico, entre outros, seria difícil aceitar que a relação entre ficção e literatura se confinasse no âmbito de uma retórica intrínseca ao próprio domínio literário.

É constante a preocupação do autor ao longo dos diversos capítulos que constituem a obra em demonstrar que a teoria da ficção ocupa um lugar científico de considerável importância, no sentido em que proporciona o crescente diálogo intercultural que envolverá conjuntamente filósofos, linguistas, homens da ciência, criadores e estudiosos da literatura. (A. R. N.)

ZURBRUGG, Nicholas – *The Parameters of Postmodernism*, London, Routledge, 1993, 183 pp.

Partindo do princípio de que a cultura pós-moderna requer uma análise empírica, o autor baseia a tese que apresenta neste livro nas entrevistas que ele próprio fez aos mais destacados artistas, escritores e actores pós-modernos.

Zurbrugg expõe a sua ideia central servindo-se de dois conceitos contrapostos: o conceito de *efeito B* – aquele que deriva da tendência para considerar a cultura pós-moderna como negativa, superficial, sem significado e apocalíptica, efeito provocado sobretudo pelas afirmações e contradições de influentes escritores e teorizadores europeus (Brecht, Beckett, Barthes, etc.) – e o *efeito C*, aquele que deflui de uma tendência mais positiva que atende ao carácter inovador de muitas práticas criativas do pós-modernismo (sendo o exemplo mais utilizado o das experiências do compositor americano John Cage, mas também o de artistas e escritores europeus, como Carrington, Eco, Muller e Wolf, entre outros que, reanimando tradições mitológicas e medievais, entre outras, produzem com as suas criações uma síntese positiva de passado, presente e futuro).

A argumentação de Zurbrugg – que vai sendo construída numa sucessão de mais de setenta pequenos textos, onde se encontram os pontos fulcrais de uma e de outra tendência – incide na necessidade de re-alinhar e alargar os parâmetros do pós-modernismo, o que passa pela imprescindível distinção entre, por um lado, as ficções em registo apocalíptico dos teorizadores da cultura pós-moderna e, por outro, as práticas criativas realmente inovadoras.


A obra termina com um índice remissivo. (V. C. F.)

EM TEMPO

 **Protocolo com a Associação Internacional de Lusitanistas**

Foi recentemente assinado um protocolo de cooperação entre a Universidade Aberta e a Associação Internacional de Lusitanistas. Tendo sido preparado no quadro do pró-reitorado para a promoção e difusão da Língua e Cultura Portuguesa, aquele protocolo permitirá conjugar esforços de duas instituições com vocações próprias: a Universidade Aberta, dotada de meios técnicos e de recursos humanos que a habilitam a intervir em espaços universitários e para-universitários, em regime de ensino a distância ou semi-presencial; a Associação Internacional de Lusitanistas – que é presidida pelo Prof. Hélder Macedo do King's College (Londres) –, vocacionada para dinamizar o estudo e a investigação das culturas de Língua Portuguesa, junto dos seus associados, distribuídos um pouco por todo o mundo.

Na sequência da assinatura do protocolo referido, estão já a ser preparadas acções que cumpram os objectivos que ele se propõe alcançar.

 **Em permuta**

Agália

Associação Galega da Língua. Galiza. Espanha.

Arquivos do Centro Cultural Português.

Centre Culturel Calouste Gulbenkian. Paris. França.

Arte e Comunicação

Revista do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. Brasil.

Ben-que-ren-ça

Instituto Superior Técnico de Bragança.

Boletim do Centro de Estudos Portugueses

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.
Belo Horizonte. Brasil.

Boletim CIOE

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Boletim Descobertas

Centro Nacional de Cultura. Lisboa.

Boletim do SEPESP

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasil.

Boletín Galego de Literatura

Universidade de Santiago de Compostela. Espanha.

BRASIL/BRAZIL

Porto Alegre. Brasil.

Caligrama. Revista Insular de Filología

Departamento de Filología Española y Moderna de la Facultad de
Filosofía y Letras. Palma de Mallorca. Espanha.

Camoniana

Centro de Estudos Portugueses da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Brasil.

Caravela

Instituto Universitário Orientale. Napoli. Itália.

Colóquio/Letras

Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

Confluência

Revista do Instituto de Língua Portuguesa.
Liceu Literário Português. Rio de Janeiro. Brasil.

Confluências

Instituto de Estudos Franceses da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Convergência Lusíada.

Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro. Brasil.

Diacrítica.

Centro de Estudos Humanísticos. Universidade do Minho. Braga.

Epos. Revista de Filología

Facultad de Filología – UNED. Madrid. Espanha.

Estudos Portugueses

Revista da Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano. Universidade Federal de Pernambuco. Brasil.

Estudos Portugueses e Africanos

Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Brasil.

Inovação

Instituto de Inovação Educacional. Lisboa.

Intercâmbio

Revista do Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto.

Intercompreensão

Revista de Didáctica das Línguas. Escola Superior de Educação de Santarém.

La Página

Universidade de La Laguna. Tenerife. Espanha.

Ler Educação

Escola Superior de Educação de Beja.

Letras

Departamento de Línguas e Culturas. Universidade de Aveiro.

Letras

Universidade Federal de Sta. Maria. Brasil.

Luso-Brasilian Review

Department of Spanish and Portuguese. University of Wisconsin.
Madison. E.U.A.

Mathesis

Faculdade de Letras. Universidade Católica. Viseu.

Miscelânea

Departamento de Literatura. Faculdade de Ciências e Letras. Assis.
Brasil.

Nós. Revista da Lusofonia

Pontevedra/Braga.

Quaderni Ibero-Americani

Torino. Itália.

Quadrant

Département de Portugais. Université Paul-Valéry. Montpellier. França.

Queirosiana

Associação dos Amigos de Eça de Queirós.
Tormes. Baião.

Quinto Império

Gabinete Português de Leitura. Salvador. Brasil.

Revista da Anpoll

Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Brasil.

Revista Crítica de Ciências Sociais
Centro de Estudos Sociais. Coimbra.

Revista de Cultura Açoriana
Casa dos Açores. Lisboa.

Revista da Faculdade de Letras
Faculdade de Letras. Universidade do Porto.

Revista de Filosofia das Ciências Humanas
Departamento de Filosofia. Universidade de Passo Fundo.

Revista da Faculdade de Letras
Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

Revista de História das Ideias
Instituto de História das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Romanistica Pragensia
Filozofick Faculta Karlovy University. Praha. Checoslováquia.

Runa – Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos
Instituto de Estudos Alemães da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Santa Barbara Portuguese Studies
Center for Portuguese Studies. Santa Barbara. E.U.A.



Associação de Professores e Investigadores de Língua Portuguesa

A APILP visa promover a cooperação entre os investigadores e professores cujas especialidades convergem no campo em que se interseccionam as Histórias dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Os que desejarem associar-se e/ou obter mais

informações sobre os objectivos da Associação, deverão contactar a APILP (R. Carrilho Videira, n.º 14, 2.º Dtº, 1170 Lisboa; Telf.: 812 5204).

■ **Redes de Informação e Tecnologias Multimedia. O Futuro do Livro e das Bibliotecas**

Integrado no Programa para 1995 dos «Estudos Gerais da Arrábida – Conferências do Convento», realizou-se de 16 a 18 de Outubro passado, o curso «Redes de informação e tecnologias», que decorreu no Convento da Arrábida.

Este curso destinou-se a bibliotecários, autores, editores, livreiros, distribuidores e outros profissionais da cultura e da comunicação.

■ **Colóquio Internacional: «Comprender o Outro»**

A Universidade Aberta organizou, em colaboração com a Association Européenne des Linguistes et Professeurs de Langues, o colóquio «Comprender o Outro» que decorreu de 25 a 27 de Outubro passado, em Lisboa.

■ **Formação, Saberes Profissionais e Situações de Trabalho**

A Association Francophone Internationale de Recherche en Sciences de l'Éducation promove nos dias 16, 17 e 18 de Novembro de 1995, no Anfiteatro da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa, o VI Colóquio, subordinado ao tema «Formação, saberes profissionais e situações de trabalho».

Pretende-se que o trabalho nas sessões constitua uma oportunidade para investigadores portugueses e franceses poderem confrontar os resultados dos seus trabalhos e debaterem as perspectivas teóricas e metodológicas que lhes estão subjacentes.

■ **V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**

O V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas terá lugar em Oxford, no Colégio *Christ Church*, de 2 a 7 de Setembro de 1996.

À semelhança do que tem acontecido nos encontros precedentes, a temática do congresso é o mais abrangente possível: linguística, literatura, cultura, história.

Para mais informações, contactar o Prof. Carlos Ascenso André (Faculdade de Letras, Coimbra).

Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação

O Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação é um conjunto articulado de medidas de apoio à inovação educacional que contribui para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

São destinatários dessas medidas os estabelecimentos de educação dos ensinos básico e secundário, os educadores, os profissionais da educação, os investigadores e técnicos, os centros de formação de associações sem fins lucrativos, com objectivos na área da educação.

Este sistema de incentivos é coordenado e gerido pelo Instituto de Inovação Educacional, o qual poderá ser contactado pelos interessados (R. Artilharia Um, 105, 1070 Lisboa).

Direcção, secretariado e assinaturas
Universidade Aberta – Delegação de Coimbra
Rua Dr. António José de Almeida, 27 – r/c
3000 COIMBRA (Portugal)
Telefone (039) 33300
Telefax (039) 29547

A Direcção e Redacção tomam em apreço, para eventual publicação, todos os originais que lhes forem remetidos, preferentemente de acordo com a política editorial da revista. Serão também objecto de apreciação livros para resenha e notícia. Aceita-se permuta.

Preços – 1995

Números avulso: 1.100\$00

Assinatura anual (3 números)

Portugal: 2.800\$00

Estrangeiro: Europa: \$32 dólares

Outros continentes: \$42 dólares

Cheques em nome de *Discursos*/Universidade Aberta

Capa: *Rocha de Sousa*

Concepção gráfica: *Fernanda Dália*

Edição e propriedade

Universidade Aberta

Arranjo Gráfico: G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda.

Depósito Legal nº 55225/92

ISSN: 0872-0738